

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

EDVALDO COSTA RODRIGUES

**A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NA VIDA DE MULHERES VIGILANTES
EM SÃO LUÍS**

São Luís
2014

EDVALDO COSTA RODRIGUES

**A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NA VIDA DE MULHERES VIGILANTES
EM SÃO LUÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Diomar das Graças Motta

São Luís
2014

Rodrigues, Edvaldo Costa

A relação trabalho-educação na vida de mulheres vigilantes em São Luís. / Edvaldo Costa Rodrigues. – 2014.

114f.

Impresso por computador (Fotocópia).

Orientadora: Profa. Dra. Diomar das Graças Motta.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

1. Mulher – Relações – Trabalho-Educação – Educação. Relações de gênero 3. Mulheres vigilantes I. Título.

CDU 37:331 – 055.2

EDVALDO COSTA RODRIGUES

**A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NA VIDA DE MULHERES VIGILANTES
EM SÃO LUÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profª. Diomar das Graças Motta (Orientadora)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Maria José Pires Barros Cardozo
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Profª. Maria Mary Ferreira
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Suplente
Prof. César Augusto Castro
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A Deus, o mestre dos mestres, por ter me dado sabedoria e condições para concluir mais uma etapa acadêmica.

Destaque especial devo dar, em se tratando de agradecimentos, a minha orientadora Professora Doutora Diomar das Graças Motta, pelos conhecimentos transmitidos, incentivo, paciência e amizade durante a elaboração deste estudo.

As professoras Doutora Maria Mary Ferreira, Doutora Maria José Pires Barros Cardozo e Doutora Iran de Maria Leitão Nunes, pelas observações pertinentes durante o exame de qualificação.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão, pela amizade e os conhecimentos transmitidos.

A professora Doutora Célia Frazão Soares Linhares, pelas valiosas sugestões durante a elaboração inicial do projeto de pesquisa.

As mulheres, sujeitos deste estudo, corajosas e valorosas na sua ocupação profissional, que se prontificaram em colaborar com informações importantes, sem as quais, não poderia entender a realidade que desejei investigar.

A coordenação e aos servidores técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão, pela prontidão em ajudar.

Aos amigos do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão, pela amizade, incentivo e momentos de descontração.

Aos meus familiares, por me incentivarem sempre, base sem a qual, não poderia trilhar os caminhos que trilhei e que ainda sonho em trilhar.

A todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram na conclusão deste estudo, meu afeto e minha sincera gratidão.

Para cada mulher que está cansada de atuar
de maneira tímida mesmo sabendo de sua força,
existe um homem que está cansado
de parecer forte quando se sente vulnerável.
Para cada mulher que está cansada de atuar
como se fosse uma ignorante
há um homem deprimido pela exigência de saber tudo.
Para cada mulher que está cansada de ser qualificada
como ser altamente emotivo,
há um homem, a quem se nega o direito
de chorar e de ser delicado...
...Para cada mulher que caminha
em direção a sua libertação
há um homem que descobre que o caminho para a
liberdade tem sido, para ele, um pouco mais fácil.
(Mabel Burim)

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação trabalho-educação na vida de mulheres cuja atividade profissional, anteriormente, era prerrogativa dos homens. Esta é uma forma de, ao situarmos o lugar e a condição social dessas mulheres no mercado de trabalho, compreendermos suas escolhas. Como instrumento e técnica de coleta de dados, utilizamos questionário e a *Análise do Discurso*. Os sujeitos da pesquisa são 20 mulheres que trabalham como vigilantes em agências bancárias e órgãos públicos no município de São Luís, Estado do Maranhão. Como aporte teórico, utilizamos autores que são referências quanto à Análise do Discurso, às mulheres trabalhadoras, relações de gênero e os que tratam da categoria trabalho-educação. De certo nos esforçamos para que teoria e empiria pudessem, de forma satisfatória, contribuir para o objeto de estudo. Como resultado, encontramos uma conflituosa relação entre as categorias trabalho e educação. A escolarização foi concebida por elas, como um pré-requisito para ingressarem no mercado de trabalho, sendo que, devido a vários fatores, poucas mulheres continuam estudando, o que não chega a 2% do total destes sujeitos. O trabalho, por outro lado, tem se constituído, sobremaneira, num meio de sobrevivência e de autonomia familiar. Portanto, nem o trabalho e nem a educação, percebidos na maioria das respostas, tem sido algo prazeroso para essas mulheres, tampouco se relacionaram à questão da ascensão funcional no emprego.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Relações de gênero. Mulheres vigilantes.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the job-education relationship in the lives of women whose occupation was previously the prerogative of men. This is a way, to situate the place and the social status of these women in the labor market, understand their choices. As a tool and technique of data collection used a questionnaire and Discourse Analysis. The research subjects were 20 women who work as guards in banks and government agencies in São Luís, Maranhão State. As a theoretical contribution, authors that are used as references to Discourse Analysis, working women, gender relations and dealing with working-class education. In a strive to theory and empiricism could satisfactorily contribute to the object of study. As a result, we find an adversarial relationship between labor and education categories. The school was designed by them, as a prerequisite for entering the labor market, and, due to several factors, few women continue studying, which is hardly 2% of these subjects. The work, however, has constituted, excessively, a means of survival and family autonomy. Therefore, neither work nor education perceived in most responses, has been something pleasurable for these women, nor is it related to the functional rise in employment.

Keywords: Education. Work. Gender relations. Women beware.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 UM INQUÉRITO SOBRE AS MULHERES	15
2.1 Descobrimo sobre a educação e a família	17
2.2 Encontrando pistas sobre o lugar onde trabalhavam e os postos que ocupavam	23
2.3 Unindo as peças do quebra-cabeça na participação das mulheres nos movimentos feministas, na política e nas questões de gênero	33
3 REFLEXÕES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E GÊNERO	44
3.1 Trabalho, educação e gênero: categorias importantes para a compreensão dos comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade	45
3.2 As configurações no mundo do trabalho e as demandas sobre a educação e os (as) trabalhadores (as)	58
4 AS PROFISSÕES TÊM SEXO?	67
4.1 A ocupação de vigilante.....	68
5 A ANÁLISE DOS DISCURSOS	75
5.1 Caracterizando as mulheres sujeitos da pesquisa	78
5.2 Espelho, espelho meu: a percepção das mulheres sobre si e sobre a ocupação de vigilante	85
5.3 O sentido do trabalho para as mulheres	89
6 CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	111
APÊNDICE B – Questionário para Vigilantes.....	112

1 INTRODUÇÃO

*Para entender uma mulher
é preciso mais que deitar-se com ela...
Há de se ter mais sonhos e cartas na mesa
que se possa prever nossa vã pretensão...*

*Para conhecer uma mulher, mais que em seu orgasmo, tem de ser mais que
amante perfeito...
Há de se ter o jeito certo ao sair, e
fazer da saudade e das lembranças, todo sorriso...*

*Para conquistar uma mulher,
mais que ser este amante, há de se querer o amanhã,
e depois do amor um silêncio de cumplicidade...
e mostrar que o que se quis é menor do que o que não se deve perder.*

*É esperar amanhecer, e nem lembrar do relógio ou café... Há que ser mulher,
por um triz e, então, ser feliz!*

(Carlos Drummond de Andrade - fragmentos do poema *Mulher*)

O poema de Drummond vem confirmar que, escrever sobre mulheres, não é tarefa fácil! Antes de escrevirmos alguma coisa, é necessário conhecer suas trajetórias ao longo da história, saber o que falaram e estão falando sobre elas e o que elas mesmas falam sobre si. Daí será possível compreender suas ações em determinado contexto histórico. Michele Perrot e Georges Duby (1990)¹, que trabalham com a categoria “audácia” quando falam de mulher, ao fazerem uma análise sobre a condição social das mulheres no ocidente, observaram que os homens faziam de tudo para que as mulheres permanecessem no espaço privado, ou seja, no lar.

Os homens tentaram conter o crescente poder feminino na sociedade, no entanto, sem muito sucesso, vez que, as mulheres, já tinham desenvolvido uma consciência que as ajudou a procurar meios de se inserir na vida pública, muito embora isto fosse entendido, por eles, como um estado de loucura, uma forma de libertinagem. Nesse sentido, a filantropia foi o primeiro passo para as mulheres saírem do espaço a que estavam aprisionadas, e ao tempo em que cuidavam dos mais necessitados, também discutiam sobre suas próprias realidades e como poderiam mudar suas histórias de vida.

Diante disto, observamos que, antes dos estudos de Perrot, a história das mulheres esteve colocada em segundo plano pela historiografia e, se continuasse assim, comprometeria

¹ Ver: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**: a Idade Média. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

todo entendimento de como se formaram as sociedades, vez que, como mesma afirmava: “uma história sem as mulheres seria impossível”. Pois bem, é evidente que, desde a Antiguidade grega até nossos dias, as mulheres alcançaram progressos com relação aos seus direitos. A igualdade de gênero e raça no Brasil, por exemplo, muito se deve a luta dos movimentos feministas, tendo alcançado tamanho vulto a ponto de mobilizar a sociedade civil organizada e pressionar o poder público, para a criação de leis e políticas públicas, voltadas para as questões das mulheres.

Nesse sentido, destacamos o surgimento de diversas secretarias especiais para as mulheres, e a criação da Lei nº 11.340/06 (conhecida como Lei Maria da Penha), a qual tornou mais rigorosa as punições das agressões de violência doméstica e intrafamiliar. Destacamos também à reformulação do Código Civil brasileiro que tratou com mais ênfase sobre igualdade entre os sexos. No entanto, é preciso o país avançar mais, pois os indicadores sociais demonstram que as conquistas femininas são poucas se comparadas com as já alcançadas pelos homens.

Para esclarecer melhor o que foi dito, trazemos os dados dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Relatório de 2011 – *Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos*, apontou que o Brasil ficou na 80ª posição quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) *ajustado à desigualdade de gênero*². Nele, observamos que as mulheres tiveram um percentual de apenas 9,6% quanto aos *assentos no parlamento nacional*.³ Quanto à população com pelo menos *o ensino secundário a partir dos 25 anos*⁴ o percentual foi de 48,8% para as mulheres e 46,3% para os homens. E quanto à taxa de *participação na força de trabalho*⁵ o Relatório mostrou um percentual de 60,1%, para as mulheres e 81,9% para os homens (RELATÓRIO PNUD, 2011, p. 134-146).

Dois anos depois, o Relatório de 2013 – *A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado* mostrou que o Brasil ficou na 85ª posição. O percentual de *assentos no parlamento nacional* permaneceu com 9,6%, a população com pelo menos *o*

² O **Índice de Desigualdade de Gênero**, segundo o PNUD, é “uma medida composta que reflecte a desigualdade de realizações entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho”. (PNUD, 2011, p. 175).

³ “Proporção de assentos detidos por mulheres, numa câmara baixa ou única ou numa câmara alta ou senado, expressa como percentagem dos assentos totais”. (PNUD, 2011, p. 175).

⁴ População que atingiu pelo menos um nível secundário de ensino.

⁵ “Proporção da população em idade activa de um país que se envolve no mercado de trabalho, seja a trabalhar ou a procurar activamente trabalho, expressa como percentagem da população em idade activa”. (PNUD, 2011, p. 175).

ensino secundário a partir dos 25 anos aumentou em 50,5% para as mulheres e 48,5% para os homens. Quanto à *força de trabalho*, houve diminuição para ambos os sexos: as mulheres apareceram com 59,6% e, homens, com 80,9%. O que mostra uma diferença de 21,3%, entre ambos, e um decréscimo de 0,5% quanto aos resultados de 2011 em relação às mulheres (RELATÓRIO PNUD, 2013, p. 153-163). Os indicadores dos dois relatórios deixam evidente que, embora homens e mulheres se aproximem na questão da escolarização, se distanciam no fator trabalho.

Essa realidade poderia ser diferente, tendo em vista que, em grande parte dos países, as mulheres somam a maioria da população, como é o caso do Brasil, representando cerca de 3,9 milhões a mais que os homens, segundo os dados do Censo IBGE 2000/2010, cuja população foi de 190.732.694 habitantes. Quanto à *proporção de unidades domésticas, por número de responsáveis, segundo o sexo* o Censo mostrou 72,7% para mulheres e 68,9% para os homens.

Em São Luís, capital do Estado do Maranhão, cuja população está estimada em 1.014.837 habitantes, no que se refere ao número de *domicílios de pessoas responsáveis com condição de atividade e de ocupação*, o Censo mostrou um total de 122.619 domicílios para os homens e 80.980 para as mulheres. Esses dados mostram que as mulheres enfrentam muitos desafios, principalmente quanto ao papel de provedor familiar. Essas informações são importantes, pois ajudam a identificar o lugar e a condição social das mulheres na sociedade.

Nesse contexto, São Luís, assim como outros cantos do mundo, tem passado por profundas transformações quanto ao mercado de trabalho no que se refere à questão de gênero. As mulheres já estão trabalhando em praticamente todos os setores econômicos. Estão na construção civil, nas companhias telefônicas e de energia elétrica; estão dirigindo ônibus, táxis e moto taxis, são frentistas em postos de combustíveis, são vigilantes armadas, dentre outras ocupações. Isto tem ajudado na valorização da mão-de-obra feminina, na minimização das desigualdades de gênero, na construção de identidades e na demarcação novos espaços sociais.

Gomes (2001) pontua que essas transformações vão contribuindo para quebrar paradigmas quanto à concepção de que “certas profissões” seriam mais bem executadas pelos homens. Muito embora, a expansão na oferta de empregos, não assegure a distribuição equitativa das vagas quanto ao sexo e, nesse ponto, deve haver ações afirmativas que, de fato, concretizem o princípio constitucional de igualdade, pois não é possível concebemos uma sociedade democrática se as desigualdades se acentuam cada vez mais, contribuindo, para

afirmar, sobre as minorias e, principalmente sobre as mulheres, que ainda não conseguiram um lugar na vida pública; imagens desprestigiadas, representações carregadas de estereótipos.

Nessa ótica, Touraine (2010, p. 15) chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, os termos empregados às mulheres:

[...] são tão carregados de dominação masculina e delineiam tão nitidamente a figura da inferioridade ou da impureza, que a luta contra a desigualdade, a violência e as proibições não parece dar-se um objetivo mais audacioso do que abolir as diferenças entre homens e mulheres.

Diante dessas premissas, este estudo, por abordar um tema plural e que envolve categorias como trabalho, educação, trabalhador, relações de gênero e classe social, optou por circunscrever o foco de investigação sobre a mulher no mercado de trabalho de São Luís, tendo como objeto de estudo, *mulheres*, cujas *ocupações profissionais*, anteriormente, estiveram sendo executadas exclusivamente por homens, e neste caso, escolhemos a *ocupação de vigilante*.

Isto porque, não há dúvidas que o ingresso da mulher no mercado de trabalho faz parte de um processo decorrente de transformações sociais, políticas, culturais e econômicas, ocorrendo de diferentes formas, dependendo do contexto e do grupo social que estas trabalhadoras se inserem. E, nesta perspectiva, o estudo orienta-se pela questão de que a educação possibilita e influencia no acesso e permanência das pessoas no mercado de trabalho, restando saber, analisando-se o caso das *mulheres vigilantes*, como vem ocorrendo esse processo.

Podemos dizer que as mulheres que desempenham a profissão de vigilantes, se assemelham, em parte, às mulheres de Esparta, na Grécia Antiga, pela sua coragem, destreza e habilidade, a exemplo, o manuseio de armas. Como curiosidade sobre o assunto, destacamos que, nos rituais de casamento, a espartana, era raptada (simbolicamente) pelo noivo, tendo seu cabelo cortado rente ao pescoço. Em seguida, vestia-se como um homem e era levada à casa comunal (local em que habitavam outros soldados) para passar a noite de núpcias. No dia seguinte, retornava para a casa de sua família.

Nesse entendimento e levando-se em consideração que “a participação no mercado de trabalho é influenciada em alta medida pelo nível educacional atingido” (MEDALOZZO, 2011, p. 3), torna-se importante apreciarmos, também, algumas dimensões como escolarização, qualificação profissional, igualdade de oportunidades, discriminação, assédio, assalariamento, vínculo empregatício e ascensão funcional. Assim, a natureza deste tema e a perspectiva sob a qual nos colocamos para abordá-lo expandem a área de indagação,

em virtude de a ocupação feminina nos postos de trabalho já citados, ter produzido transformação nas relações de gênero, exigindo um estudo que possa revelar o lugar e a condição social da mulher no mercado de trabalho em São Luís.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a relação trabalho-educação na vida de *mulheres vigilantes* em São Luís. Quanto aos objetivos específicos, elegemos dois para serem contemplados. *Identificar* o perfil das trabalhadoras e a localização, por sexo, na hierarquia dos postos de trabalho. E *examinar* a vida dessas trabalhadoras no tocante às formas de resistência e superação, quanto às relações de gênero que se legitimam no cotidiano familiar e do trabalho, no que concerne à construção de projetos de vida e profissão.

Desse modo, vamos questionando se a inserção das mulheres no mercado de trabalho como vigilantes, tem ocorrido de forma equitativa ou produzido segregação quanto às relações de gênero, caracterizada pela discriminação e desigualdade, no que se refere ao ingresso e permanência nas empresas de vigilância em São Luís, considerando-se que essas mulheres possuem as mesmas características profissionais que os homens.

Sendo assim, não é apenas esse interesse que torna significativo o momento escolhido e o tema focalizado, mas também, as suas características internas, a importância social do estudo e o impacto que pode causar nas relações sociais quanto à mudança de paradigma familiar e cultural, o alcance e interpretação subjetiva extraídas das experiências das mulheres mostrando os desafios de adaptação e aceitação enfrentados por elas e suas soluções, bem como a contribuição quanto à valorização feminina na sociedade, que se somam à relevância deste estudo.

O aporte teórico-metodológico deste estudo fundamenta-se principalmente nas discussões feitas por Michelle Perrot, Pierre Bourdieu, Edward Thompson e Michel Pêcheux. Perrot (1990, 1998, 2005) trata sobre o papel da mulher na sociedade, sua condição feminina e sua necessidade de afirma-se frente às mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Através de sua obra *A história das mulheres no ocidente*, em parceria com Georges Duby, foi possível dar visibilidade as mulheres, mesmo que esta obra tenha sofrido duras críticas por parte de historiadores alegando que não houve uma ruptura com a história tradicional, linear, mostrando certa temporalidade através dos recortes cronológicos. Não comungamos das ideias desses historiadores, pelo contrário, concordamos com Perrot, pois os recortes foram importantes para mostrar as representações sobre as mulheres em dado momento da história.

Pierre Bourdieu (1999) discute as relações de poder entre as pessoas e a dominação de algumas minorias, por isso procurou estudar a dominação masculina enquanto uma estrutura invariável, incorporada por homens e mulheres diante de uma sociedade

constituída pelo masculino. Edward Thompson (1988), ao pesquisar a classe operária inglesa no século XVIII, discutiu o papel da classe social, enquanto fenômeno histórico na transformação da sociedade concebendo que ela emerge das relações humanas, pois os indivíduos ao perceberem a opressão que estão sofrendo, buscam meios de mudar suas realidades. O que ele chamou de *consciência de classe*.

Em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1, Thompson ao reconstituir o movimento histórico da transição da sociedade inglesa para o capitalismo industrial, enfoca o contexto da vida dos trabalhadores, suas lutas, suas aspirações e como construíram suas identidades pessoais e sociais em um dado contexto histórico. Buscou esclarecer como os trabalhadores formam suas consciências de classe e a influência destas na mudança de comportamento.

Dialogamos, também, com: Beauvoir (1980), Dubar (1998), Bruschini (1979, 1983, 1990, 1998), Coriat (1994), Nibert Elias (1994), Hirata (1994, 2006, 2009, 2010), Kuenzer (1991, 1998, 2002, 2005), Louro (1997), Saffioti (1979, 1995, 1997, 2004), Scott (1990, 1991, 1992), Touraine (2010) e Zarifian (2003), pois tratam, também, das questões relativas a trabalho, educação e relações de gênero.

No que se refere à parte metodológica, este estudo apresenta características de natureza qualitativa, mas sem desconsiderar as dimensões quantitativas, tendo em vista que, a inter-relação dessas duas abordagens, possibilita uma maior interpretação acerca da investigação proposta. Como instrumento e técnica de coleta de dados, utilizamos questionário e a *Análise de Discurso (AD)*, esta, com base nas orientações de Michel Pêcheux (1988, 1990, 2005) e Eni Orlandi (1994, 2012).

Quanto ao planejamento das ações da pesquisa, no primeiro momento, realizamos um levantamento dos postos de trabalho em São Luís, escolhendo agências bancárias e órgãos públicos, considerando a questão do acesso. Em seguida, aplicamos questionário contendo perguntas abertas e fechadas, o que possibilitou a livre expressão dos sujeitos, já que o objetivo com esse instrumento era conhecer a realidade social, familiar e profissional das mulheres relacionando-os ao objeto de estudo. No outro momento, as informações foram interpretadas através à luz da Análise de Discurso, identificando-se as categorias de análise e procedendo ao diálogo com a fundamentação teórica.

Portanto, a partir do discurso das mulheres vigilantes, foi possível conhecermos um pouco de suas vidas, identificarmos seus sentimentos, comportamentos, perspectivas de vida, a ideologia inculcada pela educação e pela sociedade; as relações de poder derivadas, principalmente, das relações de gênero, que se constituem na família e no ambiente de

trabalho e as implicações nos projetos de vida e profissão dessas mulheres. Isto porque “[...] todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de derivas possíveis [...]” (PÊCHEUX, 2005, p. 53). Por isso, quisemos não apenas conhecer a realidade das mulheres, mas, sobretudo, como essa realidade é vista e sentida por elas, tendo em vista que são produto e produtoras da ordem social, que por sua vez, está sempre em constante transformação.

Segundo Rocha-Coutinho (1998, p. 222) a Análise de Discurso é:

Um modelo de análise que pretende investigar, a partir da fala dos sujeitos, exemplos da presença de diferentes comportamentos e de sistemas de ideias distintos, mais ou menos visíveis, coerentes ou conflitantes, e que se escondem por trás do comportamento das pessoas ou grupos.

Em outras palavras, a AD possibilita, por exemplo, a compreensão de como se dá a interação entre os sujeitos no contexto do ambiente de trabalho, as manifestações de poder, a negociação entre patrão e empregado, as táticas utilizadas por ambos, bem como a participação de cada um nesse processo.

Excetuando a parte introdutória, a dissertação está estruturada em quatro tópicos. No primeiro tópico fazemos breves inserções históricas acerca da vida das mulheres: a educação, a família e o trabalho, a participação nos movimentos feministas, na política e nas questões de gênero. No segundo tópico abordamos as categorias trabalho, educação e gênero fazendo a conexão com as configurações no mundo do trabalho e as demandas sobre a educação e os(as) trabalhadores(as) no que concerne a empregabilidade.

O terceiro tópico é dedicado à caracterização da ocupação de vigilante, mostrando as bases legais e peculiaridades profissionais. E por fim, no quarto tópico, fazemos a análise dos discursos tendo como material a percepção das mulheres vigilantes com relação a si, ao trabalho e a educação, além da percepção das pessoas sobre elas. Em outras palavras, esse tópico é destinado com maior ênfase ao debate empiria teoria.

Esperamos que, este estudo, vá ao encontro de nossa inquietação principal, que é o adentramento de mulheres em ocupações, majoritariamente, masculinas. Dentre estas, nossa escolha recaiu sobre as vigilantes, tendo em vista ser uma ocupação em expansão, mas que dia-a-dia essas profissionais podem estar convivendo com a insegurança, tendo em vista a violência crescente na sociedade e, dentre outras coisas, também, as atribuições, anteriormente impensadas para mulheres, a exemplo o porte de armas.

2 UM INQUÉRITO SOBRE AS MULHERES

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educada por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher.

(Simone de Beauvoir - *O segundo sexo*).

Neste tópico, instauramos um “inquérito” visando investigar, do ponto de vista histórico-social, como as mulheres se projetaram na sociedade, desempenhando seus papéis sociais e, exercendo hoje, as mais diferentes ocupações profissionais. Essa investigação é importante porque possibilita perseguir o objetivo geral do estudo, que é analisar a relação trabalho-educação na vida de mulheres vigilantes no município de São Luís. O que subsidiará a compreensão dos tópicos que se seguem.

Nesse sentido, temos que revisitar, mesmo que brevemente, o passado, pois em cada momento da história, os indivíduos, de modo geral, influenciam e são influenciados pelas transformações que vão ocorrendo na sociedade. Por isso, resolvemos fazer breves inserções sobre a vida das mulheres, investigando sobre a educação, a família, o trabalho, os primeiros movimentos feministas e a participação política.

Segundo Scott (1992, p. 63)

A história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. Apesar das enormes diferenças nos recursos para elas alocados, em sua representação e seu lugar no currículo, na posição a ela concedida pelas universidades e pelas associações disciplinares, parece não haver mais dúvida de que a história das mulheres é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo.

A esse respeito, observamos que, durante algum tempo, a história das mulheres esteve escondida devido a diversos fatores, tardando o seu reconhecimento enquanto um campo historiográfico. Foi a partir do século XX, que houve uma intensificação em torno do debates quanto ao papel feminino na sociedade, impulsionando os historiadores a estudarem sobre as mulheres. De acordo com Scott (1992, p. 39) “a história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a ‘humanidade’ tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado”. A isto se somam os modelos educativos destinados às mulheres, que

dificultaram os avanços no que concerne aprender ler, escrever e, sobretudo, prosseguir com os estudos.

Para Hobsbawm (1987, p. 123) as mulheres deveriam ser estudadas através de uma historiográfica específica, pois:

As mulheres frequentemente salientaram que os historiadores do sexo masculino no passado, inclusive marxistas, ignoraram grosseiramente a metade feminina da raça humana. A crítica é justa; este escritor aceita que se aplique à sua própria obra. Entretanto, se esta deficiência deve ser corrigida, não poderá ser simplesmente pelo desenvolvimento de um ramo especializado da história que lide exclusivamente com as mulheres, porque na sociedade humana os dois sexos são inseparáveis. O que também precisamos estudar são as formas em mudança das relações entre os sexos, tanto na realidade social, quanto imagem que cada sexo tem do outro.

No caso do Brasil, os estudos sobre mulheres se intensificaram e repercutiram positivamente a partir da década de 1970, sendo que, o “Ano Internacional da Mulher”, decretado pela ONU, em 1975; o concurso da Fundação Carlos Chagas em 1978, premiando pesquisas com a temática mulher; e o seminário “A Mulher e a Força de Trabalho na América Latina”, em 1984 no Rio de Janeiro – ajudaram a colocar a mulher na posição de protagonista quanto aos estudos acadêmicos (FERREIRA, 1997).

Sendo assim, ao investigarmos sobre a educação que as mulheres receberam, tivemos a intenção de mostrar que, de acordo com o percurso da história, o acesso à educação não foi igualitário entre homens e mulheres; e mais desigual para as camadas pobres, para os escravos e os desassistidos socialmente. Ao trazermos a família para ser discutida neste estudo, quisemos destacar não apenas os tipos de famílias existentes em certo período, mas, também, o modo pelo qual as relações entre as mulheres e seus familiares eram estruturadas, tendo em vista a preponderância da sociedade patriarcal. Quisemos, também, identificar a influência que os provedores da casa exerciam sobre o lugar e o papel das mulheres na sociedade.

Na abordagem sobre o trabalho nossa intenção foi discutir o hiato que se forma entre a melhoria das condições de vida das mulheres e o aprisionamento delas ao emprego, à medida que é inculcada a ideologia de ganhos econômicos, fazendo com que se distanciem da vida familiar, perdendo a liberdade ao estarem subordinadas as duras jornadas de trabalho ou a competitividade com os homens em busca de autonomia financeira e ascensão profissional.

Assim, ao longo desta explanação, enfatizamos como o universo da mulher vai mudando e como são impostas a elas determinadas atribuições sociais. Também buscamos enfatizar em que medida a educação influencia na ascensão social das mulheres. De igual maneira, discutimos as formas como o trabalho vem se configurando e as táticas femininas

utilizadas para conquistar a vida pública. Ao discorrermos sobre a participação nos movimentos feministas, na política e nas questões de gênero, o objetivo foi mostrar em que condições esses movimentos surgiram, como as mulheres se projetaram na política, como têm discutido a temática gênero, os ganhos já conquistados, os limites e possibilidades quanto às reivindicações.

2.1 Descobrimos sobre a educação e a família

Na Antiguidade grega, a educação caracterizou-se pela seletividade, pela diferenciação de papéis sociais, pela exclusão de grupos sociais, pela manutenção da tradição e costumes. Esteve marcada pela separação entre dominantes e dominados, persistindo o dualismo entre trabalho intelectual e trabalho manual, a separação entre educação de meninos e meninas, e uma forte influência da família e do Estado nesse processo. A educação centrava-se na formação integral do indivíduo. Corpo e espírito deveriam estar em harmonia, por isso a preocupação com o preparo militar ou esportivo e o debate intelectual.

Atenas e Esparta, as duas cidades-Estados mais importantes da Grécia, tinham dois modelos de educação bem distintos: um destinado à formação humana pela cultura, valorizando o indivíduo; e o outro, visando à formação de cidadãos-guerreiros. Já em Roma a educação das mulheres estava voltada para uma formação que as preparassem para serem boas esposas e mães (CAMBI, 1999).

Com o surgimento da *Polis*⁶ aumentaram as demandas por instrução, nasce então às primeiras escolas para atender inicialmente aos filhos da nobreza. Da educação grega, herdamos muita coisa, a exemplo a educação física, matemática, geometria e astronomia. Com o passar dos tempos, à medida que se ampliavam os ensinamentos teóricos restringiam-se os físicos.

A educação na Idade Média⁷, inicialmente, esteve controlada pela igreja, restringindo-se ao clero (primeira classe da sociedade) e as mulheres que estavam inseridas nas ordens religiosas. As demais mulheres, principalmente as camponesas, não tinham acesso à educação formal. Às nobres, cabia-lhes aprender, dentro dos castelos, apenas os fundamentos da etiqueta e gestão doméstica. As mulheres casadas pertenciam aos seus

⁶ Modelo das antigas cidades gregas, desde o período arcaico até o período clássico. Era um pequeno território, normalmente localizado no ponto mais alto da região, sendo constituído por um aglomerado urbano, abrangendo toda a vida pública.

⁷ Período da história da Europa entre os séculos V e XV. Inicia-se com a Queda do Império Romano do Ocidente e termina durante a transição para a Idade Moderna.

esposos, e as solteiras, estavam sob a responsabilidade dos pais ou irmãos. Foi um período marcado pela conversão dos bárbaros ao Cristianismo, sendo que a educação serviu para divulgar costumes e crenças, bem como valores e normas de comportamento. Em outras palavras, a educação medieval estava pautada na noção de pecado pregada pela Igreja (CAMBI, 1999).

No Brasil, durante o período Brasil-Colônia (1500-1822)⁸, de acordo com a professora Diomar das Graças Motta (2004, p. 51) “a primeira instituição feminina de que se tem notícia no Maranhão, foi o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios”, iniciada em 5 de agosto de 1753, sediado em São Luís, estando sob a responsabilidade de Frei Gabriel Malagrida (1689-1761), um missionário da Companhia de Jesus⁹.

Pois bem, esse tipo de instituição foi criada através da Carta Régia de 2 de setembro de 1603, mas, outras instituições religiosas femininas já estavam em funcionamento nos Estados da Bahia e de Pernambuco, destinando-se principalmente a alojar as moças brancas, católicas, e de boa família; embora também abrigasse as órfãs, as filhas de militares, as viúvas e as esposas abandonadas, sendo que estas últimas deveriam pagar pela estadia, por isso o nome de Recolhimento.

Ainda, segundo a professora Motta (2004), Frei Malagrida enfrentou diversos desafios, quanto ao desenvolvimento do seu projeto educativo, e o principal deles foi conseguir recursos para concluir a edificação do Recolhimento e mantê-lo financeiramente. E isto fez com que ele saísse em busca de doações. Inicialmente, a instituição abrigou 15 recolhidas, funcionando provisoriamente em uma casa à Rua da Palma, no Centro de São Luís. Em 1840 já abrigava 130 pessoas, entre recolhidas, pensionistas e servas. Isto mostra o caráter político e econômico da educação.

Green (1990, p. 258) analisando as comunidades judaicas, especialmente as da Europa Central e Oriental, observou que a educação da mulher judia estava marcada pela diferenciação quanto à relação entre os sexos. O estudo era algo reservado aos homens, pois “o Judaísmo prescreve um papel claramente à parte para as mulheres, tanto na sinagoga quanto como na cultura judaica em geral”, refletindo diretamente na educação, isto porque, segundo essa religião, o homem deve cumprir alguns deveres já designados por Deus, os quais as mulheres estão isentas, como por exemplo, o estudo obrigatório da Tora¹⁰.

Green (1990) acrescenta que na Rússia, início do século XIX, a educação judaica

⁸ O período entre a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, em 1500, e a Independência, no ano de 1822.

⁹ Ordem religiosa católica, masculina, fundada por Inácio de Loyola em 15 de agosto de 1534. Seus membros são chamados de jesuítas.

¹⁰ Diz respeito às leis que regulam a vida quotidiana dos judeus.

destinava-se aos rapazes e aos adultos, sendo que ricos e pobres frequentavam escolas diferentes, *heder* e *talmudtorah*, respectivamente, mas isto a partir de meados da década de 1844, quando o ministro da educação de Nicolau I criou escolas para crianças judias, pois até então, essas crianças, tinham sido excluídas do sistema educativo. Quando era permitido às meninas frequentar o *heder*, ficavam em salas separadas e a instrução era dada pela esposa do professor, num período de, no máximo, dois anos, tempo que deveria ser suficiente para aprenderem a ler e escrever, visando principalmente memorizar as orações em hebraico.

Green (1990) continua esclarecendo que até o final do século XIX a maior parte das mulheres judias era analfabeta, as poucas que frequentaram a escola secundária e a universidade se viram obrigadas a estudar em outros países, principalmente na França. Cabe destacar que, muitas medidas governamentais foram tomadas para limitar o número de estudantes judeus ao ensino superior. Mas na França, Universidade de Paris, isto era diferente, pois mais de um terço dos estudantes era feminino, constituído principalmente de moças romenas e russas, estas por sua vez, faziam matrículas em cursos como medicina e direito, e representavam um percentual muito maior, em relação às próprias estudantes francesas.

No Brasil de 1827, segundo Cambi (1999), numa sociedade escravocrata e rural, os legisladores da época determinaram o estabelecimento de escolas de primeiras letras, ou comumente conhecidas como as “pedagogias”. Essas escolas deveriam ser implantadas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, no entanto, a legislação não foi cumprida de fato, do ponto de vista da oferta e a expansão do ensino, como pensada. As poucas escolas que haviam, estavam destinadas a meninos ou meninas, normalmente fundadas por congregações e ordens religiosas, ou mesmo as escolas mantidas por professores leigos. O ensino das pedagogias, era o único nível de ensino a que as meninas teriam acesso, tendo em vista que:

Puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do gênero. Colocaram em dúvida o modelo tradicional de formação caracterizado como “sexista” (vinculado apenas ao modelo masculino, visto como superior e universal, mas na realidade marcado pelos preconceitos do machismo: do domínio à violência, ao racionalismo abstrato e formal, à repressão/sublimação dos instintos), portanto como ocultador/negador do “segundo sexo” [...] (CAMBI, 1999, p. 638).

Cambi (1999) continua colaborando com essa análise, realçando que a educação dos meninos e meninas era diferenciada até mesmo quanto à contratação de professores. Para as meninas eram contratadas as mestras dos estabelecimentos, tendo como requisito aquelas senhoras respeitadas na sociedade. Essas “professoras” se encarregavam de ensinar a ler e escrever, além de coser e bordar. Já para os meninos, eram escolhidos homens professores

com conhecimento em geometria, disciplina esta que não fazia parte do currículo das meninas. Isto mostra que essa forma de conduzir a educação só reforçava as diferenças sociais e de gênero. Nesse sentido, as capacidades e aptidões dos alunos eram levadas em consideração apenas como condição classificatória.

A esse respeito Pierre Bourdieu (1930-2002), baseando-se na lógica da dominação social, enfatizava que a educação tinha um caráter de domesticação, adestrando ou forçando os indivíduos a se adequarem às normas da sociedade. Para ele “a educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo... a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou, pelo contrário, abaixá-los para os pés etc. [...]” (BOURDIEU, 1999, p.38). Por isso concebia que o sistema escolar não dava conta de igualar as oportunidades ou dar cultura a todos, logo, a escola deveria concentrar esforços no sentido de não reforçar as desigualdades, pois do contrário, estaria privilegiando apenas os conhecimentos socialmente construídos pela elite.

Assim, explicitado essa parte sobre a educação das mulheres, passamos a nos reportar deste ponto em diante, sobre o lugar social das mulheres na família. Norbert Elias (1994) em sua obra *O processo civilizador*, ao tratar sobre a história dos costumes, centra o foco de investigação sobre a sociedade medieval, mostrando, entre outras coisas, o pensamento de alguns autores da época em relação ao comportamento que as pessoas deveriam ter no grupo social ao qual faziam parte. Algumas obras foram adotadas pelas escolas para serem trabalhadas na educação das crianças, como é o caso da obra de Erasmo de Rotterdam: *De civilitate morum puerilium*¹¹, a qual dedicou a um príncipe.

Na obra inglesa *Staus puer in mensam*¹² (1463-1483), é orientado para a mulher o seguinte:

E se assim acontecer, à noite ou em qualquer tempo, de teres que te deitar com qualquer homem que seja superior a ti, reserva-lhe o lado da cama que seja mais do agrado dele, e deita-te do outro lado, pois é aquele o teu quinhão. Nem vás para cama primeiro, a menos que teu superior te convide [...] E quando estiveres na cama, manda cortesia que te deites com os pés e as mãos bem retos. Quando tiverdes conversando o que vos desejáveis, diz-lhe boa-noite sem demora [...] (ELIAS, 1994, p. 162-163).

Isto mostra que o ideal de esposa, estava ligado à submissão ao marido e a sociedade. A obra *Des bonnes moeurs et honnestes contenances*¹³, de Pierre Broe (1555), é ainda mais discriminatória quanto ao papel e ao comportamento que as mulheres deveriam ter

¹¹ Da civilidade dos costumes das crianças. (Tradução própria)

¹² Moralidade e boas capacidades. (Tradução própria)

¹³ Moralidade, bondade e capacidades. (Tradução própria)

no quarto, mesmo que longe das vistas dos outros: “se divide uma cama com outro homem, fique imóvel. Tome cuidado para não aborrecê-lo, nem se descobrir com movimentos bruscos. E se ele estiver dormindo, cuidado para não acordá-lo” (ELIAS, 1994, p. 163).

Na Europa do século XVIII, o lugar feminino caracterizava-se como secundário, pois as mulheres deveriam obedecer à vontade dos pais, principalmente com relação ao casamento. Porém, casar uma filha, era uma tarefa árdua, demandava paciência e todo um jogo de interesse. Eram comuns os acordos econômicos entre as famílias dos noivos, regra que valia independentemente de qualquer classe social. Nas famílias abastadas, o pai sustentava a filha até ela se casar, mas, antes de ser desposada, já deveria ter um vantajoso dote – o que muito agradava o noivo e era um preponderante para um casamento (SAFFIOTI, 1969).

Mas, o “casamento” não representava apenas a “libertação” e a saída de casa para a moça ou a diminuição das despesas familiares, era também um negócio lucrativo que, às vezes, possibilitava a elevação social da família. As moças da classe pobre, também, tinham de ter certo “dote” visando um casamento, a diferença é que tinha de trabalhar para juntá-lo. Embora algumas moças fossem responsáveis pelo próprio sustendo, no entanto, essa independência, não permanecia após o casamento, pois a mulher deveria, a partir de então, obedecer ao esposo, que por sua vez, substituiria a figura do pai. Àquelas que não encontravam um casamento de imediato, iam trabalhar nas casas de outras pessoas, recebendo como salário a comida e a hospedagem. Dinheiro só lhe era entregue quando saíssem de lá para casarem ou assumirem outro emprego.¹⁴

Isto era característico da sociedade patriarcal, imperando a dominação e exploração das mulheres pelos homens, e desse modo, naturalizando as diferenças sexuais ao valorizar o fator biológico. Nesse sistema social, o poder político do homem é estabelecido pelo contrato, criando construções e representações sociais sobre o papel da mulher na sociedade. O que só ajudou a produzir e reproduzir as diferenças entre os sexos, tendo a violência simbólica, do ponto de vista da submissão feminina, a principal arma dos homens com vista a neutralizar as mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Ainda dentro dessa questão, temos como exemplo as famílias mulçumanas, cujo principal obstáculo das mulheres não era o casamento arranjado, mas sim o controle da sexualidade e a obrigação à virgindade, pois as moças eram constantemente submetidas a

¹⁴ Essa passagem é muito bem ilustrada por Olwen Hufton no capítulo *Mulheres, trabalho e família*, da obra de Georges Duby e Michelle Perrot *O mundo das mulheres no ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*, vol. 3, 1991, p. 23.

exames ginecológicos. Viviam sob a ameaça de rejeição ou de morte, caso cometessem algum ato de conduta inaceitável, e isto as atormentavam ao saberem que o casamento e o isolamento social poderia ser o futuro delas, tendo em vista estarem numa sociedade extremamente rígida quanto às tradições e os costumes. Alguns pais matavam as filhas a fim de não terem despesas com o casamento. Na Arábia as mulheres que transgredissem os costumes eram enterradas vivas como forma de punição (TOURAINÉ, 2010). Mas, essa opressão, não era uma realidade apenas no Oriente.

Nos EUA a situação não era melhor. Em 1824 o tribunal de Carolina do Norte decide que, se não houver ‘injúria permanente ou excesso de violência’, não se deverá interferir as questões domésticas relativas a espancamentos das mulheres pelo marido. As partes que resolvam suas questões e vivam juntas, como devem fazer marido e mulher. Admitia-se que as esposas não sabiam o que fazer e deveriam ser ‘educadas’ com surras de vez em quando (MONTEIRO, 1990, p. 51).

Essas determinações denotam a discriminação e a violação contra os direitos das mulheres, e mais surpreendente, por vir dos Estados Unidos, país em que a cidadania era constantemente reiterada. Vale ressaltar que, práticas como estas, já aconteciam em outros cantos do mundo. “No país de Gales, século XVII, o marido podia bater, com três golpes, na esposa, contanto que o bastão fosse do tamanho do seu braço e da grossura do seu dedo médio” (MONTEIRO, 1990, p. 51). Isto mostra que a concepção de casamento, naquela época, era a de propriedade privada por parte do marido em relação à esposa, mantendo velhos costumes.

A esse respeito, Hobsbawm (1997, p. 10) ressalta que:

O costume nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve aparecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.

Diante dessas questões, observamos que, no Brasil do século XIX, momento da ascensão da burguesia, a concepção acerca dos papéis sociais das mulheres não era muito diferente. A sociedade brasileira passou por profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, influenciando na estrutura familiar. A intimidade e a maternidade estavam ligadas e deveriam estar sob o controle social, principalmente por parte do chefe da família.

D’Incao (2004, p. 233), assevera que para a sociedade burguesa brasileira, do século XIX, a mulher deveria ser uma “esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo”. Essa forma de representação da mulher, especialmente por

parte da elite dominante era fruto da aristocracia portuguesa. Nesse período vemos “a chamada família patriarcal brasileira, comandada pelo pai, detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala”. Portanto, a mulher tinha sua vida vigiada pela família na pessoa do pai ou do marido para não cometer atos fora da conduta social.

No tocante à questão da conduta da mulher no casamento, Simone de Beauvoir (1908-1986), escritora, filósofa e feminista francesa, defendia a concepção de que a relação sexual era uma relação de subordinação e a maternidade deveria ser uma escolha e não uma obrigação. Quando lançou a obra *O Segundo Sexo*, em 1949, causou uma revolução ao demarcar como a mulher deveria ser vista pelos homens e pela sociedade. Por isso, foi duramente criticada pela imprensa e pela sociedade. Para a imprensa ela só poderia ter sido humilhada pelos homens a ponto de querer ridicularizá-los.

No *Segundo Sexo*, enfatizou que as mulheres deveriam ter o direito de escolher seu destino, não importando qual fosse ele. Mas, para tanto, deveriam se reunir, em cada canto do mundo, a fim de reivindicar sua condição feminina, tendo em vista que a condição de secundarização permanecia em todo o mundo. Beauvoir destacava que, até o momento em que meninos e meninas estão entrando na puberdade, principalmente aos 12 anos, são iguais, daí em diante é que a sociedade vai separá-los, pois as meninas são educadas de maneira diferente (BEAUVOIR, 1980).

Segundo Hobsbawm (1997) isto ocorre, sobretudo, porque as sociedades criaram um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, o que ele chamou de “tradições inventadas”, com o intuito de desenvolver na mente das pessoas, através da cultura, determinados valores e normas de comportamentos construídos historicamente. No entanto, as tradições não têm um caráter fixo, pois se modificam com o tempo, tendo em vista que vão sendo incorporados a elas, novos elementos, de acordo com o contexto, o espaço e o tempo.

2.2 Encontrando pistas sobre o lugar onde trabalhavam e os postos que ocupavam

As mulheres sempre estiveram presentes no mundo do trabalho, mesmo que em determinado momento fossem deixadas à sombra da história. Isto ocorreu, principalmente, devido aos poucos registros em documentos oficiais, embora, enquanto mão-de-obra tenham desempenhado as mais variadas ocupações e contribuindo para o desenvolvimento das sociedades. Desse modo, se hoje, o devido reconhecimento está sendo dado às mulheres, não é por acaso, pois deve ser compreendido como resultado da participação delas nos

movimentos organizados em defesa da valorização e emancipação feminina, desejando, cada vez mais, lugares e condições sociais dignos.

Burke (2002, p. 77), também concorda que se “o trabalho da mulher foi, com frequência, desconsiderado pelos historiadores do sexo masculino”, isto se deve, dentre outras coisas, ao fato da escassez de registros nos documentos oficiais. Segundo ele, o que se sabia sobre as atividades desenvolvidas por elas, era obtido nos registros judiciais, os quais descreviam, normalmente, crimes ocorridos durante uma jornada de trabalho. Mas, para Marx (1996) o capitalismo, também, colaborou para a invisibilidade do trabalho feminino, vez que, considerou apenas como trabalhador, àquele indivíduo que contribuía diretamente ao acúmulo de mais-valia, neste caso, os homens.¹⁵

Portanto, o trabalho doméstico, principalmente o cuidado com a família, por ser concebido como não gerador de riquezas contribuiu para dar invisibilidade do trabalho das mulheres, em determinado período da história. Por isso, outros ramos da história como a história econômica e a história política procuraram estudar as mulheres e seu papel na sociedade. E os historiadores sabiam que escrever sobre elas, seria mexer com muitas estruturas e instituições sociais como a igreja, por exemplo. Afinal, seria preciso contar a história dos seus corpos, da sua sexualidade, da violência sofrida, da exploração nas indústrias, dentre outros.

Fazendo um percurso pela história, destacamos que, na Antiguidade, o cultivo da terra, a coleta de frutos e raízes foram os primeiros trabalhos das mulheres. Já havia, nas comunidades primitivas, a divisão natural do trabalho, ou seja, homens e mulheres contribuía para o sustento do grupo em que estavam inseridos, mas realizando atividades diferenciadas. Portanto, as mulheres não ficavam confinadas em casa, ainda mais pelo fato de que as habitações eram coletivas.

Vale ressaltar que, na sociedade egípcia, a mulher tinha praticamente os mesmos direitos dos homens, fato este, bem diferente se comparado a outras sociedades. As egípcias alcançaram postos relevantes na sociedade como, por exemplo, o de sacerdotisa. Podiam até se tornar faraó, embora extremamente raro. *Hatshepsut* é considerada a primeira mulher a se tornar faraó do Egito. As mulheres eram bem tratadas, podiam receber remuneração e ter propriedades. Pelo fato de terem seus direitos reconhecidos pela lei egípcia, elas podiam ir aos tribunais reclamá-los (JACQ, 2000).

¹⁵ Termo utilizado principalmente por Karl Marx, que pode ser entendido como a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção ou a diferença entre o salário pago e o valor do trabalho produzido.

Durante a Idade Média, encontramos mulheres tecelãs, artesãs, senhoras feudais em defesa da propriedade, fabricantes de cerveja, herboristas¹⁶, parteiras, dentre outras ocupações. As mulheres tiveram importante contribuição no crescimento e desenvolvimento econômico das cidades. Cultivavam cereais, plantavam linho, cuidavam do gado e outros pequenos animais. Havia trabalhos em que homens e mulheres participavam, conjuntamente, como era o caso da colheita de cereais e de uvas. Mas, havia também, trabalhos especificamente femininos, como tosquiado ovelhas, cavar e limpar o quintal, lavar roupa e fabricar pão.

As mulheres aparecem em algumas cidades medievais sendo pequenas comerciantes e vendendo a própria produção (DUBY, PERROT, 1990). No entanto, apesar de desenvolverem as mais diferentes ocupações, até mesmo sendo grandes comerciantes nas cidades do norte da Itália, não existiram para o espaço público, tendo em vista que seu trabalho era considerado como atividade doméstica e complementar¹⁷.

Isto deixa evidente, na Idade Média, a divisão sexual do trabalho, bem como a especialização deste, pois cabia a cada “sexo”, o desempenho de certas funções laborais, e o que os unia em relação ao trabalho era, exatamente, a questão da unidade familiar, ou seja, objetiva-se um máximo rendimento familiar, logo todas as tarefas deveriam gerar lucros e, para tanto precisavam ser bem executadas. O pai ou a mãe exerciam influência na escolha do tipo de ocupação que as filhas iriam seguir, era comum a moça permanecer no mesmo ofício da mãe, como por exemplo, ser lavadeira, costureira, estalajadeira.

A esse respeito, Friedmann (1983, p. 23) destaca que:

A divisão do trabalho se iniciou, há dezenas de milênios, nas obras materiais do homem, a partir de seus primeiros esforços para se adaptar às variações de seus meios naturais e, subsequentemente, para transformá-los. Nesse sentido, podemos considerá-la como contemporânea do triunfo da espécie, da qual explica, a partir da última glaciação, a incomparável expansão entre os outros primatas superiores, no seio de uma natureza hostil.

Friedmann (1983) registra que a divisão do trabalho é ainda mais grave quando afeta os setores desprovidos de poder e de participação política na sociedade cujos atores precisam ser reconhecidos como seres humanos. Salvo as considerações deste autor, prosseguimos observando que era comum na Idade Média ver mulheres solteiras trabalhando, o que faziam principalmente por três motivos: poupar as famílias dos custos sobre sua

¹⁶ Herborista é aquele que trabalha com plantas medicinais e sabe utilizá-las, uma espécie de médico natural.

¹⁷ Esse cenário encontra-se no capítulo *O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)*, discutido por Cláudia Opitz na obra *História das mulheres: a Idade Média*. V. 2, p. 390-397, 1990.

alimentação; acumular um dote; e aprenderem algumas aptidões para o trabalho. Todo esse empenho visava, também, conseguirem um marido, sendo uma esperança de as livrarem da pobreza. Geralmente deixavam a casa por volta dos doze anos de idade, enquanto que os rapazes deixavam por volta dos 14 anos.¹⁸

Nessa variedade de ocupações, tem-se a prostituição, que durante o período medieval, foi tida como uma “profissão” feminina, tendo toda exclusividade legal. As prostitutas gozavam de prestígio junto aos governantes, possuindo “certos direitos e obrigações, como qualquer outra categoria profissional”. O Estado entendia que os prostíbulos ajudariam a conter as badernas causadas pelos jovens e também a diminuição do homossexualismo, vez que, os jovens procuravam as prostitutas para iniciarem sua atividade sexual e extravasarem as energias. Em outras palavras, as mulheres “tinham um lugar próprio e bem definido na vida pública da cidade medieval” (ELIAS, 1994, p. 177).

No Brasil do século XVIII, tivemos em Minas Gerais, mulheres trabalhando na panificação, na tecelagem e na alfaiataria. Estiveram presentes na extração mineral, carregando gamelas com pedras para serem lavadas, trabalharam como roceiras em pequenas propriedades arrendadas. Foram comerciantes ambulantes vendendo principalmente doces e frutas, e proprietárias de pequenos comércios vendendo bebidas e gêneros alimentícios. Além disto, cediam espaço para o planejamento das fugas de escravos, para os contrabandos de ouro e pedras preciosas furtadas pelos escravos, bem como para aquisição de gêneros para abastecer os quilombos. Por isso as pequenas *vendas* representaram uma das ocupações mais importantes desempenhadas por mulheres nesse período (FIGUEIREDO, 2004).

Graham (2005) em seu estudo sobre *história da sociedade e mulheres escravistas brasileiras*, tomando como referência as fazendas cafeeiras do Vale da Paraíba, a partir da década de 1820, mostra que homens e mulheres escravos, “labutavam lado a lado”, plantando, fazendo a limpeza e a colheita nas lavouras de café, sendo que muitas vezes levavam os filhos consigo, pois não tinham com quem deixá-los, fora isto, as escravas tralhavam, também, em outras atividades, tais como:

[...] cozinham, limpavam, lavavam e passavam roupas, carregavam água, esvaziavam os restos da cozinha e dejetos noturnos e entregavam recados. Uma escrava com leite de sua própria gravidez podia amamentar o bebê da senhora ou, como ama seca cuidar dos filhos mais velhos dela (GRAHAM, 2005, p. 41).

¹⁸ Para aprofundar mais sobre o assunto, consultar o capítulo. *Mulheres, trabalho e família*, escrito por Olwen Hufton na obra *História das mulheres no ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. V. 3, p. 27, 1991.

A mulher foi ganhando vulto na sociedade brasileira do século XIX: realizando atividades domésticas no âmbito da casa ou trabalhando nas fábricas. Conseqüentemente, tornou-se um tema em debate, especialmente porque era urgente definir o papel que deveria no espaço privado e público. Aos poucos foi ocupando espaço em que a oportunidade estava franqueada, tendo em vista que, muitos homens, mudavam continuamente de empregos, deixando vagas ociosas nas indústrias.

Scott (1991, p. 443), fazendo uma interpretação desse assunto, e centrando a atenção na questão da mulher no mundo do trabalho, acrescenta que:

A mulher trabalhadora foi um produto da Revolução Industrial, não tanto porque a mecanização tenha criado para elas postos de trabalho onde antes não existiam (mesmo se esse foi seguramente o caso em algumas áreas), mas porque no decurso da mesma ela se tornou uma figura perturbadora e visível. A visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente e que exigia uma resolução urgente. Este problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado; foi posto e debatido em termos morais e categoriais.

Essa citação de Scott instiga uma atenção para o fato de que alguns homens sentem um “mal-estar” social, quando, no ambiente de trabalho, as mulheres ocupam postos de chefias que poderiam ser ocupados por eles. Esse incômodo, muitas vezes, decorre da cultura na qual destina a esfera do doméstico para as mulheres, contribuindo para afirmar papéis diferenciados na sociedade. Em contraposição, as mulheres vão construindo suas identidades sociais, mudando de atitudes e moldando comportamentos. Mas, há um perigo, nesse ponto: se os novos postos estão contribuindo para torná-las invisíveis no que tange a sua condição de mulher e de identidade feminina.

Nesse sentido, Esmeraldo (1998, p. 58) destaca que:

Não só as mulheres das camadas mais pobres ingressaram no mercado. Também, aquelas de camadas sociais médias e as mais instruídas procuraram uma renda própria, quer pelo chamamento dos movimentos feministas à autonomia e independência expressa pela demanda de novos comportamentos, quer pela possibilidade do consumo de novos produtos.

Puppin (2001) contribui com essa discussão acrescentando que, na contemporaneidade, as mulheres ao ocuparem postos de executivas, além de se vestirem sobriamente excluindo os decotes, as saias justas e as roupas colantes, mudam até o tom de voz. Passam a ser autodisciplinadas quanto ao excesso de sorrisos – tudo isso para conservarem uma imagem de seriedade a fim de serem respeitadas pelos homens.

Não há dúvidas de que a ascensão funcional é muito positiva para a autoestima

das pessoas e, no caso das mulheres, estimula a lutarem pela sua autonomia, desconstruindo representações criadas primeiramente na família e reproduzida na escola, as quais a menina, tem de aceitar papéis impostos pelo grupo social, o que reflete, nas escolhas profissionais.

Assim, tais crenças de que as mulheres não trabalhavam, ou de que o trabalho pesado não era próprio do sexo feminino, fora próprias do período vitoriano¹⁹, momento de supervalorização da esfera pública. Pautavam-se tais estereótipos na invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, que apareciam como algo instintivo e emanado de amor (SOIHET, 1997, p. 285).

A esse respeito, Silva (1979) ressalta que o trabalho feminino distingue-se em três tipos: o trabalho doméstico, o trabalho em domicílio e o trabalho assalariado regular. Os dois primeiros tipos caracterizam-se como atividades remuneradas ou não, mas que são exercidas no “âmbito da própria esfera doméstica”. O terceiro tipo caracteriza-se pela atividade remunerada fora de casa. Portanto, há uma oposição entre esses dois tipos de trabalho, ou seja, uma distinção entre a esfera privada e a esfera pública.

A título de exemplificação, temos a mulher benzedeira²⁰, que pode ser considerada como uma ocupação profissional ou um trabalho doméstico, ainda que fora do seu recinto e não sendo reconhecida pela legislação trabalhista. Assim como as parteiras, o trabalho das benzedeiras era muito comum nos tempos do Brasil Colônia e, também, até hoje, em alguns cantos do país. “Para curar o quebranto procedia da seguinte forma: invocava três vezes o nome de Jesus, benzia a pessoa ou uma peça de suas roupas [...]”, invocando o nome de Jesus, de Deus, de são Pedro e são Paulo e do apóstolo sant’ Iago para tirarem os males do doente (PRIORI, 2004, p. 89).

A diferença nesses tipos de trabalho está exatamente na questão do horário e das rotinas em que são executados, aliás, conciliar o tempo dedicado a casa e ao trabalho é um desafio para muitas mulheres, além de acentuar as desigualdades no que se refere à dupla jornada de trabalho. E isto causa conflitos familiares, pois o homem, por vezes, não aceita que a mulher trabalhe fora, justificando que dessa forma ela deixa de cuidar de suas obrigações para com a casa. E, na tentativa de convencê-la a permanecer apenas no lar, usa como tática a oferta de remuneração, esta, podendo ser superior ou inferior a que recebe exercendo suas atividades.

¹⁹ Período que vai de 1837 a 1901, correspondendo ao reinado da Rainha Vitória, na Inglaterra, auge da industrialização e política colonial.

²⁰ Para saber mais sobre o assunto, ver: REZENDE, Vani (Coord.) Rezas, benzedeiras, simpatias: soluções para todos os seus males. São Paulo: Editora Três, 1986.

Ao fazer uma análise sobre a conquista das mulheres por um lugar na vida pública, sobremaneira, no mercado de trabalho, Bruschini (1983) pontua que a inserção da mulher ocorreu devido a uma necessidade capitalista visando à ampliação da força de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produção, do consumo e dos lucros. Na visão de Nogueira (2004) essa inserção aconteceu de forma desigual, especialmente no tocante à jornada de trabalho e a remuneração, o que vitimou as mulheres quanto às relações desumanas, principalmente na esfera privada, mostrando condições de trabalho diferenciadas, sendo que o homem além de continuar ausente na divisão de certas tarefas recebia salário bem superior ao da mulher.

Para Bourdieu (1999, p. 34), isto ocorre, devido ao fato que:

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...], assinalando-lhes lugares inferiores..., ensinando-lhes a postura correta do corpo [...] atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas.

Ainda dentro dessa questão, Pateman (1993) abordando a presença feminina no mercado de trabalho no Brasil, a partir da década de 1990, destaca que os setores domésticos, de educação, de saúde, de assistência social, de enfermagem e têxteis concentraram um maior número de mulheres, havendo uma minoria nos setores mais especializados. Pontua que nas indústrias, o empregador delegava às mulheres atividades que exigiam “paciência”, como por exemplo, montagem de eletrodoméstico, mas, com isto, a força de trabalho era vendida a preço mais baixo. Nesse sentido, observamos que, conceber a mulher trabalhadora apenas na condição individual de pessoa frágil, dedicada, contribui para acentuar ainda mais as desigualdades de gênero.

Fazendo uma comparação entre Brasil e Noruega, no que se refere à taxa de participação da mulher na força de trabalho, o Relatório PNUD de 2013 mostra que, no Brasil o percentual foi de 59,6% para as mulheres e 80,9% para os homens, correspondendo a uma diferença de 21,3%. Já na Noruega, país que ocupa o primeiro lugar no referido Relatório quanto ao IDH, as mulheres apareceram com 61,7% e os homens com 70,1%, ou seja, apenas uma diferença de 8,4%. De qualquer modo e guardadas as diferenças percentuais, os homens continuam a ter maior participação na força de trabalho, o que deveria ocorrer de forma equitativa, afinal, as definições de ocupações masculinas ou femininas são mais sociais do que naturais.

De qualquer maneira, o fato é que, enquanto não conquistou a equidade²¹ de gênero na vida familiar, ou seja, a participação do masculino nas tarefas da casa, a mulher assume uma carga de trabalho semelhante ou mais exaustiva do que a do homem, tendo em vista que lhe caberá responsabilidades como o preparo da alimentação, a educação informal dos filhos, o cuidado dos parentes mais velhos e a execução de outras tarefas administrativo-familiar (BRUSCHINI, 1990). Outro fator que se mostra também desafiador para as mulheres é quando se tornam o provedor familiar²², em decorrência de vários fatores, ocorrendo dessa forma uma inversão de papéis (SAFFIOTI, 1997).

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1999, p. 17).

Bourdieu (1999) é enfático ao sustentar que há uma divisão do corpo no que se refere ao público e ao privado, sendo que os papéis sociais foram definidos culturalmente pela sociedade. Thompson (1988), fazendo uma análise da situação da classe operária inglesa, observa que, durante a Revolução Industrial, as mulheres tiveram mais chances de conseguirem empregos, principalmente nos distritos têxteis, permitindo certa independência para aquelas que eram viúvas ou solteiras e que permaneciam morando com a família ou parentes.

No entanto, isto não significou, por outro lado, reconhecimento e melhorias sociais, tendo em vista que muitas trabalhadoras eram demitidas se faltassem ao serviço, mesmo por motivo de doença, se engravidassem ou tivessem “filhos ilegítimos”. As mulheres que eram demitidas, muitas vezes iam morar nas ruas e acabavam caindo na prostituição. Portanto, a vida para elas não era fácil, ainda mais por conta do número excessivo de horas de trabalho, das moradias precárias, da grande quantidade de partos e da elevada taxa de mortalidade infantil (THOMPSON, 1988).

Thompson (1988) continua destacando que os ganhos econômicos com o trabalho, ao tempo em que resolveu parcialmente a questão de dura pobreza e escassez de alimentos,

²¹ Termo que pode ser entendido segundo o PNUD (2013, p. 22) como “justiça distributiva”, o contrário de desigualdades injustas entre as pessoas.

²² Pode ser entendido como o “chefe da família”, ou seja, quem assume a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos ou, ainda, quem responde mais fortemente pela manutenção econômica do lar.

por outro lado, contribuiu para que as mulheres fossem perdendo sua independência pessoal tendo em vista que passaram à condição de subordinadas do patrão, tendo de se afastar da casa e dos filhos em decorrência do trabalho assalariado. Quando desempenhavam atividades econômicas em casa como, por exemplo, fiação, criação de aves e outras ocupações, se sentiam mais livres.

Marx (1818-1883) fazendo uma análise sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra esclarece que:

Depois de 1842, as operárias não são mais empregadas sob a terra, mas sim em baixo, carregando e separando o carvão, levando as cubas em direção aos canais e os vagões de caminhos de ferro, etc. Seu número aumentou consideravelmente nos três ou quatro últimos anos. São em geral mulheres, filhas, viúvas de mineiros, de doze a cinquenta anos (MARX apud PEREIRA, 1981, p. 79).

Isto vem comprovar que as mulheres não desempenhavam apenas trabalhos leves, pelo contrário, para garantirem o sustento se submetiam às mais variadas e exaustivas atividades. Para Thompson (1988, p. 207) “o crime do sistema fabril consistiu em herdar as piores feições do sistema doméstico”, ou seja, a indústria era a extensão da casa, pois as mulheres deveriam ser obedientes, aprendendo e executando com responsabilidade as atividades laborais. Em outras palavras, deveriam ser boas operárias para serem boas esposas.

Durante a Revolução Industrial, existiam indústrias, por exemplo, que empregavam exclusivamente as mulheres casadas, principalmente as que tinham uma família numerosa. Os patrões entendiam que elas seriam mais atentas e disciplinadas, se submetendo a longas jornadas de trabalho a fim obterem a subsistência (PEREIRA, 1981). Portanto, a Revolução Industrial fez da mulher uma força de trabalho, as máquinas lhes oportunizaram o assalariamento, mesmo que em condições de jornadas de trabalho exaustivas, mas, ao mesmo tempo em que deu emprego e tirou-a de casa, não conseguiu dar a contrapartida para suprir o vazio deixado no lar.

Michelet (1995) pontua que mulher e máquina chegam juntas à indústria numa estreita relação, fazendo o diferencial na produção, se comparado ao modelo anterior, ou seja, a manufatura. A preocupação dos patrões em aumentar constantemente o capital através da máquina, gerou uma baixa quanto ao nível salarial da classe trabalhadora, tendo em vista que, ao elevar o número de operários nas indústrias e, conseqüentemente a produção, houve diminuição dos salários, justificando-se muitos trabalhadores para pagarem.

E essa estratégia colocou as trabalhadoras numa situação desconfortável perante os homens, pois eles entendiam que a entrada das mulheres no espaço industrial, causou a

queda nos salários e desvalorização da mão-de-obra masculina. “Nesta união mulher-máquina, celebra-se um perfeito casamento de conveniência, fruto de uma harmonia preestabelecida. O discurso sobre a máquina é também um discurso sobre a natureza feminina” (PERROT, 2005, p. 225).

Para Gutiérrez (1985), durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), muitas mulheres estiveram presentes na indústria bélica, mas essa inserção deu-se em virtude de uma lacuna deixada pelo homem momento em que foi servir a pátria. O que implica dizer que, tão logo retornasse à sua vida cotidiana, a mulher poderia voltar a ocupar seu posto de trabalho, na mesma indústria ou em outra, ficando desempregada.

Isto confirma que a masculinização ou feminização das ocupações é resultante das construções socioculturais e políticas da sociedade que só fizeram aumentar a discriminação ao demarcar os lugares de homens e mulheres. Por isso, ainda hoje, muitos homens alimentam fortes preconceitos contra a presença de mulheres em ocupações que julgam ser masculinas. A esse respeito, mas ao contrário dessas ideias, Platão (427-347 a.C) já tinha um pensamento bem moderno, pois entendia que não existia uma ocupação própria da mulher ou do homem, mas que as habilidades encontravam-se distribuídas igualmente entre os sexos (GRAHAM, 2005).

Monteiro (1990) exemplifica bem essa questão ao destacar que, a medicina, enquanto profissão, durante muito tempo foi representada pela figura masculina. E, a mulher, na maioria das vezes, assumia uma postura que reproduzia o papel do homem no que concerne a sua relação com os pacientes. Mas, isto poderia ser um artifício para fazerem-se impor profissionalmente. Agnodice ou *Agnodike* que viveu na Grécia, IV a.C é mencionada como a primeira médica no mundo. Segundo Rago (2000), as primeiras médicas brasileiras surgiram no século XIX, destacando-se Maria Augusta Generosa Estrela (1881), Rita Lobato Velho Lopes (1887) e Ermelinda Lopes de Vasconcelos (1888).

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres e as crianças representavam grande parte do proletariado (brasileiras e imigrantes europeias) que trabalhava nas lavouras das fazendas de café e nas fábricas. Havia crianças até com 7 anos de idade. As trabalhadoras enfrentavam jornadas de trabalho exaustivas, recebendo baixos salários, mas apesar disto, à medida que a industrialização avançava, as mulheres foram sendo substituídas pela força de trabalho masculina. Esse cenário mostra o tratamento do Estado capitalista dispensado às mulheres, pois eram “as primeiras sacrificadas nas crises de desemprego, e as primeiras requisitadas nas fases de expansão do capitalismo” (GUTIÉRREZ, 1985, p. 52).

Aos poucos as mulheres foram ocupando postos de destaque na sociedade, lugares

tradicionalmente dominados por homens, principalmente no legislativo e no judiciário, ou seja, já era possível ver mulheres juízas, promotoras de justiça e políticas. Mesmo assim, o Brasil estava no atraso se comparado com outros países como Canadá, Peru e Japão. Em 1929, no Canadá, as mulheres ajudaram a derrubar uma antiga decisão judicial canadense que as impedia de assumir cargos no Senado (VOLNEI, 2006).

Michelet (1988) tem considerações bem diferentes acerca de a mulher trabalhar fora de casa. Defendia o retorno da mulher ao lar, por entender que sua inserção no espaço industrial não promoveu a equidade entre os sexos, pelo contrário, os patrões desejando gerar lucros, tinham de aumentar a produção, necessitando de mais mão-de-obra.

No Brasil, o *II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres*, lançado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2008, aponta que no espaço social do trabalho as desigualdades e as discriminações se tornam evidentes, tanto no que se refere ao gênero quanto à raça e etnia. Por isso o Governo tem buscado criar condições igualitárias de entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, assim como uma jornada de trabalho menor para elas, levando em consideração a necessidade de conciliar o trabalho com os cuidados domésticos (BRASIL, 2008).

A partir de então, vem intensificando ações governamentais com vistas a tentar promover uma maior participação das mulheres na sociedade, criando diversos programas como, por exemplo, o *Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais*, o *Programa de Empreendedorismo da Mulher*, o *Programa Pró-Equidade de Gênero*, o *PRONAF Mulher*, dentre tantos outros. Essas ações objetivam, principalmente, dar autonomia econômica e superar a divisão sexual e racial de papéis. No entanto, fazer com que as mulheres tenham acesso a esses programas constitui um desafio, pois a burocracia ou a ingerência terminam por não beneficiar quem de fato merece ser assistido.

2.3 Unindo as peças do quebra-cabeça na participação das mulheres nos movimentos feministas, na política e nas questões de gênero

Os movimentos feministas em qualquer parte do mundo são movimentos políticos que objetivam, basicamente, conquistar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Procuram inicialmente, promover a formação de uma consciência crítica, tendo como características principais a busca pela liberdade, igualdade, emancipação. Lutam pelo fim da hierarquização de relacionamento social e a redefinição do papel da mulher na sociedade, além da luta contra a violência de gênero. Essa violência tem suas raízes no patriarcado,

caracterizado pela dominação e exploração dos homens sobre as mulheres, contribuindo para acentuar as desigualdades de gênero através das representações sociais.

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também, são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (CASTELLS, 1999, p. 169).

Nesse entendimento, cabe ressaltar que nem todos os movimentos feministas se estruturam em torno de uma doutrina feminista, pois dependendo do lugar e do contexto em que surgem, podem assumir várias formas de lutas em defesa de diferentes ideais, podendo ser, por exemplo, sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês ou reformista.

Buscando possíveis raízes do movimento feminista, observamos que, na Antiguidade grega, 642 a.C, havia uma poeta chamada Safo, que marcou a sua época ao mostrar-se como uma mulher independente, com ideias próprias numa sociedade caracterizada pelo patriarcado, em que na cultura e na política a figura do homem sempre estava em destaque. Safo foi sutil e inteligente, usando a poesia não apenas para mostrar sua arte, mas, sobretudo, para educar através desta e, ao mesmo tempo, despertava a consciência crítica nas mulheres acerca da importância que deviam ter na sociedade.

As composições de Safo eram bem diferentes, se comparadas a dos homens, tendo em vista que não havia espaço para as relações de submissão feminina, tampouco para contar os feitos de conquistas e perseguições contra os inimigos do Estado. A ênfase poética estava na importância das relações de reciprocidade entre homens e mulheres. A casa de Safo era famosa na Grécia, recebia várias mulheres interessadas em aprender música e poesia (CAMPOS, 2010, p. 27-28).

Outros modelos femininos também se opuseram à submissão masculina:

[...] as Amazonas guerreiras, com características masculinas de coragem e de força; as Mênades, sequazes de Dionísio, possuídas e selvagens, que rompem com toda regra moral no *trance* e se carregam de violência. [...] existem também figuras de mulheres mais livres e menos subalternas: as sacerdotisas, as “anciãs”, as hetairas ou prostitutas de luxo, que vivem ao lado dos homens, são cultas, participam da vida social (como Aspásia, a favorita de Péricles, em Atenas) (CAMBI, 1999, p. 81).

Em finais da Idade Média já havia indícios de possíveis movimentos feministas partindo de mulheres que residiam em ordens religiosas. As *beguinhas*, por exemplo, além de exercerem atividades na indústria têxtil, realizarem trabalhos sociais cuidando dos pobres e

darem aulas para as moças e, às vezes, aos rapazes, disseminaram suas ideias contra o machismo familiar. Durante a Baixa Idade Média, várias outras mulheres, também se fizeram notar, Catarina de Siena e Brígida de Suécia, se destacaram por lutar contra o cisma²³ da Igreja (DUBY; PERROT, 1990).

A partir do século XVII começam a tomar vulto *movimentos* denunciando a opressão das mulheres na sociedade, momento em que o mundo assistia ao advento do capitalismo. França e Inglaterra foram as primeiras a iniciarem debates em torno do papel da mulher na sociedade. Em 1792, Mary Wollstonecraft (1759-1797), jornalista e escritora inglesa que viveu em Paris, começa a difundir suas ideias feministas denunciando a subordinação da mulher como fruto da falta de acesso à educação.

Mais tarde essas ideias adquirem caráter revolucionário nas obras do reformista social inglês Robert Owen (1771-1858), considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo, o qual fez severas críticas sobre o casamento burguês e a sociedade dividida em classes, entendendo que a família e o casamento aprisionavam as mulheres. E por essas ideias, conseguiu muitas seguidoras (GUTIÉRREZ, 1985, p. 62-63).

Nos Estados Unidos, o feminismo ressurgiu nos anos 60, estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a estabelecer o potencial feminino, para ir ao encontro da expansão econômica através da sociedade, incluindo as profissões e a academia. Moldou o seu apelo e sua autojustificativa nos termos da retórica prevalecente de igualdade. No processo, o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas (SCOTT, 1992, p. 67-68).

No período em que ocorreu a Revolução Industrial (1760-1840), marcado pela transição de novos processos de manufatura e caracterizado pela racionalização do tempo, pela especialização do trabalho e pela produtividade (fatores fundamentais para a lucratividade), os distritos têxteis da Inglaterra se constituíram locais propícios para “as primeiras participações maciças das trabalhadoras em agitações sociais e políticas”.

Nesse momento, na França, no auge da Revolução Francesa (1789-1799) e após a promulgação da *Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos* (1789), surge à figura de Olympe de Gouges (1748-1793), nascida sob o nome de Marie Gouze, esta feminista francesa, produziu em 1791 o texto jurídico *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, contrapondo-se a Declaração dos homens, sendo uma forma de protestar quanto à participação

²³ Crise religiosa e política que ocorreu na igreja católica no período de 1378 a 1417, causada principalmente pelo descontentamento do clero quanto aos seus dirigentes e pela revolta do povo em relação ao autoritarismo da igreja.

das mulheres na vida pública. O texto foi encaminhado à Assembleia Nacional, mas rejeitado. E em 3 de novembro de 1793, Olympe foi guilhotinada, sob a acusação de pretender ser um “homem de Estado” esquecendo-se das virtudes próprias a seu sexo.

Logo após esse episódio, o Governo francês vendo que as mulheres estavam cada vez mais se organizando no sentido de reivindicarem seus direitos, o que se configurava uma ameaça para o Estado, resolve então, em 1795, através da Assembleia Nacional, reprimir os movimentos feministas que se formavam, decretando que:

[...] todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária, as seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número maior que cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranquilidade pública retorne a Paris (PITANGUY, 2011, p. 27).

Não restam dúvidas que essa foi uma medida drástica e machista, no entanto, isto não silenciou as mulheres, pelo contrário, os movimentos feministas na França foram se organizando e crescendo, reivindicando principalmente igualdade de oportunidades sociais. As manifestantes aproveitaram o momento da Revolução Francesa para acentuar suas reivindicações.

Outra figura de destaque no mundo quanto à defesa do feminismo foi Alexandra Kollontai (1872-1952):

Primeira mulher comissária do povo no Soviete de Petrogrado, primeira mulher embaixadora de seu país, mulher dirigente da primeira Oposição Operária ao governo bolchevique, escritora, jornalista, oradora [...] é mais conhecida em nossos dias como a lendária e exaltada feminista que pregou o amor livre [...] Para ela, a instauração da sociedade sem classes deveria propiciar o advento de uma “nova mulher”, capaz de conquistar a independência tanto econômica quanto afetiva, apta a desenvolver todas as suas potencialidades e a exercer a sexualidade, em suma, emancipada e livre (GUTIÉRREZ, 1985, p. 86).

Portanto, a Revolução Francesa contribuiu de forma significativa para acentuar os movimentos sociais, pois o que as mulheres reivindicavam, também, estava contido nos ideais da Revolução. Nesse sentido, destaca-se o *Feminismo*, movimento social que nasceu no contexto das ideias iluministas, espalhando-se num primeiro momento pelos Estados Unidos, Europa e alguns países da América Latina, tendo maior expressão no auge da luta sufragista (GUTIÉRREZ, 1985).

Os movimentos sociais espalhados pelo mundo, no século XIX, denunciavam a invisibilidade do trabalho das mulheres na esfera doméstica, tendo em vista que as atividades que elas desenvolviam-no âmbito familiar não eram menos econômicas do que as realizadas

pelos homens, pois os bens e serviços produzidos eram consumidos pela família, gerando economia para a unidade familiar. “Em 1818 e 1819, as primeiras Sociedades Feministas pela Reforma foram fundadas em Black-burn, Preston, Bolton, Manchester, Ashton-unler-Lyne” (THOMPSON, 1988, p. 306).

Santos (2008) pontua que, no Brasil, as manifestações feministas apareceram em fins do século XIX, reivindicando melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho (indústrias), surgindo depois à imprensa feminina, o Partido Republicano Feminista, fundado pela baiana Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) e a Associação Feminista. Esses movimentos tinham o objetivo de mobilizar as mulheres para lutarem pelo sufrágio, em defesa dos seus direitos.

Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), cujo nome de nascimento era Dionísia Gonçalves Pinto, foi uma das primeiras expressões a difundir o pensamento feminista no Brasil. Sua atuação enquanto escritora e educadora foi notável, é autora das obras *Conselho à minha filha*, *Opúsculo Humanitário* e *A mulher*. Publicou em 1832 a obra *Direito das mulheres e injustiças dos homens*, tradução linear da autora e feminista britânica Mary Wollstonecraft. Fundou em 1838, no Rio de Janeiro, o Colégio Augusto, colocando em prática suas ideias feministas que, infelizmente durou apenas 17 anos. O objetivo de Nísia Floresta sempre foi despertar uma consciência crítica acerca da condição feminina na sociedade.

Esmeraldo (1998, p. 58) a esse respeito, pontua que:

A elevação do índice de escolarização das mulheres, a redução das taxas de natalidade; a pauperização da classe trabalhadora; o rebaixamento salarial do homem; a redução, pelo governo de gastos com saúde, a educação e outros serviços voltados para a qualidade de vida da população; as mudanças culturais e comportamentais, influenciadas pelo feminismo e pelos movimentos de mulheres, trouxeram novas necessidades e desejos às mulheres de maior independência, participação e atuação em espaços políticos.

Segundo Soliz (1988) na década de 1980, na Alemanha, foi criada a *Escola de Mulheres de Frankfurt*, organizada por Dorthé Jung e Barbara Rendtorff. Essa escola se diferenciava das demais instituições educacionais da época, pois trabalhava com grupos de conversação, discutindo temas ligados à autonomia e valorização das mulheres. Havia cursos de dança, teatro e literatura, além de um curso sobre os 17 anos de *movimento feminista*, outro sobre *a loucura feminista*, além de discutir e esclarecer sobre o *álcool* e o *vício*.

Ao todo a escola de mulheres oferecia 29 cursos, além de conferências e demais questões ligadas à atualidade e ao movimento de mulheres. Enquanto havia aqueles que

criticavam projetos dessa natureza, justificando que existiam questões mais emergentes e que precisavam de mais atenção, como o desemprego, por exemplo, Dorthée e Barbara ressaltavam que:

– É justamente por causa das atuais condições econômicas e políticas que se faz necessário melhorar as ofertas de formação para a mulher e criar novas. Do contrário, a ideologia do lar e do fogão, que novamente entra em voga, acabará sendo a única perspectiva para as mulheres. – Só conseguiram nos impelir de novo no âmbito particular se nós mesmas acreditarmos nisso e ficarmos nos queixando de nosso papel de vítimas (SOLIZ, 1988, p. 147).

No contexto brasileiro, a insatisfação das mulheres em relação às condições de trabalho, a luta por melhores salários e condições de vida, somada à crescente mobilização de diferentes setores da sociedade pela redemocratização do país, fez emergir diversos movimentos feministas, em várias partes do país, a partir da década de 1980. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), nascido na década de 1986, fruto do intercâmbio de trabalhadoras rurais dos estados de Pernambuco e Paraíba, foi um desses movimentos.

As mulheres do MMTR-NE buscavam principalmente superar as dificuldades quanto à relação de gênero. Para tanto, procuraram capacitar as trabalhadoras utilizando a concepção de educação popular de Paulo Freire. A metodologia empregada objetivava valorizar e ressignificar os saberes das mulheres, com vistas a promover uma mudança de mentalidade quanto às formas de resistência à submissão, discriminação e preconceito. Em outras palavras, essas mulheres se mobilizavam em grupos, e além das reivindicações básicas, da necessidade do resgate da identidade feminina, das denúncias da ausência ou precariedade dos serviços prestados pelo poder público; promoviam uma nova reflexão acerca da cultura dos sindicatos dos trabalhadores que, tradicionalmente, eram ocupados pelos homens (GIULANI, 2004).

Ferreira (2001) ao realizar uma pesquisa sobre *Cidadania, Participação Política e Gênero no Maranhão* enfatiza que, neste Estado, muitas mulheres se rebelaram “contra os modelos patriarcais” objetivando conquistar um lugar na vida pública, sobretudo a partir do final do século XIX. A esse respeito, destacam-se: Anna Joaquina Jansen Pereira (Ana Jansen), Maria Firmina dos Reis, Zuleide Bogéa, Maria Dalva Bacelar, D. Noca, D. Marta Alonso Veado Alvares de Castro Abrantes, D. Emília Pinto Magalhães Branco, Maria da Cruz Machado, Rosa Mochel, Rosa Castro, Maria Aragão, dentre outras.

Lamentavelmente, essas mulheres não receberam o reconhecimento público merecido, e as que receberam, foi tardiamente, levando-se em consideração a “contribuição

social e política” que deram à sociedade maranhense e ao movimento sindical e de mulheres. No trecho abaixo, segue um depoimento de Abdon Murad sobre a médica Maria Aragão, uma das mulheres mais conhecidas e combatidas em São Luís, devido sua militância política em defesa dos direitos das mulheres.

Ao longo de toda a sua vida, a médica Maria Aragão, extrapolou os limites científicos da Medicina [...] entendeu que esta profissão, além de tentar melhorar a vida física e mental de pessoas, tem o viés de identificar os grandes problemas das mesmas, no campo social [...] [entendia] [...] ser mais importante do que as discussões sobre as diferenças sociais em que as pessoas nascem, a existência de mecanismos e atitudes concretas que modifiquem essas condições sociais, diminuindo as desigualdades existentes [...] (MURAD, 2005, p. 5).²⁴

Marta Abranches, foi outra mulher de destaque, ficou conhecida ao criar, em 1844, a primeira escola feminina de São Luís, contrariando uma sociedade conservadora que “não permitia nem a educação das mulheres e nem o trabalho feminino”. Com essa escola conseguiu não só independência financeira do marido, mas também, encorajar outras mulheres a lutarem por seus ideais. Emília Branco ficou conhecida por sua coragem e determinação, pois numa época em que o marido exercia o poder sobre a esposa, considerando-a como “propriedade”, o que era uma característica da sociedade patriarcal, Emília denunciou e rompeu uma relação de submissão e violência a qual vinha sofrendo por parte de seu marido e, dessa maneira:

Ao romper essa relação de violência, Emília transgride os modelos patriarcais em vigor. Reconstitui sua vida, organizando saraus que funcionavam como espaços de encontro, de discussão de políticos e intelectuais e que se constituíam momentos importantes nos acontecimentos que ocorreram no país notadamente nos períodos que precederam a abolição da escravatura e Proclamação da República. Emília Magalhães exerceu forte influência nos meios intelectuais, pela sua inteligência e pelo refinamento intelectual; foi grande amiga de Marta Abranches e ambas faziam várias alusões a Ana Jansen, questionando os preconceitos e atrocidades atribuídas a mesma, naquela época (FERREIRA, 2001, p. 111).

A militância feminista, principalmente a partir da década de 1970, foi um marco quanto à participação política das mulheres na sociedade brasileira, quer no âmbito dos partidos políticos, quer no ativismo dos movimentos sociais, visando influenciar as políticas públicas. A partir da proclamação da Década da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1980, foram surgindo várias organizações da sociedade civil voltadas para as questões das mulheres, tais como os *Conselhos da Condição Feminina*, as *Delegacias*

²⁴ Sobre mais informações sobre essa ativista política, ver a obra: MURAD, Abdon. Maria José Aragão: luta por ideal. **95 Anos de Maria Aragão e 4 do IMA**, São Luís, p. 5, 10 fev. 2005. Edição especial.

Femininas de Polícia e os *SOS Mulher* espalhados pelo país (RABAY, 2001).

Portanto, essas organizações promoveram uma reviravolta, quanto à participação feminina na vida pública, afinal eram mulheres que buscavam direitos para mulheres. É importante destacarmos que, a participação das mulheres no parlamento brasileiro tem seu marco inicial em 1932 com a conquista do direito ao voto, sendo resultado das lutas do movimento sufragista desde 1919. A partir do direito ao voto as mulheres começam a lutar por lugares no cenário político brasileiro.

Na década de 1980, momento do crescimento industrial brasileiro e do processo de democratização do país, acompanhado do aumentando na oferta de emprego e, conseqüentemente no número de mulheres no mercado de trabalho, houve a primeira lei com vistas a aumentar a presença feminina no legislativo, Lei nº 9.100/95 a qual estabelecia no seu Artigo 10, “§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995).

No entanto, esse percentual foi restrito às eleições municipais de 1996, e somente a partir de 1997 é que essa lei foi aperfeiçoada, ou seja, a partir da Lei nº 9.504/97 que, no seu Artigo 10, estabeleceu o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70%, quanto ao número de vagas que os partidos ou as coligações deveriam destinar para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

Segundo Costa (2003), na cidade de São Luís, o surgimento do movimento feminista, na década de 1980, foi resultado das transformações econômicas, políticas e sociais no Estado, impulsionadas, em grande parte, pelos movimentos populares e sindicais que estavam em evidência e pelos partidos políticos. De igual modo, pelo projeto de expansão da industrialização, apesar de poucas melhorias para a população, tendo em vista os inúmeros problemas sociais, como a pobreza e a violência de gênero. O primeiro movimento feminista de que se tem notícia foi o *Grupo de Mulheres da Ilha*, fundado em 1980, por estudantes e professoras, principalmente ligadas a Universidade Federal do Maranhão.

Em seguida, outros grupos foram se formando em São Luís, e cada um, trazendo “diferenças políticas e concepção teórica quanto à questão de gênero e a luta feminista” (COSTA, 2003, p. 85). Surgiram então o *Grupo de Mulheres Comitê 8 de Março* (1983), *União de Mulheres* (1984), *União de Mulheres do Sacavém* (1984), *SOS Violência*, que depois passou a se chamar *Grupo Viva Maria* (1985); *Espaço Mulher* (1985) e *Grupo de Mulheres Negras Mãe Andrezza* (1985).

Segundo Tabak (1983) esses movimentos tiveram importante papel na campanha eleitoral de 1982, no que concerne ao lançamento de candidaturas e a promoção de debates

em torno dos direitos das mulheres na vida pública. Os partidos políticos, aproveitando a efervescência das discussões, logo procuram inserir as questões feministas em seus programas de campanha. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), por exemplo, colocou a mulher como uma de suas prioridades, se comprometendo a unir esforços no combate à discriminação, promover a participação feminina em todas as áreas de decisão, e oportunizar acesso ao emprego e formação profissional.

Consequentemente, os demais partidos, também, procuraram caminhar nessa mesma direção, almejando conquistar uma parcela significativa de eleitoras. No que se refere à inserção da mulher no legislativo maranhense, esta ocorreu, a partir da década de 1934. Nesse sentido:

Percebe-se que desde a primeira eleição, que contou com a participação das mulheres, o Maranhão já se destacava como um dos Estados cuja presença feminina fazia um contraponto num espaço profundamente marcado pelos valores masculinos. Nas eleições de 1934, portanto, duas mulheres foram eleitas: Hildenê Gusmão Castelo Branco e Zuleide Fernandes Bogéa [...] Nota-se que em 1982 inscreveram-se 6 (seis) mulheres para o legislativo estadual sendo eleita apenas 1 (uma), em 1996 registraram-se 30 (trinta) candidatas concorrendo a um mandato de deputada estadual e destas, 3 (três) foram eleitas. Com o aumento das cotas de 20% em 1996 para 25% em 1998, tivemos 68 (sessenta e oito) candidatas sendo 08 (oito) eleitas, ou seja, aumentando em mais de 150% o número de deputadas eleitas no Estado (FERREIRA, 2001, p. 113).

Esses indicadores mostram que a emergência dos movimentos feministas ao lado do desejo por maior participação na vida pública e política fizeram crescer, constantemente, os debates quanto às questões de gênero. Isto porque, a demarcação do papel da mulher na família, no grupo social e no trabalho, construído historicamente, necessitava de mais intensificação a fim de promover uma contracultura quanto a supervalorizava o homem.

Nesse sentido, destacamos que, na história política do Brasil, os registros apontam Alzira Soriano, na época com 32 anos, como a primeira prefeita brasileira, eleita em 1929 para comandar a cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. Em 1934 foi à vez da médica Carlota Pereira de Queiroz se destacar na política por se tornar a primeira deputada federal da história do Brasil, eleita pelo Estado de São Paulo.

No ano de 1979, Eunice Michiles se torna a primeira senadora do Brasil, pelo Estado do Amazonas, em virtude da vaga deixada por João Bosco, que passou apenas dois meses de mandato, tendo em vista que veio a falecer em decorrência de acidente vascular cerebral. Em 1994 o Maranhão se destaca no cenário político pelo fato de que, deste Estado, saiu à primeira Governadora brasileira, Roseana Sarney. Isto porque, embora em 1983, Iolanda Fleming, tenha sido a primeira mulher a governar um estado brasileiro, no caso o

Estado do Acre, mas não foi pelo voto direto, considerando-se que era vice-governadora, assumindo a vaga em decorrência da saída Governador Nabor Júnior para concorrer a um mandato ao Senado.

Nesse contexto, observamos que, apesar de as mulheres estarem presentes no legislativo, ocupando cargos majoritários, mas, essa participação, vista através de índices, ainda é pouco representativa, se comparada com países da América Latina, como Argentina e Chile. O que poderia ser diferente se os partidos políticos se esforçassem para ampliar a participação feminina, e isto só confirma que a estrutura dos partidos continua patriarcal e conservadora.

Segundo Hirata (1994, p. 1) a literatura muito contribuiu para a demarcação do lugar da mulher na vida pública, pois quando travava da classe operária não fazia distinção entre os operários e as operárias, como se nessa classe não existisse dois sexos, dessa forma, a ênfase estava apenas em tratar sobre “o emprego e o desemprego, o lugar na produção e a qualificação”. É por isso que *gênero* é uma categoria de análise tão importante tendo em vista sua pluralidade, que permite a compreensão do papel da mulher na sociedade, posto que, não abrange somente a questão do feminino no trabalho, mas também, outros assuntos importantes que merecem ser discutidos, como por exemplo:

A má saúde reprodutiva dá um grande contributo para a desigualdade de gênero em todo o mundo. A falta de acesso a serviços de saúde reprodutiva tem resultados debilitantes para as mulheres e crianças – e em perdas de vidas humanas que excedem as causadas pelos desastres naturais mais devastadores. Estima-se que 48 milhões de mulheres deem a luz sem assistência especializada e que 2 milhões o façam sozinhas. Estima-se também que morram anualmente 150.000 mulheres e 1,6 milhões de crianças desde o início do parto até 48 horas após o nascimento (RELATÓRIO PNUD, 2011, p. 64).

Portanto, tudo que envolve a vida das mulheres merece ser discutido com vistas a encontrar encaminhamentos que possam garantir os direitos a elas determinados pela legislação, mas que, devido a vários fatores, ainda ficam no papel. Atualmente das 42 vagas de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, apenas 7 são ocupadas por mulheres, o que corresponde a 16,6%, um fato que não é tão significativo do ponto de vista da representação política, mas que revelam um crescimento. Na Câmara Federal, esse percentual é mínimo, pois das 18 vagas destinada à bancada maranhense apenas 1 é ocupada por uma mulher, a Deputada Nice Lobão. E na câmara dos vereadores de São Luís, das 31 vagas apenas 3 são ocupadas por mulheres, cerca de 9,6%.

Neste século XXI a *Marcha das Vadias* tem sido um dos movimentos de mulheres

que vem ocupando espaço em todo o mundo. A origem desse movimento está ligada aos diversos casos de abuso sexual, especialmente estupros, em mulheres na Universidade de Toronto, no Canadá. Policiais atribuíram parte da culpa às mulheres pelo fato de estarem se vestindo como *vadias*, incitando os homens. Essa concepção gerou protestos, sendo que o primeiro ocorreu em 3 de abril de 2011 e levou cerca de 3 mil pessoas às ruas de Toronto para protestarem.

No Brasil, a marcha das vadias foi realizada em São Paulo, no dia 4 de junho de 2011, organizada pela publicitária curitibana Madô Lopez, e a escritora paraguaia Solange De-Ré, mas, teve pouca participação, cerca de 300 pessoas. Normalmente muitas mulheres têm participado da marcha vestindo-se com língríes e roupas sensuais como forma de protestar.

3 REFLEXÕES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E GÊNERO

As mulheres são mais realistas do que os homens em relação às funções que lhes confere a sociedade; elas vivem constantemente em busca daquilo que resiste às normas sociais e substituem essas normas por experiência fundamental que poderíamos chamar de antropologia. Elas, mais do que os homens, vivem em companhia das forças da vida e da morte, e confrontadas com a construção sempre inacabada da sexualidade e em familiaridade com a imagem da criança nascida delas. Com essas experiências elas viram pelo avesso a ideia de sua inferioridade em relação aos homens, ideia esta que insiste em afirmar que os homens se identificam mais com seus papéis e, em particular, com seu trabalho, seja ele altamente qualificado profissionalmente, ou, ao contrário, monótono e cansativo.

(Alain Touraine – *O mundo das Mulheres*).

Nas considerações anteriores tentamos fazer um retrospecto, a fim de historicizar à vida das mulheres. Passamos a seguir, à explanação das principais categorias que, numa interpelação ajudam a clarear nosso objeto e possibilitam a compreensão da dinâmica do mundo social, sendo elas: trabalho, educação e gênero e suas dimensões. Isto porque as transformações no mundo do trabalho, resultantes principalmente do modelo de acumulação capitalista e favorecidas, em grande parte, pelo processo de globalização e pelos avanços técnico-científicos, têm seus reflexos no mercado de trabalho e na educação, ocasionando conseqüentemente, mudanças quanto às relações de gênero entre os trabalhadores.

A educação é um processo inerente à vida dos seres humanos, intrínseco à condição da espécie, uma vez que a reprodução dos seus integrantes não envolve apenas uma memória genética, mas, com igual intensidade, pressupõe uma memória cultural, em decorrência do que cada novo membro do grupo precisa recuperá-la, inserindo-se no fluxo de sua cultura (SEVERINO, 2006, p. 289).

A respeito do trabalho, Marx (1996) nos esclarece que ele é um processo exclusivamente humano, construído na interação do homem com a natureza, que a modifica e é modificado. Portanto, envolve um movimento histórico-dialético, tendo em vista que a satisfação pelo trabalho gera, conseqüentemente, novas necessidades, como por exemplo, aprender mais sobre determinada atividade. O trabalho transforma as realidades sociais dos indivíduos, alterando a visão de mundo e de si, e só existe na sua plenitude quando a ação e o produto são tencionados por quem trabalha.

Marx (1818-1883) via a educação como parte da dinâmica política, logo seu papel mais importante não seria o desenvolvimento individual das pessoas, mas colaborar para a

transformação da sociedade em suas dimensões política e econômica. Para Durkheim é através de uma educação conservadora que as ideias e os valores são cultivados na sociedade. A escola molda o aluno conforme determina à sociedade, e a educação nesse ponto é única e múltipla, vez que, reúne todo mundo, mas divide aqueles que vão pensar dos que vão trabalhar, ou seja, separa o trabalho intelectual do trabalho manual (SELL, 2012).

No tocante à questão de *gênero*, essa é uma categoria que tem muitas concepções. Os PCNs para o 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, por exemplo, ao tratar sobre os temas transversais e inserindo o gênero enquanto temática destaca que:

O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persiste muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (BRASIL, PCN, 1998, p. 321-322).

Dessa forma, para compreendermos como se constitui as relações de produção é importante entendermos a relação existente entre trabalho, educação e gênero, pois as melhorias quanto a empregos e salários são decorrentes das lutas travadas pela classe trabalhadora contra as diversas formas de exploração impostas pelo capital. Por isso, há diferentes concepções sobre essas categorias, fruto da análise sobre a relação entre ambas, sendo discutidas sob os mais diferentes pontos de vista. O que ultrapassa a ideia de que “educação” se desenvolve apenas no contexto das unidades escolares, que o trabalho se realiza somente em ambientes como fábricas, indústria ou empresas; e que gênero se refere exclusivamente a diferenças biológicas.

3.1 Trabalho, educação e gênero: categorias importantes para a compreensão dos comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade

Sobre estas categorias discutiremos sua influência na vida social das mulheres. No tocante o *trabalho*, enquanto categoria, observamos que o desenvolvimento das sociedades fez surgir novas formas de organizá-lo, influenciando em todos os setores da sociedade. Enquanto meio de produção, o trabalho foi evoluindo e modificando a forma de manusear e transformar a matéria-prima, e de agregar valor à força de trabalho.

Por isso, como categoria de análise, o trabalho tem sido estudado por diversas

áreas do conhecimento. Do ponto de vista sociológico, muitos teóricos se encarregaram de discutir a significação do trabalho na vida do homem. Hegel (1770-1831) concebia o trabalho como algo fundamental para compreender o homem e sua relação com a natureza, sendo uma fonte de riqueza e civilização. Para ele, as necessidades humanas impulsionaram o nascimento do princípio da divisão do trabalho.

Com o surgimento da moderna teoria social do trabalho, a partir da metade do século XIX, teóricos como Marx, Durkheim e Weber contribuíram significativamente para o entendimento do papel do trabalho e da educação na sociedade e a relação entre ambos. O trabalho para Marx (1818-1883) se constituía como categoria central das relações sociais, pois a sociedade de classes teria nascido com a divisão do trabalho e, nessa ótica, dividiu o trabalho em alienado e não-alienado, produtivo e não produtivo, sendo que o trabalho alienado seria aquele que produz a mais-valia (absoluta e relativa) e valoriza o capital (SELL, 2012).

Rubin (1987, p. 288), colabora com essa explicação, exemplificando que:

O trabalho do vendedor não é produtivo não porque não produza modificações nos bens materiais, mas porque é empregado pelo capital em fase de circulação. O trabalho do palhaço empregado pelo empresário circense é produtivo, embora não provoque modificações em bens materiais e, do ponto de vista das necessidades sociais, seja menos útil que o trabalho do vendedor. O trabalho do palhaço é produtivo por ser empregado pelo capital na fase de produção.

Durkheim (1858-1917) concebia o trabalho como uma possibilidade de interação do homem na sociedade, por isso buscou analisar qual era a função da divisão do trabalho nas sociedades modernas, e por isso fez uma profunda análise sobre essa temática, chegando à conclusão de que a sociedade determina o indivíduo. Weber (1864-1920) entendia que a racionalização capitalista tinha desvinculado o trabalho da satisfação do indivíduo, tendo em vista que trabalhavam para suprir suas necessidades e não havia realização com isto.

Buscando concepções históricas sobre o trabalho, vemos que, na Grécia Antiga, lembrada até hoje como exemplo de civilidade e organização social e política, a forma de conceber o trabalho contribuiu para a divisão da sociedade em classes, no que se refere a quem executava as tarefas e quem ordenava. De um lado, estavam aqueles que deveriam obedecer, ou seja, os escravos, e do outro, aqueles que, tendo se libertado da escravidão, passaram a mandar.

A classe dos homens livres se encarregava do trabalho intelectual. O trabalho manual era visto como algo grosseiro, de valor inferior em relação ao intelectual. Havia, portanto, uma divisão entre a atividade corporal e a intelectual. É nesse período que surge à

divisão dos homens em classes e a divisão do trabalho, visando maior qualidade no que era produzido. Mészáros (2006), analisando a questão do trabalho no mundo ocidental, pontua que, ora o trabalho era sofrimento, ora era felicidade. Ora era visto como servidão, ora era visto como emancipação, atividade vital.

Fazendo uma discussão mais específica sobre a evolução do trabalho, no que se refere à organização dos processos produtivos, cabe demarcarmos o que ficou conhecido como *modos de produção* – os quais podem ser entendidos como a maneira pela qual se organiza certa produção material em determinado período da sociedade. Esses processos muito influenciaram na elaboração das teorias educacionais, especialmente quanto ao modo de conceber a educação vinculada ao trabalho, ou seja, a educação profissional. Sendo assim, destacamos os modos de produção: primitivo, escravista, asiático, feudal e o capitalista.

A evolução nos modos de produção é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, incluídas aí a força de trabalho realizada pelo homem, bem como os meios para produzir. As forças produtivas determinam as relações sociais de produção em dado momento da história. E a passagem de um modo para outro, ocorre quando o desenvolvimento das forças produtivas atinge um nível insustentável diante das relações sociais de produção, necessitando a transformação no que se refere ao modo de produzir.

Diante dessas premissas, o modo de produção *primitivo*, desenvolvido na pré-história, teve como representante as comunidades tribais. A caça, a pesca, a criação, e a agricultura caracterizavam a forma primitiva de economia. O trabalho era realizado de forma coletiva. Os indivíduos dedicavam poucas horas à produção, pois produziam apenas para satisfazer as necessidades sociais e materiais, em outras palavras, extraíam da natureza apenas os bens necessários para a sobrevivência.

Inicialmente, na comunidade primitiva, a educação era uma função espontânea da sociedade em conjunto, ou seja, os homens produziam sua existência em comum, num modo de produção comunal, e dessa forma se educavam e educavam as novas gerações. Este conceito de educação correspondia à maneira como se produzia a subsistência, adequada para a comunidade primitiva, onde tudo era feito em comum. Porém, à medida que essa comunidade, lentamente, se transforma numa sociedade dividida em classes, a educação deixa de ter esse caráter espontâneo que se efetiva inteiramente com o próprio processo de trabalho e, começa a ser atrelada aos interesses de classe (PASQUALOTTO, 2006, p. 329).

O outro modo de produção, o *escravista*, surgiu em decorrência do aumento da produção excedente. Necessitou de novas forças de trabalho, muitas vezes conseguidas entre prisioneiros, os quais eram transformados em escravos. Esse modo de produção teve sua origem primeiramente na Grécia, depois assimilado por Roma, ambos, no período Antigo.

Marcou, sobremaneira, o surgimento da propriedade privada e o surgimento da classe social, enquanto modo de exploração humana. De um lado, estavam os proprietários de terra e, de outro, os escravos. Uma de suas características consistia na separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (MARX, 1996).

O modo de produção *asiático* surgiu principalmente nos Estados da Ásia Oriental, Índia, China e Egito, tendo na agricultura sua principal base econômica, praticada pelos camponeses, os quais tinham o direito e o dever de cultivar as terras em que viviam, mas, a propriedade dessas terras pertencia ao Estado. Os camponeses eram obrigados a entregar o excedente de sua produção ao Estado como pagamento pela posse das terras. Segundo Marx (1975) o alto custo de manutenção dos setores improdutivos e a rebelião dos escravos foram alguns dos fatores que contribuíram para determinar o fim deste modo de produção.

O modo de produção *feudal* caracterizou-se pela agricultura de subsistência e pela propriedade dos modos de produção nas mãos do senhor feudal. Os servos, além de entregarem parte da produção para o seu senhor feudal, tinham de pagar pelos meios de produção, ou seja, pelo moinho, pelo lagar, dentre outros. Esse modo de produção tem sua origem na decadência do Império Romano, predominando na Europa durante a Idade Média. Pode ser entendido como uma ampliação do que era praticado no modo anterior, ou seja, o asiático (MARX, 1975).

No início do século XVIII surge o modo de produção *capitalista*, tendo objetivos exclusivamente econômicos, uma de suas características foi à separação entre a força de trabalho e os meios de produção. Marcou a autonomia quanto às relações sociais de produção e a divisão sexual do trabalho, embora esta última, não seja exclusivamente fruto do capitalismo. Dias (2008), fazendo uma análise sobre o capitalismo e centrando a discussão na questão da mulher no mercado de trabalho, pontua que:

Na ordem capitalista, legitima-se uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens; reforça-se uma construção social com forte conotação hierárquica, que concorre para a desvalorização da participação destas, principalmente no mercado de trabalho, e que há muito vem contribuindo para a conformação de uma desigualdade social, que afeta ambos os sexos, em prejuízo do feminino, auxiliando na ocultação dos mecanismos de elaboração e de dominação dos homens sobre as mulheres no meio social e que fazem da esfera do mundo doméstico o seu verdadeiro universo (DIAS, 2008, p. 52).

Essas transformações foram se tornando necessárias ao longo dos tempos, tendo em vista que as cidades estavam crescendo e desejavam prosperar. No século XX, com o desenvolvimento do capitalismo, surgiram três importantes modelos de organizar o trabalho industrial que, por sua vez, vieram revolucionar o trabalho fabril, objetivando aumentar a

produtividade, acumular capital, e controlar o processo de trabalho. Trata-se, do *taylorismo*, do *fordismo* e o do *toyotismo*. Entre outras coisas, esses modelos visavam maximizar a produção e o lucro, através da racionalização extrema da produção. É um período caracterizado pela produção em massa, surgindo enormes fábricas produzindo de tudo, a custo baixo, visando abarcar uma grande massa de consumidores.

O *taylorismo* foi um modelo que se iniciou na virada do século XIX para o século XX. Frederick Taylor (1856-1915), seu criador, desenvolveu um conjunto de métodos para a produção industrial. Sua visão em relação ao trabalho partia de sua experiência nas fábricas, pois, inicialmente, trabalhou como torneiro. Para Taylor o indivíduo não precisaria entender, necessariamente, como se chegava ao resultado final na produção, mas, sobretudo, exercer suas tarefas em um menor tempo. Portanto, isto já demonstrava uma dissociação entre o processo de trabalho e as especialidades dos trabalhadores. Visando eliminar procedimentos desnecessários e prejudiciais quanto ao processo de produção, Taylor procurou estudar o movimento das máquinas e dos operários nos mínimos detalhes (MORAES NETO, 1984).

No *taylorismo* impôs aos trabalhadores a rigorosidade na execução das tarefas. As instruções eram repassadas por escrito, detalhando o modo de executar as tarefas e determinado em quanto tempo deveriam ser realizadas. Os trabalhadores conheciam apenas o necessário, ou seja, uma parte do processo de produção, ficando distante do trabalho intelectual (KUENZER, 2002). Em outras palavras, havia a separação entre as tarefas intelectuais realizadas pelos dirigentes e as tarefas operacionais. Eis o porquê uma de suas características seja a tecnologia de base rígida: os operários deveriam memorizar conhecimentos e repetir procedimentos. Portanto, a ênfase estava na capacidade de memorizar e não na formação profissional.

O *fordismo* pode ser entendido como um conjunto de teorias para a administração industrial ou ainda o aperfeiçoamento da proposta do *taylorismo*. Henry Ford (1863-1947) introduziu a linha de montagem, na qual cada trabalhador ficava responsável por uma tarefa específica, num determinado posto de trabalho, mas possuindo ferramentas especializadas para realizar diferentes tipos de tarefa.

No *fordismo*, cabia à máquina, estabelecer o ritmo de trabalho, e este, foi se tornando especializado, principalmente com o surgimento da esteira a qual conduzia o produto (os automóveis), momento em que, cada funcionário, ia executando uma etapa da produção. Portanto, o funcionário não precisava ser especializado tendo em vista que era responsável por apenas uma etapa do processo produtivo, repetindo-a durante toda a jornada de trabalho.

Segundo Moraes Neto (1984, p. 25-26):

Em termos bastante rápidos, trata o fordismo de fixar o trabalhador num determinado posto de trabalho, com as ferramentas especializadas para execução dos diferentes tipos de trabalho, e transportar através da esteira o objeto de trabalho em suas diferentes etapas de acabamento, até sua conformação como mercadoria.

Ele acrescenta:

O fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o Fordismo realiza isto de forma coletiva, ou seja, a administração pelo capital da forma de execução das tarefas individuais se dá de forma coletiva, pela esteira. (grifo do autor) (MORAIS NETO, 1984, p. 26).

O *Toyotismo* japonês foi outro modelo de produção, que por sua vez, exigiu do trabalhador a capacidade de mobilizar habilidades cognitivas superiores. Esse modelo se assemelhou em alguns pontos com os modelos anteriores, especialmente quanto à racionalização do trabalho, a preocupação quanto à qualidade e a lucratividade dos produtos. O sistema Toyota nasceu, no Japão, por iniciativa de Taiichi Ohno (1912-1990), na fábrica da Toyota, após a Segunda Guerra Mundial. A ênfase estava na produção e diversificação de “pequenas quantidades de produtos”, ou seja, deveriam ser produzidos muitos modelos de produtos, mas em pequena quantidade. Nesse modelo, caracterizado pela acumulação flexível, ficou evidente a exploração da força de trabalho das mulheres, ocasionando uma contínua substituição da força de trabalho masculina, embora com salários mais baixos.

No Brasil, a partir da década de 1970, houve uma intensificação quanto à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Isto decorreu, em grande parte, dos empregos em tempo parcial e da necessidade de complementação da renda familiar, por parte das mulheres, face à deterioração dos salários dos trabalhadores homens. A queda da fecundidade ocasionada pelos métodos contraceptivos, à expansão da escolarização e o acesso às universidades também foram outros fatores que se somaram a essa inserção. Somam-se, também, a contribuição dos movimentos femininos e a crescente urbanização que gerou um aumento da população ocasionada pela saída do campo para a cidade (HIRATA, 2009).

De acordo com Marx (1996), a mecanização da produção contribuiu consideravelmente para a inserção das mulheres no trabalho assalariado, e embora não realizassem atividades com muita força física, as mulheres tinham extensivas horas de trabalho. E isto causou mudança quanto às relações de gênero, principalmente no que se refere ao tratamento dos homens para com as mulheres, vez que, a força de trabalho

masculina que até então era disponível e cara, tornou-se menos valiosa e com baixa remuneração. Em outras palavras, a fábrica não era mais um espaço exclusivamente masculino, pois homens e mulheres operavam as mesmas máquinas.

A esse respeito Bruschini (1998, p. 4) esclarece que:

O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida familiar em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas, e a estrutura familiar - família conjugal, chefiada por mulher, ampliada, presença de outros parentes - são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental.

Nesse sentido, a inquietação da sociedade com relação ao trabalho das mulheres, consistia em saber se elas deveriam trabalhar por um salário, que ocupações seriam adequadas para elas, qual o impacto do trabalho no corpo delas e a influência deste, nas funções familiares e maternais. Em outras palavras, saber se havia uma oposição entre lar e trabalho, maternidade e salário, feminilidade e produtividade.

Abordando a categoria *educação* e analisando o sistema educacional brasileiro, observamos a influência da cultura portuguesa no modelo de ensino que aqui foi fixado, modelo este, conservador, excludente e ideológico. A primeira escola no Brasil foi erguida pelos jesuítas no ano de 1549, destinada à formação cultural da elite branca e masculina. Cabe ressaltarmos que, se nesse ano, no Brasil, as mulheres ainda não tinham direito a estudar em escolas, e em Portugal também não era diferente. Em 1585, Gonçalo Fernandes Trancoso, poeta português que defendia a exclusão das mulheres do estudo formal, produziu um “livrinho” que ficou conhecido como Abecedário.

A = amiga da sua casa	N = nobre
B = benquista da vizinhança	O = honesta
C = caridosa para com os pobres	P = prudente
D = devota da Virgem	Q = quieta
E = entendida no seu ofício	R = regrada
F = firme na fé	S = sezuda
G = guardadeira de sua fazenda	T = trabalhadeira
H = humilde	U = unida à família, útil marido
I = inimiga do mexerico	V = virtuosa
J = jeitosa (habilidosa)	X = xã (simples)
L = leal	Z = zelosa da honra (RIBEIRO, 2000, p. 80).
M = mansa	

Observamos o sentido ideologia nas letras do Abecedário, objetivando fazer com que as mulheres permanecessem submissas a seus maridos e ficassem “pressas” ao lar. Isto

mostra o caráter domesticador e político da educação, pois naquele período as mulheres por estarem excluídas da escolarização, aprendiam apenas o abecedário para poderem ler os livros de orações.

Analisando a inserção das mulheres na educação até nossos dias observamos que, da instrução no lar e para o lar no período colonial, elas tiveram uma tímida participação nas escolas públicas do século XIX, destacando-se as chamadas *escolas mistas*, escolas onde homens e mulheres poderiam estudar juntos. Na contemporaneidade, o acesso das mulheres às escolas evolui consideravelmente, inclusive passando a representar um número maior quanto às matrículas nas universitárias em comparação aos homens, mesmo que em cursos tido como femininos, como serviço social, enfermagem, dentre outros. O fato é que, antes, a mulher precisava ser mais educada do que instruída, hoje precisam despertar continuamente suas potencialidades evoluindo na sua condição social.

Por isso a educação pode ser entendida como um processo que permite aos indivíduos tomarem consciência de si mesmos e de suas trajetórias históricas. E, nesse sentido, a educação passa a ser uma instância mediadora das relações entre o indivíduo e a sociedade através dos saberes que são historicamente produzidos e reelaborados, ou seja, conhecimentos que são assimilados e transmitidos pelos indivíduos.

No entendimento de Pasqualotto (2006, p. 329) a educação:

Constitui-se de maneira diferenciada a cada momento histórico existente, determinada pelo modo como os homens produzem e reproduzem seus meios de vida. Portanto, o modo de produção da vida material determina como deve ser a educação, a fim de contribuir para a reprodução das relações existentes. Constatamos, com isto, que tanto na comunidade primitiva, com o na Antiguidade e na Idade Média a educação desenvolvia suas atribuições de acordo com o modo de produção existente, ou seja, com as condições ali determinadas.

Para Weber a educação remetia a exames, diplomas e a exigência de especialização de atividades, sendo uma possibilidade de o indivíduo adquirir postos mais vantajosos (SELL, 2012). Pela evolução da educação, vemos que ela passou do caráter de mantedora da ideologia dominante e reprodutora das desigualdades sociais para um instrumento de emancipação humana e reconstrução social.

Essas concepções tornam mais evidente à vinculação do trabalho com a educação, pois “o trabalho é um ato de pôr consciente, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de finalidades e meios determinados” (LUKÁCS, 2007, p. 233). Desse modo, essas duas categorias são inerentes à condição de existência dos indivíduos, ajudando o homem a produzir sua própria vida, compreendendo o mundo, transformando-o e adaptando-

se a ele de acordo com suas necessidades humanas.

Diante dessas premissas, inserimos a questão de *gênero* nessa discussão, mais especificamente, as relações de gênero que, em grande medida, são construídas na família e na escola e estendidas para o mercado de trabalho. Pelo decurso da história, compreendemos que a desigualdade entre homens e mulheres no trabalho, na família e na vida social, é resultado de uma cultura alicerçada na sociedade patriarcal, atribuindo papéis sociais aos seres humanos de acordo com o sexo. A esse respeito é importante estabelecermos a diferença entre gênero, sexo e relações de gênero.

Em termos gerais *Gênero*, implica numa relação na qual, os sexos, feminino e masculino, são considerados tanto opostos quanto complementares. *Sexo* diz respeito aos aspectos físicos e biológicos de machos e fêmeas, ou seja, as características, a diferença dos corpos – que vão se desenvolvendo ao longo da vida dos indivíduos. Já as *relações de gênero* dizem respeito a uma distribuição de autoridade, poder e prestígio, desiguais entre os indivíduos, de acordo com seu sexo. Portanto, “o conceito de gênero se situa na esfera social, diferente do conceito de sexo, posicionado no plano biológico” (SAFFIOTI, 1995, p. 183).

No entendimento de Burke (2002, p. 77-78),

se as diferenças entre homens e mulheres forem culturais, e não naturais, se homem e mulher tiverem papéis sociais, definidos e organizados de forma diversa em diferentes períodos, então os historiadores têm muito trabalho pela frente. Precisam explicar o que quase sempre era deixado implícito na época: as regras e convenções para a mulher ou homem de uma faixa etária ou grupo social específicos em determinada região e período específico.

Cruz (2012, p. 18) colabora com essa questão, destacando que, gênero, é uma categoria de análise fundamental para compreendermos as relações sociais entre homens e mulheres, e que:

Para compreender melhor a distinção das diferenças entre homens e mulheres e as relações de desigualdade social que comportam estas diferenças, tanto na vida pública como na vida privada, é útil distinguir conceitualmente entre o termo sexo e o termo gênero: a palavra sexo faz referência às características biológicas que nos fazem machos ou fêmeas, indivíduos diferenciados por nossos atributos sexuais. Esta diferenciação sexual na espécie humana é absolutamente necessária para a reprodução biológica da espécie. A palavra gênero, por sua vez, faz referência à mudança, à construção psicológica, social e cultural das características consideradas femininas ou masculinas, habitualmente adquiridas por homens e mulheres, respectivamente. Utilizamos ‘gênero’ para designar aquela construção cultural e histórica cujas características podem variar de uma sociedade a outra, de uma cultura a outra.

Arendt (1975), fazendo uma análise sobre Grécia Antiga e, pondo em evidencia a

questão do gênero, enfatiza que a mulher grega teve uma trajetória marcada pela desvalorização, pois, inserida no espaço privado, deveria se ocupar das tarefas domésticas e da sobrevivência da espécie. O teatro grego, por exemplo, possuía importante papel na educação do homem e ao retratar a vida cotidiana dos atenienses, a mulher figurava como submissa e desprestigiada pela sociedade.

O exemplo disto, é a obra *Medéia*, do dramaturgo Eurípedes, 431 a.C, que narra à trajetória de uma mulher que, após ser traída e abandonada por seu marido e não tendo encontrado amparo social, angustia-se, descontrola-se e mata seus próprios filhos. Eurípedes atribui a Medéia, o caráter louco, mostrando que na antiga sociedade grega a fraqueza e a submissão ao lar eram condição humana e lugar social da mulher:

De quanto há aí dotado de alma e de razão, somos nós, mulheres, as mais míseras criaturas. Nós, que primeiro temos de comprar, à força de riqueza, um marido e de tomar um déspota do nosso corpo - dói mais ainda um mal do que o outro. E nisso vai o maior risco, se o tomamos bom ou mau. Pois a separação para a mulher é inglória, e não pode repudiar o marido. Entrada numa raça e em leis novas tem de ser adivinha, sem ter aprendido em casa, de como deve tratar com o companheiro de leito. E quando o conseguimos com os nossos esforços, invejável é a vida com um esposo que não leva o jugo à força; de outro modo, antes a morte. O homem, quando o enfadamos da casa, saindo, liberta o coração do desgosto. Para nós, força é que contemplemos uma só pessoa. Dizem: como nós vivemos em casa uma vida sem risco, e eles a combater com a lança. Insensatos! Como eu preferiria mil vezes estar na linha de batalha a ser uma só vez mãe! (EURÍPEDES, *MEDÉIA*, 1996, p. 3).

O fragmento do texto de Eurípedes mostra que a desigualdade de gênero nasce e se instala na sociedade, produzindo a exclusão no interior das classes e dificultando o acesso a bens preciosos como a educação. Em Atenas a educação começava aos sete anos de idade, mas bem diferenciada entre os sexos. As meninas permaneciam em uma parte da casa chamada de *gineceu* aprendendo afazeres domésticos, embora de pouca importância, considerando-se que pertenciam a uma sociedade essencialmente masculina. Os meninos se desligavam da autoridade materna para serem alfabetizados, participavam de atividades físicas e instrução musical. Apesar de a institucionalização da escola, tempos depois, essa organização social, muito contribuiu, para dificultar “[...] a convivência entre gerações, sexos e outros grupos sociais” (LINHARES, 2001, p. 35).

[...] os arranjos de gênero variam segundo os contextos, tornando-se mais ou menos importantes, de acordo com situações específicas. Podem ou não estar mescladas a outras variáveis como religião, classe social, religião de origem, etnia, subculturas, nacionalidade, etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 262).

Diante do exposto, observamos que as relações de gênero estão ligadas às relações

de poder que, por sua vez, são derivadas das relações sociais na medida em que o gênero constrói o poder, a partir de uma distribuição diferencial de papéis, determinando um acesso individualizado de homens e mulheres aos recursos materiais e simbólicos. Portanto, a sociedade vai determinando o agir e o pensar masculino e feminino, sendo que, é no convívio com os grupos sociais, que os sujeitos vão construindo e desconstruindo identidades ao aprenderem comportamentos, desenvolverem atitudes, vivenciarem relacionamentos e desempenharem atividades e papéis.

Desse modo:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade: é ele quem constrói a diferença entre os sexos conformando-a aos princípios de uma visão mítica de mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres (BOURDIEU, 1999, p. 18).

Notamos aqui, que as relações entre homens e mulheres, foram se constituindo com base no modelo vigente de sociedade. Logo, as atitudes discriminatórias, as práticas de dominação e submissão são frutos de construções históricas, levando em conta aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e psicológicos que, por sua vez, determinam papéis e comportamentos adequados a homens e mulheres. Por isso, o homem foi sendo visto como o provedor familiar, aquele a quem todos os membros da família deviam-lhe reverência, sendo que a mulher ficava restrita ao lar, à condição de mãe e de esposa.

Cruz (2009) contribuiu com essa análise, destacando as “relações sociais de gênero”, resultantes de uma construção histórico-social e com base política e estudada principalmente pela Sociologia do Trabalho a qual se articula com o campo educacional, visando compreender como se constrói as diferenças entre trabalhadores e trabalhadoras. Essas explicações são pertinentes e mostram que, os indivíduos, numa classe social, precisam ser compreendidos nas suas especificidades, o que não configura criar diferenciações.

No início dos anos 80 as intelectuais mulheres criam a categoria *gênero* – pois nos anos 70 não havia instrumento metodológico para dar conta da entrada dessas mulheres no domínio público. E o resultado foi quase que imediato. No mundo inteiro iniciou-se um trabalho meticuloso, pontual, de crítica de todas as estruturas do patriarcado e da sociedade de classes – seja do ponto de vista prático, vivencial, como da perspectiva teórica. A categoria gênero começou a ser usada primeiro para mostrar a discriminação da mulher em todos os níveis: no econômico, no político, no social, etc. Depois passou-se a elaborar uma epistemologia questionando as bases da filosofia platônica e cartesiana, baseada na objetividade, na abstração e nas generalizações (MURARO, 2001, p. 7).

Isto mostra que as relações entre homens e mulheres foram se modificando, e as mulheres foram tomando consciência de sua importância na sociedade e procuraram ascender e destacar-se na vida pública. Na obra *Senhoras Donas*, da historiadora Marize Helena de Campos (2010), a qual faz uma análise às mulheres que se destacaram na sociedade maranhense no período do Maranhão-Colonial (1755 a 1822), mostra que as mulheres precisaram utilizar de várias táticas para afirmarem seu lugar na sociedade, e com isso, incomodaram os homens, alterando as relações de gênero.

Nesse período o Maranhão destaca-se pelo crescimento econômico, tornando-se o centro produtor e exportador de algodão e arroz. A título de exemplo, para ser chamada de *Dona*, naquela época, a mulher precisava ter certo prestígio social, o que não estava relacionado apenas com a classe social ou poder econômico. Assim, havia escravas alforriadas que eram também chamadas de *Dona*, pelo fato de terem prestígio ao manterem relações sociais com pessoas influentes.

Contribuindo com essa análise Matos (2005, p. 71) ressalta que:

Contemporaneamente, a incorporação da dimensão de gênero vem se ampliando significativamente, já que as desigualdades entre homens e mulheres são reconhecidas como um problema de todos, de forma que uma sociedade efetivamente democrática e plural não pode deixar de contemplar a justiça de gênero. Assim, o tema do gênero se coloca entre as prioridades por seu papel na trama das relações e por sua transversalidade social.

Dessa forma, discutir gênero implica também compreender os seus mais diversos sentidos que, por sua vez, são tratados diferentemente quanto ao lugar, tempo e espaço. Isso importa um olhar multicultural sobre o assunto, entendendo que, cada sociedade vai, ao longo do tempo, modificando sua forma de organização social, e os indivíduos, por sua vez, vão sendo influenciados pelas diferentes culturas, que em muito, contribuem para construir e desconstruir paradigmas (SCOTT, 1990).

Dentro dessa questão, Sousa (1995), destaca que, do ponto de vista constitucional, o que deve ser objeto de interesse não é a igualdade de sexo, levando-se em consideração a mudança sócio-histórica-cultural da sociedade, mas a garantia relativa ao gênero, posto que:

A maior parte da legislação é de gênero neutro. Daí que igualdade perante a lei não impede práticas discriminatórias. As leis sobre igualdade de tratamento não produzem, por si só, resultados iguais e justos, nem no plano individual, nem no plano coletivo (SOUSA, 1995, p. 21).

Desse modo, é preciso desfazer a concepção de que *gênero* está relacionado à questão biológica; a definição de papéis com base no sexo, nas características físicas de cada

um, na concepção do masculino e do feminino, e na divisão sexual do trabalho. Do contrário, vamos concordar que homens e mulheres devem ter ocupações distintas no mercado de trabalho e na sociedade, como ocorria nas sociedades primitivas. Nesse sentido é preciso compreender que a construção sociocultural designa diferenciações entre homens e mulheres, tendo maior importância na formação da identidade quanto ao gênero.

As mulheres finalmente, durante o último século se emanciparam de suas cadeias biológicas primárias pelo advento da gravidez segura, da concepção e do aborto legalizado, que, proporcionando-lhes o controle sobre sua própria fertilidade, pavimentaram o caminho para a família moderna, para a família igualitária e até para a sociedade pós-família (PORTER, 1992, p. 316).

De acordo com Simone de Beauvoir (1980), anteriormente a palavra fêmea bastava para definir a mulher, vista sob o ponto biológico, mas isto mudou, especialmente por que:

O termo ‘fêmea’ é pejorativo, não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento. A palavra fêmea sugere-lhe uma chusma de imagens: um enorme óvulo redondo abocanha e castra o ágil espermatozoide, monstruosa e empanturrada, a rainha das térmitas reina sobre os machos escravizados; a fêmea do louva-a-deus e a aranha, fartas de amor, matam o parceiro e o devoram; a cadela no cio erra pelas vielas, deixando atrás uma esteira de odores perversos; a macaca exhibe-se impudentemente e se recusa com faceirice hipócrita; as mais soberbas feras, a leoa, a pantera, deitam-se servilmente para a imperial pose do macho. Inerte, impaciente, matreira, insensível, lúbrica, feroz, humilhada, o homem projeta na mulher todas as fêmeas (BEAUVOIR, 1980, p. 25).

Segundo Foucault (1988) as concepções de gênero têm suas raízes predominantemente nos discursos da igreja católica e também nas ciências como medicina, direito, psiquiatria, pedagogia, demografia. Na concepção de Louro (1997, 22) *gênero* deve estar, entre outros, relacionado à construção de identidades múltiplas pelos sujeitos que se transformam e são transformados, num processo dinâmico e dialógico.

Concordamos com Simone de Beauvoir quando defende que “se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria esse retorno” (BEAUVOIR, 1980, p. 13). Com base nesses e em outros argumentos é que inserimos neste estudo as mulheres vigilantes, pois ao tempo em que se inserem em ocupações que antes eram tidas como masculinas, estão ajudando, mesmo sem se dar conta disto, a desconstruir a visão equivocada sobre a mulher no mercado de trabalho, tendo em vista que estão operando em um espaço que, até então, era inessencial.

3.2 As configurações no mundo do trabalho e as demandas sobre a educação e os (as) trabalhadores (as)

De acordo com Zarifian (2003) as transformações no mundo do trabalho acentuaram as demandas sobre o trabalhador, principalmente com relação à qualificação e as novas competências profissionais. A produção em massa cedeu lugar à produção diferenciada, o que exigiu do trabalhador maior qualificação, ou seja, conhecimentos mais específicos com relação aos processos de produção. Essas exigências desencadeou uma nova lógica: trabalho-educação-trabalhador. Isto porque, a educação, influenciada pelo capitalismo, pela tecnologia e pela comunicação, passou do plano social para o individual, por isso:

Reconhecer que o trabalho, na organização da sociedade, é o princípio educativo primeiro, é fundamental para superar a concepção burguesa da relação entre educação e trabalho, na qual na qual a escola deverá articular-se com o trabalho como estratégia de socialização e qualificação do trabalhador, tendo em vista as necessidades postas pelas relações capitalistas, com toda a sua dinamicidade (KUENZER, 1991, p. 92.).

Em outras palavras, o mercado de trabalho passou a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados, com conhecimentos específicos sobre determinada área, o que exclui àqueles que não se encaixam nesse perfil. Essas exigências estimulam o aumento da procura por educação, principalmente educação profissional. E, isto põe em dúvida a tese de que o trabalho dignifica o homem, pois essa situação só contribui para mostrar a estreita relação capital-trabalho. E a educação passa a ser um produto a serviço do mercado.

Segundo Castells (1999, p. 279) o mercado de trabalho no mundo, em especial no caso europeu, tem sua evolução durante o período do pós-guerra ou pós-industrial, ou seja, 1945-1953, caracterizando-se principalmente por “um padrão de deslocamento do emprego industrial”, ocasionando profundas transformações principalmente na relação entre patrão e empregado.

No caso do Brasil, a construção do mercado de trabalho no Brasil, se dá a partir da década de 1850, marcada, notadamente, pelo fim do tráfico de escravos e, conseqüentemente, pela regulamentação da mão-de-obra. Com a expansão cafeeira e a proibição do trabalho escravo, houve a necessidade de encontrar, urgentemente, novas forças de trabalho. Desse modo, o mercado de trabalho foi sendo composto por: escravos libertos, colonos e imigrantes (BARBOSA, 2008).

Nesse sentido, Alves (2007) fazendo uma leitura sobre as mudanças no mundo do trabalho e sua relação com a educação, a partir da segunda Revolução Industrial, século XIX,

destaca que a expansão no mercado de trabalho aumentou as demandas no setor produtivo e impulsionou a busca acirrada das empresas por novos talentos, exigindo-se mais qualificação por parte do trabalhador. Por isso o valor da educação, no mercado de trabalho, é em grande parte posicional, pois as demandas para a educação aumentam à medida que as forças produtivas vão sendo transformadas.

Nesse contexto, observamos que os modos ou modelos de produção influenciaram, sobremaneira, as concepções de trabalho e educação, pois a ênfase no conhecimento estava na especialização das tarefas. Portanto, a educação incorporou destes modelos, o caráter técnico, político e comportamental. Nesse sentido, a forma de pensar o trabalho refletiu diretamente na situação de empregabilidade das pessoas, pois a redução de custos e de efetivo significava economia para a empresa e, ao mesmo tempo, “uma condição essencial de sobrevivência e do crescimento de um negócio” (CORIAT, 1994, p. 33).

Portanto, a educação sempre esteve ligada ao trabalho, tendo em vista que as atividades produtivas exigem a aquisição de conhecimento. O que não significa dizer que a educação deve estar subordinada ao trabalho, sob o ponto de vista do capitalismo. Castells (1999, p. 265) colabora com essa análise lembrando que “o processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social”, por isso as revoluções, sobretudo, as tecnológicas, demandaram novas especificidades ao trabalhador. Dessa forma, tem sido comum ver trabalhadores ativos, desempregados e trabalhadores com jornada flexível. Em outras palavras, as exigências sobre o trabalhador aumentaram e acumularam-se desde o taylorismo.

Kuenzer (1998, 2005) destaca que o modelo taylorista-fordista, ao inserir a linha de montagem e a racionalização científica na produção, impôs um novo perfil de trabalhador: dinâmico, mas, alienado. Isto refletiu diretamente no modo de organização das empresas e na questão da empregabilidade, pois os trabalhadores precisavam tanto aumentar a produtividade, quanto melhorar a qualidade do que era produzido. O trabalho teria de ser mais especializado e executado em um tempo menor, visando à elevação dos lucros.

Mas, essa “especialização do trabalho”, não significava especialização profissional, do ponto de vista da aquisição de novos conhecimentos. O que vai ocorrer somente com a crise desse modelo, tendo em vista o surgimento do desenvolvimento tecnológico e a necessidade da reestruturação produtiva.

Decerto que, os pressupostos desses modelos de produção, são bem visíveis na organização do currículo escolar e na gestão da escola: fragmentação do ensino, competição, racionalização, hierarquização da gestão escolar e da relação professor-aluno, métodos de ensino tradicionais, dentre outros.

E dessa maneira:

À medida que as economias se tornam mais complexas, devemos diversificar os conceitos usados para categorizar as atividades econômicas e, finalmente, abandonar o antigo paradigma de Colin Clark, baseado na distinção de setores primário/secundário/terciário. Tal distinção tornou-se um obstáculo epistemológico ao entendimento de nossas sociedades (CASTELLS, 1999, p. 269).

Nesse ponto, Chesnais (2008, p. 30) acrescenta:

[...] como o capital necessita dos assalariados como fonte de valor e mais-valia e como mercado para seus bens de consumo, as empresas sempre os consideraram, no passado e no presente, em termos de custo, um item que precisava e que precisa ter um preço reduzido. [...] Desde o começo, o capitalismo foi, de fato, marcado por processos de mudança técnica nos quais os trabalhadores foram substituídos por máquinas (em amplo sentido, a última sendo o computador sob todas as suas formas). Isto corta na raiz os movimentos de alta dos salários que nasce da escassez da força de trabalho e vem reforçar de novo a disciplina no trabalho.

Portanto, há uma transformação constante dos modelos de produção, das formas de pensar o trabalho, das concepções sobre emprego e empregabilidade e principalmente da força de trabalho. Desse modo, a educação é influenciada em grande medida pelas transformações que ocorrem no mundo do trabalho, exigindo das pessoas, enquanto condição de empregabilidade, que se apropriem de uma gama de conhecimentos a fim de compreenderem o mercado e se adaptarem as novas formas de trabalho.

De fato, vemos os aspectos ideológicos da estrutura capitalistas relacionados à educação que revelam a perpetuação dessa lógica, influenciando o sistema educacional quanto à reprodução da cultura e da estrutura de classes. E isto pode ser percebido através da preocupação desse sistema em desenvolver nos estudantes as capacidades ou “competências” necessárias ao mercado de trabalho, justificando que são capacidades necessárias para compreender e atuar numa sociedade moderna e em constante transformação.

Em outras palavras, a educação, ao contribuir para a solidificação do capitalismo, fica despolitizada, à medida que lhe é atribuída um novo significado, o de mercadoria; sendo que, a ação educativa vai integrar os indivíduos ao sistema social. É nesse sentido que a educação deve ser vista como algo político, pois ao se constituir num processo de socialização e democratização, deve contribuir para que os indivíduos, de forma consciente, busquem melhores condições de vida e o alcance da cidadania.

Desse modo, a escola deve ser um espaço em que o projeto político individual se encruzilhe com o projeto político da sociedade, mas isto só acontecerá se os sujeitos puderem compreender o mundo em que vivem, tendo em vista as transformações sociais, políticas,

econômicas e culturais. Por isso, a educação deve ser entendida como processo de formação para a cidadania e transformação da sociedade.

Nesse contexto, destacamos o papel de organismos internacionais reguladores, como o Banco Mundial e o FMI, exercendo influências sobre as decisões políticas dos governos ao sugerirem medidas de ajustes econômicos, não só na educação, mas em todos os setores da sociedade. Com isto, os países são compelidos a diminuir seus gastos com programas sociais. E o capitalismo vai se aproveitado disto, para fazer com que a escola atenda às suas necessidades. É nessa perspectiva que a escola funciona como um dos aparelhos ideológicos do Estado, tendo a função de reproduzir as relações materiais e sociais da produção. Ela não só está a serviço do mercado, mas também, se transforma na fabricação de mão-de-obra, atuando em um nível maior, o ideológico.

[...] é através da aprendizagem de alguns saberes práticos envolvidos na inculcação massiva da ideologia da classe dominante, que são em grande parte reproduzidas as relações de produção de uma forma social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados (ALTHUSSER, 1985, p. 66).

E nesse sentido, a escola não estaria criando a divisão de classe, mas contribuindo para sua reprodução. O indivíduo pode até não aceitar a sua condição de classe, diretamente, porque a própria educação, ideologicamente forjada, prepara-o para o mercado, gerando uma sensação de eficiência, de potencial, de utilidade.

Segundo Sader (2005) o capitalismo mudou, e muito, a forma de organização do trabalho, bem como as demandas sobre a educação e o trabalhador, se comparado com o período do início da Revolução Industrial em que a competência necessária ao trabalhador era mínima, mas sua jornada de trabalho continuava desumana. Ler e escrever eram o bastante. Decerto que o capitalismo do século XXI é outro, principalmente porque exigiu do trabalhador um conjunto maior de habilidades e conhecimentos, em virtude da modernização da produção.

Pelo raciocínio desenvolvido acima, observamos a influência das políticas neoliberais sobre a educação e o trabalho: quanto mais capitalista e desenvolvido for um país maior será o peso sobre os setores de serviço e de alta tecnologia. Assim, o profissional de sucesso do mercado internacional de hoje é a antítese do proletário da Inglaterra de Marx, ou seja, precisa ser altamente capacitado em sua área e, ao mesmo tempo, ter uma formação abrangente. Por isso, as relações entre educação e trabalho no mundo do capitalismo apresentam contradições e produzem novas implicações sociais.

Isso demonstra que, a exigência de trabalhadores especializados para atender ao atual estágio do mercado de trabalho, este, caracterizado pela acumulação flexível, acaba causando

desemprego de muitos indivíduos. Por conta disto, não só os homens, mas também as mulheres, conscientes dessa exigência, têm frequentado os mesmo espaços profissionalizantes em busca de qualificação profissional. Sabendo disto, os governos têm investido em políticas de qualificação profissional como resposta à questão do desemprego.

No entanto, essas políticas, mascaradamente, desviam a responsabilidade social do desemprego para o plano individual, o que decorre da concepção de “Estado mínimo”. Portanto, a educação precisa ser vista não como uma mera reprodução, mas sim como algo libertador, dinâmico, com a finalidade de colaborar para a transformação na estrutura social.

Kuenzer (2002) corrobora com essas ideias enfatizando que a globalização da economia ao lado da reestruturação produtiva e as novas relações do Estado com a sociedade, colocaram sobre a educação, novas responsabilidades, pois no momento em que se fala em competitividade e lucratividade, a palavra de ordem é simplificar as tarefas no processo de produção, o que exige mais conhecimento por parte dos trabalhadores e, conseqüentemente, a ampliação da escolaridade e capacitação profissional.

No entendimento de Cardozo (2008, p. 173):

O papel da educação deveria ser direcionado para preparar os indivíduos para a empregabilidade, ou seja, preparar corações e mentes para as relações sociais precarizadas, para a legitimação dos critérios de remuneração que passam a ser fundamentadas em competências individuais. Entretanto, essa lógica, em que valoriza competências pertencentes à esfera individual, persegue também diversas formas de objetivar, expropriar, e padronizar o conhecimento tácito, gerando o paradoxo da complexificação do trabalho coletivo, a simplificação e o esvaziamento do trabalhador individual, que, ao ser descartado do processo produtivo, não deixa qualquer marca pessoal.

Mas, diplomas ou indicações já não são mais as vias de acesso ao emprego como pensava Max Weber, tendo em vista que, quando o indivíduo se submete a uma entrevista ou outra situação concernente a um processo de seleção, quem o está avaliando procura identificar no seu perfil: se tem facilidade em comunicar-se, capacidade de aprender rapidamente as coisas, disponibilidade para realizar outras tarefas, que não sejam apenas da sua função, espírito empreendedor, dentre outros aspectos.

Assim, o mercado de trabalho é constituído da relação entre aqueles que oferecem a força de trabalho e aqueles que estão procurando trabalho. Nesse sentido, a competência torna-se um requisito essencial para o trabalhador com vistas a especialização do trabalho, objetivando, sobretudo, evitar os desperdícios nas empresas. Anteriormente, no espaço fabril, o processo produtivo “não abria espaços significativos para mudanças, participação ou criatividade para a maioria dos trabalhadores” (KUENZER, 2002, p. 83). O

que de certa forma, os trabalhadores, ao executarem as mesmas tarefas e sem oportunidades de demonstrarem seus potenciais criativos, não tinham intenção de fazer as indústrias crescerem.

Hirata (2009) ressalta que o modelo de competência nasce no discurso francês, sendo fruto de uma lógica pós-taylorista, assimilada por empresários europeus e outros grupos que estavam interessados na reestruturação administrativa, visando mudanças na organização do trabalho, ou seja, melhorias na produção.

Isambert-Jamati (1997) contribui para o entendimento da noção de competência ao destacar que, anteriormente, pertencia à linguagem jurídica, fim da Idade Média. Cabia apenas aos juristas atribuir a competência a outrem para a realização de certo ato, o que mostra que não tinha uso popular. De lá para cá, é comum ouvirmos os termos como não-competente, incompetente ou sem competência para desqualificar o trabalho de alguém. No campo da psicologia e da educação, o termo competência, tem sua relação com os saberes, com o saber fazer.

A esse respeito, Zarifian (2003, p. 35-36) observa que os termos *qualificação* e *competência* e sua utilização, geraram polêmicas por parte dos sindicatos, sobretudo, quanto a sua significação para designar qualidades do trabalhador. No entanto, após vários debates chegaram a um consenso. Qualificação seria “o que sobressai dos recursos (em conhecimento, habilidade, comportamentos...) adquiridos por um indivíduo, seja por formação ou por exercício de diversas atividades profissionais”. E competência estaria relacionada “a utilização desses recursos na prática”, em outras palavras, seria a capacidade e a maneira de utilizar os conhecimentos em situações enfrentadas no trabalho.

Por conseguinte, o termo competência foi sendo associado à capacidade, à habilidade e à aptidão, quando relacionada ao mercado de trabalho. Isto mostra o caráter essencialista e a função instrumental da educação, considerando-se que, através da formação profissional, procura adaptar os trabalhadores às mudanças técnicas do mundo do trabalho, justificando ser necessário a fim de minimizar o desemprego.

Dubar (1998, p. 98) colabora com essa questão esclarecendo que:

A noção de competência serve para significar o caráter fortemente personalizado dos critérios de reconhecimento que devem permitir recompensar cada um em função de intensidade de seu empenho subjetivo e de suas capacidades cognitivas em compreender, antecipar e resolver os problemas de sua função que são também os de sua empresa.

Dessa forma, ao longo da trajetória pessoal e profissional, quer numa

aprendizagem formal ou informal, os indivíduos vão acumulando um conjunto de saberes que será mobilizado no momento em que executarem alguma atividade. É por isso que, os recrutamentos ou fase de experiência objetivam identificar se a pessoa sabe trabalhar em equipe, se tem comprometimento, iniciativa, disciplina, autocontrole, capacidade de lidar com situações inusitadas e complexas.

Esses saberes refletem diretamente na vida do trabalhador, vez que, estão ligados à organização e funcionamento do mercado de trabalho, fazendo com que os empregos assumam diversas modalidades, como por exemplo, os trabalhos temporários e trabalhos em tempo parcial. E isto acaba por refletir nos projetos de vida e profissão. Dessa maneira, poder escolher uma ou outra modalidade de emprego depende muito da situação econômica em que se encontra o indivíduo, e principalmente, das oportunidades do mercado de trabalho.

Segundo Paiva (1991), a democratização da educação e as mudanças tecnológicas no modo de produção contribuíram para expandir a oferta de trabalho qualificado, fazendo com que as empresas reconhecessem que a qualidade dos serviços e produtos está também relacionada com a capacitação do trabalhador. Com isso, resolveram oferecer capacitação ou educação formal no próprio local de serviço. A capacitação pode ser entendida como uma formação específica. Já a educação formal diz respeito à escolarização, ou seja, a conclusão dos estudos na educação básica. De qualquer forma, a competência, é nesse ponto, vista como os conhecimentos e as atitudes que as pessoas devem desenvolver, por isso, as capacitações precisam estar voltadas para:

Elevação do nível de complexidade das atividades, ampliação do espectro de tarefas [...]. Compreensão das atividades sobre casos complicados. Rápido acesso a informações relevantes para decisões e correspondente pressão para processamento de dados. Elevação da transparência e do controle das relações de trabalho individuais (PAIVA, 1991, p. 72).

Nesse contexto, a Internet e as tecnologias digitais devem estar presentes na formação e capacitação dos indivíduos. O computador, por exemplo, é uma ferramenta básica e, ao mesmo tempo, essencial na maioria dos ambientes de trabalho. Portanto, conhecer e dominar as tecnologias são competências que os indivíduos precisam adquirir considerando-se a emergência da sociedade da informação e do conhecimento. E isto é um desafio imposto à escola, ou seja, desenvolver nos estudantes competências que lhes ajudem a participar e a interagir no mundo moderno. No entanto, o Brasil ainda possui um número elevado de analfabetos digitais.

Quando colocamos a mulher nessa questão, trazemos a análise feita por Chesnais

(2008), quanto à situação das trabalhadoras no contexto mundial, no período de 1999 e 2000, o qual pontua que:

A inserção das mulheres no mercado de trabalho continua, apesar de importantes exceções: o Oriente Médio, a África do Norte e a Ásia do Sul. Mas este emprego tem um viés: as mulheres continuam sendo sobre-representadas entre os baixos salários, no trabalho em tempo parcial e com baixa produtividade (CHESNAIS, 2008, p. 12).

Mendes (2002) coaduna com essa concepção, acrescentando que a situação de precarização das mulheres em relação ao trabalho está associada às condições de pobreza em que vivem e que por sua vez, têm relação direta com a baixa escolarização e qualificação, o que dificulta a inserção em bons postos de trabalho e, conseqüentemente, o ganho de bons salários. Isto porque, as mutações no mundo de trabalho, aceleradas desde a Revolução Industrial, tornaram o mercado exigente demandando aumento na escolarização do trabalhador.

Segundo Hirata (2009), nesse problema, reside à questão de como mudar a divisão sexual do trabalho, construída sociológica e historicamente, pois a hierarquia no mercado de trabalho existe, principalmente por conta da valorização do trabalho masculino. E dessa forma, é preciso haver igualdade com relação à valorização da força de trabalho, tendo em vista que essa divisão só tem acentuado as relações de dominação, exploração e opressão dos homens sobre as mulheres.

Hirata (2010), enfatiza que a divisão sexual do trabalho deixa visível à existência da separação entre trabalho qualificado, percebido como profissional e trabalho doméstico, visto como não-qualificado, também chamado de improdutivo; mostrando opressão e desigualdade. A divisão sexual do trabalho começa no ambiente doméstico e assume proporções, fora dele, que acabam sendo preponderantes no que se refere a determinar o salário, o tipo de qualificação profissional, bem como as formas de submissão das mulheres.

E, nessa ótica, Yannoulas (2002, p. 15) contribui esclarecendo:

Na sociedade capitalista moderna, o trabalho feminino remunerado integrou-se à uma divisão sexual horizontal do mercado de trabalho, segundo a qual as mulheres concentram-se em um determinado setor de atividade (em função das características atribuídas culturalmente às mulheres, através da identidade feminina predominante na época considerada). Suas ocupações têm em comum o fato de serem derivadas das funções de reprodução social e cultural, tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres. Quando não são extensões diretas da domesticidade, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza, etc.), como por exemplo, nas linhas de montagem da indústria eletromecânica.

Valendo-se dessa questão, Hirata (2006, p. 200) pontua o seguinte:

Poderíamos dizer que o emprego feminino é, em todos os países, mais precário e instável que o emprego masculino. A maioria dos empregos de ‘tempo parcial’ ou de ‘meio-período’ nos países capitalistas desenvolvidos são ocupados por mulheres, assim como as atividades informais nos países ditos em via de desenvolvimento. Esses empregos femininos precários podem prefigurar o padrão de assalariamento do futuro para ambos os sexos. Nessa medida, talvez a análise das formas ditas ‘atípicas’ do trabalho feminino hoje seja pertinente para se pensar a evolução das relações de trabalho para ambos os sexos.

Nesse contexto, Hirata (2006, 2009, 2010) aponta a existência da “exacerbada desigualdade social”, pois de um lado, encontram-se mulheres ocupando postos executivos exercendo “profissões intelectuais”, embora num percentual pequeno e, de outros, aquelas que permanecem nas ocupações tradicionais ou flexíveis, como por exemplo, os empregos em tempo parcial. Esse tipo de emprego, em grande medida, provoca a “insegurança” na vida das trabalhadoras, principalmente quanto à renda familiar e ao projeto de carreira e formação.

No caso das mulheres vigilantes, observamos que a inserção delas nessa ocupação, antes tida como masculina, ao tempo em que possibilita à desconstrução da sexualização das profissões, trás grandes desafios, mas que, aos poucos, podem ser superados. Como exemplo, temos: conciliar a carreira com o trabalho doméstico, livrar-se da discriminação dos colegas e da família e passar confiança ao empregador no momento da seleção ao emprego. Esse último desafio mostra que o mercado de trabalho recruta as mulheres de forma mais seletivamente do que com os homens, pois existe certa preferência pelas mais jovens, mais escolarizadas, as solteiras, as que se destacaram nos cursos profissionalizantes, dentre outros requisitos.

Nesse sentido, a educação profissional ajuda enfrentar alguns desses desafios tendo em vista que, durante o curso de formação de vigilante, considerando a questão teórico-prática, as mulheres têm a possibilidade de mostrar que são capazes tanto quanto os homens no exercício dessa ocupação e, com isso alcançarem boas notas na certificação.

4 AS PROFISSÕES TÊM SEXO?

Não se é masculino e feminino, mas se tornam masculino e feminino, de acordo com as concepções dada a sociedade.

(Heleieth Saffioti, 1987)

As profissões têm sexo? Essa é a pergunta inicial que nos fazemos. É certo que a participação das mulheres no mercado de trabalho, no que se refere aos empregos formais sempre foi restrita, o que demonstramos nos tópicos anteriores, mas com “audácia” elas conseguiram conquistar novos espaços, mostrando uma mobilidade nas diversas áreas profissionais.

Concordamos com Hirata (1994) e com Lobo (2011) quando concebem que a “classe operária tem dois sexos” e reforçamos essa concepção acrescentando que, no bojo dessa questão, as profissões também têm sexo, pois se fizermos uma análise histórico-sociológica do trabalho, pela ótica dos cursos de licenciatura, observamos que existem muito mais mulheres se formando ou atuando nas áreas de pedagogia, enfermagem, nutrição, assistente social, biblioteconomia, secretariado executivo do que homens.

De igual modo, existem muito mais homens nos cursos de matemática, física, química, biologia, engenharia, computação do que mulheres. Em outras palavras, existem profissões que, até o momento, tem como maioria homens ou mulheres. A medicina é outro exemplo, pois existem mais cirurgiões homens do que mulheres. O que essa realidade precisa ser mudada pela via da desconstrução das profissões masculinas

A matrícula de mulheres em cursos tidos até pouco tempo, como masculinos, ajuda a reverter o quadro de desigualdade de gênero nas universidades, pois já ficou provado através de indicadores educacionais que, as mulheres, em todos os níveis de ensino, são mais escolarizadas que o contingente masculino. E isto vai refletindo também, na questão do mercado de trabalho, muito embora:

A participação dos indivíduos do sexo feminino na produção social não se define apenas pelas condições do mercado, pela estrutura do emprego ou pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico. Filha, esposa ou mãe, a cada etapa do ciclo de vida familiar corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, dada as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas. E somente na Ótica deste duplo movimento que se pode entender a composição da força de trabalho feminina, seus deslocamentos e reacomodações ao longo dos anos analisados (BRUSCHINI, 1998, p. 16).

A esse respeito Perrot (1998, p. 91), também, destaca:

Entender as proibições é também compreender a força das resistências e a maneira de contorná-las ou de subvertê-las. As frentes de luta das mulheres, suas tentativas de atravessar os limiares muitas vezes provocam violenta reação dos homens. Mas existem também outros tipos de relação - de aliança, de cumplicidade, de amizade e de amor. Trata-se menos de guerras do que escaramuças, menos de frentes do que linhas quebradas ou deslocadas. Assim, as fronteiras que limitam a vida das mulheres, atribuindo-lhes mais um destino do que uma sina, movem-se ao longo do tempo [...], essas divisões simbólicas dos sexos são, de todas, as mais sólidas e mais invisíveis.

Nesse entendimento, passamos a configurar a **ocupação de vigilante** que, devido uma concepção machista sobre as profissões e o lugar da mulher na sociedade, foi por muito tempo sendo exercida exclusivamente por homens. O que não tem nada a ver com força, e mesmo que fosse uma condição para o exercício dessa ocupação, ainda sim, as mulheres dariam conta, afinal é só nos lembrarmos das espartanas na Grécia Antiga, que praticavam atividades físicas para exercitar o corpo e ter destreza.

4.1 A ocupação de vigilante

Preferimos adotar o termo ocupação ao invés de profissão por entendermos que a primeira tem um caráter flexível e representa melhor a questão da atividade produtiva do sujeito, mesmo que seja mais comum ver o termo profissão de vigilante. A ocupação de vigilante teve sua emergência legalizada a partir da década de 1960, dado o momento de insegurança em que o Brasil estava passando, principalmente quanto aos roubos a bancos. O que fez com que o Governo Federal contratasse empresas de segurança. Essa “profissão” foi criada e amparada por legislação específica, tendo em vista que a demanda por serviços de segurança exigiu uma ampla regulamentação dessa atividade, como trataremos, mais adiante.

Uma empresa de segurança e vigilância trabalha basicamente com a vigilância ostensiva e o transporte de valores, portanto, são empresas especializadas e com pessoal capacitado através de curso específico. Portanto, Vigilante é uma ocupação profissional que, no Brasil, se intensificou no momento em que o Estado não conseguia livrar as pessoas dos perigos que afetavam a segurança pública, buscando dessa forma, alternativas para ajudar no controle da violência.

Por se tratar de uma atividade que visa fornecer proteção privada e, quando necessário, o uso lícito da força, requer ampla regulação, o que não substitui o trabalho das polícias. Nesse sentido, Weber (2001, p. 11) concebia que o próprio Estado legitimava a

violência:

[...] a relação entre violência e Estado é profundamente próxima. No passado, associações tão diferenciadas – começando pela família – utilizaram como instrumento de poder a força física como algo inteiramente normal. Entretanto, atualmente, devemos dizer que um Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido. [...] No período contemporâneo, o direito ao emprego da coação física é assumido por outras instituições à medida que o Estado o permita (WEBER, 2001, p. 11).

Diante do exposto até aqui, observamos que as empresas de segurança acabaram se beneficiando com o momento de instabilidade do Estado. Consequentemente, surgiu uma nova possibilidade de trabalho para as pessoas. Mas, essa atividade não é recente, se lembrarmos da figura do capataz da fazenda, do feitor de escravos, do jagunço, do inspetor, do fiscal, dentre outros, o que mostra que ela apenas passou por uma reconfiguração.

A segurança privada no Brasil, em termos de sua institucionalização, tem início a partir de 1967, pois antes disso era considerada como paramilitar. Por meio do Decreto 1.034/69, de 21 de outubro de 1969, o Governo Federal estabeleceu a obrigatoriedade da contratação de empresas de segurança privada, principalmente por parte dos bancos, considerando que o contingente policial não estava conseguindo conter o crescimento da violência e dos roubos a bancos.

Em se tratando de violência, Zaluar (2002, p. 75) se posiciona da seguinte forma:

Apontar a causa da violência na pobreza, desigualdade ou exclusão, argumento repetidamente utilizado na defesa dos pobres, acabou por justificar a preferência, carga de suspeitas prévias, que policiais tem pelos pobres. Há também uma redução de complexa argumentação para o primado do *Homo economicus*, comandado exclusivamente pela lógica mercantil do ganho e a necessidade material, pois se baseia no pressuposto utilitarista de que, movido pela necessidade, o homem agiria para sobreviver.

Decerto que, os agentes de segurança armada passaram a atuar legalmente. No entanto, com o crescimento de empresas de segurança privada, os serviços deixaram de ser exclusivo dos bancos, tendo em vista que a onda de violência, de assaltos não se restringia apenas aos bancos e isto aumentou a procura desse serviço por parte de outros setores, daí porque, foi preciso normatizar essa atividade no país. No entendimento de Gauer (2000, p. 35) “[...] podemos dizer que a violência é um elemento estrutural, intrínseco ao fato social e não o resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de extinção. Esse fenômeno aparece em todas as sociedades; faz parte, portanto, de qualquer civilização ou grupo humano”.

A procura de outros setores por serviços de segurança fez crescer o número de

empresas de segurança, obrigando o Governo Federal, em caráter específico, a sancionar a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, que dispôs sobre segurança para estabelecimentos financeiros e as normas para constituição e funcionamento das empresas particulares destinadas à exploração de serviços de vigilância e de transporte de valores.

A esse respeito, destacamos os Artigos 16, 17 a 19 desta Lei, e suas referidas alterações, os quais determinam:

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei; (*Inciso IV com redação dada pela Lei nº 8.863, de 28/03/1994*).

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único. O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente lei.

Art. 17 - O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no artigo 16. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.184, de 2001)

Art. 18 - O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Art. 19 - É assegurado ao vigilante:

I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II - porte de arma, quando em serviço;

III - prisão especial por ato decorrente do serviço;

IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora. (BRASIL, 1983).

A Lei sofreu poucas mudanças. O Artigo 16, quanto à instrução, está defasado, visto que a partir do advento da Lei nº 9.394, em 1996, a terminologia deveria ser ensino fundamental. A redação dada anteriormente ao Artigo 17, ou seja, em 1988, a qual dizia que o registro seria feito na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, foi alterada como pode ser visto. A ocupação de vigilante é identificada sob o código 5.173-30, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, utilizado para designar as ocupações de vigilantes e guardas de segurança.

Quanto às características gerais da ocupação, observamos que:

São, em geral, assalariados, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança e de transporte terrestre, aéreo, ou aquaviário. Podem trabalhar em equipe ou individualmente, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízios de turnos ou escalas. Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sob pressão constante, expostos a ruídos, radiação, material tóxico, poeira, fumaça e baixas temperaturas (BRASIL-MTE, 2013, p. 2).

Hoje, no Brasil, existe cerca de 600 mil vigilantes privados, regulares, atuando. É um quantitativo considerável se comparado com o contingente de policiais federais, civis e militares que chega a 500 mil, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (ABREVIS). Os vigilantes trabalham numa jornada de 12x36, ou seja, 12h de serviço alternando com 36 horas de folga. Essa jornada de trabalho é a mais utilizada em qualquer parte do país. Os salários podem variar entre R\$ 900,00 e R\$ 1.900,00 e R\$ 1.300,00 até R\$ 6.000,00; dependendo da categoria funcional, das vantagens e gratificações. Esses profissionais podem ser: apenas vigilante, ou vigilante de transportes de valores, de segurança pessoal ou de segurança armada.

Pensando nesse mercado, novos centros de formação de vigilantes são abertos. Vale salientar que os vigilantes não são “profissionais” que trabalham de forma autônoma, tendo em vista que devem estar sempre empregados em alguma empresa do ramo, a não ser que trabalhem como segurança particular, mas desse modo não seriam chamados de vigilantes.

O curso de formação básica de vigilante tem uma carga horária que varia entre 160 e 200 horas, normalmente dura em torno de um mês, sendo composto de aulas teóricas e práticas. Já os cursos mais avançados como os de transporte de valores, segurança pessoal e segurança armada têm carga horária de 50 horas, exigindo-se idade mínima de 21 anos e o curso de formação básica. Após o término do curso básico as escolas de Formação devem expedir os Certificados de Conclusão de Curso de Formação e encaminhá-los a uma unidade da Polícia Federal, no prazo legal, juntamente com os documentos referenciados, para que seja expedido o Registro de Certificado de Vigilante.

Os demais cursos de extensão seguem o mesmo procedimento junto à Polícia Federal quanto à validação. Os vigilantes são representados por entidades de classe tais como: sindicatos, federações e confederações. No que tange a Federação, a soberania fica sob a égide do Estado Federal. Já quanto a Confederação, os Estados constituintes mantêm sua soberania, em outras palavras, é a instância máxima de representação das entidades de classe.

O exercício das ocupações requer o ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança onde aprendem a utilizar armas de fogo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005 (BRASIL-MTE, 2013, p. 2).

Com efeito, a exigência mínima do ensino fundamental para determinadas ocupações, como é o caso de vigilante, por um lado, possibilita o ingresso daqueles que não conseguiram concluir o ensino médio e que precisam trabalhar, mas por outro, pode causar comodismo nas pessoas, quanto ao prosseguimento nos estudos, pois alguém pode ser vigilante e ganhar um salário superior ao de um professor da educação básica em determinado Estado brasileiro, por exemplo.

Vejamos as descrições sumárias da função de vigilante:

Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes (BRASIL-MTE, 2013, p. 2).

Tomando essas considerações, observamos que a segurança privada no Brasil é um dos setores lucrativos da economia, sendo fiscalizadas pelo Sistema Nacional de Segurança e Vigilância Privada (SISVIP). A Polícia Federal exige que todo vigilante tenha a Carteira Nacional de Vigilante, considerado um documento de identidade funcional do vigilante, com validade de 5 (cinco) anos, de uso obrigatório em serviço. A solicitação deste documento é feita no próprio site dessa instituição.

Atualmente existem três projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, aguardando aprovação do plenário, os quais visam beneficiar os vigilantes:

- O primeiro é o Projeto de Lei nº 1.033/03, de autoria da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que institui o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transportes de valores. Embora este projeto já esteja aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), ainda não foi aprovado no plenário.

- O segundo é o Projeto de Lei nº 4.436/08, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que modifica o Artigo 19 da Lei nº 7.102/83, a fim de garantir o recebimento de adicional de periculosidade. Esse projeto está aguardando a criação da Comissão Temporária na Mesa diretora da Câmara dos Deputados.

- E o terceiro projeto é o de Lei nº 6.113/09, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), que altera a redação do caput do Artigo 193 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), para dispor sobre as atividades ou operações perigosas, sendo que está aguardando a

designação de relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJC).

Durante a I Conferência Internacional de Segurança para Grandes Eventos, sediada em Brasília, em 2013, a Polícia Federal, pensando não só na segurança durante os jogos da Copa do Mundo de 2014, exigiu um curso de extensão de 50 horas a todos os agentes de segurança privadas que trabalharão nos grandes eventos que o Brasil sediará nos próximos anos, tendo como uma das disciplinas do curso “Direitos Humanos”.

Isto mostra mais uma vez a relação trabalho-educação, tendo em vista que, a relação entre qualificação profissional e oportunidade de emprego. No Maranhão, segundo a Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2014, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego no dia 17/06/2013, sob o nº MA000108/2013, os salários a partir de 1º de maio de 2013, para quem trabalha como vigilante, de acordo com a função, conforme o Quadro – 1 ficou fixado da seguinte forma:²⁵

Quadro 1

Valores dos pisos salariais de vigilantes, nas respectivas funções da categoria, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2013-2014.

Função	Piso Salarial R\$
Vigilante	803,28
Vigilante Ambiental	1.004,10
Agente de Portaria	1.020,81
Segurança Pessoal	1.044,26
Guarda de Cobertura	1.265,98
Armeiro	1.380,72
Fiel	1.772,11
Motorista de Transporte de Valores	1.466,38
Inspetor "A"	1.380,29
Inspetor "B"	1.181,78
Inspetor Ambiental	1.725,36
Supervisor "A"	1.584,98
Supervisor "B"	1.439,39
Supervisor Ambiental	1.981,82
Vigilante da Escolta	1.265,98

Fonte: Adaptado da Convenção Coletiva do Trabalho SINDVIG, 2013.

Cabe observarmos que, dos pisos salariais acima, são acrescentados, também, as vantagens de acordo com a função, tais como: hora (de R\$ 3,65 a R\$ 9,01), adicional noturno (de R\$ 0,73 a R\$ 1,80), Hora Extra 50% (de R\$ 5,48 a R\$ 13,51), dia (de R\$ 26,78 a R\$ 66,06), dobra (de R\$ 105,12 a R\$ 259,49) e ARV (de R\$ 240,98 a R\$ 594,55).

²⁵ SINDVIG, disponível em: < <http://www.sindvig-ma.org.br/conv/cct-2013.pdf> >. Acessado em: 19.02.2014.

Em São Luís, os vigilantes que são sindicalizados, estão representados pelo *Sindicato dos trabalhadores vigilantes e empregados em empresas de segurança e vigilância do Estado do Maranhão – SINDVIG-MA*, fundado em 26.04.1987. Segundo o SINDVIG “na área da vigilância privada é a primeira entidade do Estado, representando em torno de quatro mil trabalhadores, sendo vigilantes patrimoniais, segurança orgânica e segurança pessoal”²⁶, representando 170 Municípios do Maranhão. Segundo o secretário do Sindicato a omissão das mulheres vigilantes quanto à sindicalização dificulta o levantamento da força de trabalho feminina nesse setor.

Infelizmente, essa não é uma preocupação apenas com relação às mulheres, pois muitos vigilantes trabalham legalmente, sob o ponto de vista das leis trabalhistas, mas não são sindicalizados – o que causa a fragmentação da categoria, no tocante à representatividade local e nacional. Verificando a página oficial do Sindicato, disponível na Internet, e analisando a *Relação nominal da diretoria executiva, conselho fiscal e delegados representantes eleitos nos dias 3 e 4 de outubro de 2013, com mandato de 20/11/2013 a 20/11/2017*, observamos que, dos 26 membros da diretoria, apenas 02 são mulheres, e ocupam os cargos de Secretário Assistente e Suplente de Delegado Representante. Fato que assinala pouca participação feminina nas instâncias de decisão e, quando ocorre, é em postos secundários.

A presença da mulher vigilante é cada vez necessária em diversos setores. Quando se trata da necessidade de revistar uma mulher que está num aeroporto ou querendo visitar alguém num presídio, por exemplo, o homem não seria apropriado para fazer essa revista, mas sim, outra mulher, e no caso, uma vigilante. Outro fator que contribuiu muito para o ingresso das vigilantes, do ponto de vista da psicologia, é que o mercado de trabalho tem exigido requisitos predominantemente encontrados em mulheres, como percepção aguçada, versatilidade, bom relacionamento interpessoal e afetividade.

Diante do que foi apresentado, concluímos que as profissões têm sexo. Mas, não no sentido que os lugares profissionais devem ser determinados socialmente para cada sexo, pois isso seria reafirmar a supremacia do fator biológico e conseqüentemente a distribuição desigual dos sexos pelas profissões. O que queremos denotar é que ainda persiste a cultura das profissões masculinas e femininas, considerando que os homens não se inserem com tanta frequência em carreiras que julgam femininas, como o serviço social, por exemplo, e o mesmo acontece com as mulheres: não temos visto tantas mulheres maquinistas de trem.

²⁶ Estes dados foram extraídos da página oficial do SINDVIG, disponível em: < <http://www.sindvig-ma.org.br/conv/cct-2013.pdf> >. Acessado em: 19.02.2014.

5 A ANÁLISE DOS DISCURSOS

As palavras são portas e janelas. Se me debruço e olho, inscrevo-me na paisagem. Se destranco portas, o enredo do mundo me visita. Vivo, hoje, desse privilégio de me estar somando ao mundo pela leitura, e de estar me dividindo pela escrita. Escrever é arriscar-se, ao tentar adivinhar o obscuro, enquanto ler é iluminar-se com a claridade do já decifrado.

(Bartolomeu Campos Queirós)

Trazemos aqui, as concepções das mulheres vigilantes sobre vários temas a fim de analisarmos a relação trabalho-educação na vida dos sujeitos deste estudo. E para tanto, escolhemos a *Análise de Discurso (AD)*, enquanto técnica de pesquisa, acolhendo os principais conceitos desenvolvidos por Michel de Pêcheux, um dos percussores, e Eni Orlandi, uma das representantes desse intelectual aqui no Brasil, além das contribuições de Dominique Maingueneau e de outros autores que se interessaram por discutir essa forma de fazer a análise e interpretação de dados; muito embora, o próprio Pêcheux (1938-1983), não a considere como “técnica” e sim uma disciplina de investigação.

Ressaltamos que existem diferentes vertentes sobre Análise de Discurso, mas especificamente, destacam-se duas mais utilizadas: a anglo-saxã, nos Estados Unidos, e a francesa. A primeira vertente é vista sob a perspectiva do pragmatismo, ou seja, a argumentação, o questionamento. E a segunda vertente centra-se nas ideologias presentes nos discursos dos sujeitos, tendo aportes teóricos na linguística, na psicanálise e no materialismo histórico (MAINGUENEAU, 1998). No nosso caso, optamos pela abordagem francesa de Michel de Pêcheux.

Para Orlandi (1994, p. 53) “a Análise de Discurso produz realmente outra forma de conhecimento, com seu objeto próprio, que é o discurso. Este, por sua vez, se apresenta como o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia”, logo, é preciso compreender que a AD é um campo de pesquisa que não tem uma metodologia pronta, e nem pode ser vista como uma metodologia, conforme Pêcheux. São os objetivos da pesquisa que vão gerar a necessidade de um arcabouço teórico para fundamentá-la.

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2012, p. 15).

A AD trabalha com o sentido ao invés do conteúdo, se interessa com a forma como o sujeito fala. Não se refere especificamente ao estudo da língua ou da gramática, mas procura entender o homem falando, o sentido que é produzido pela sua fala, ou seja, aquilo que é simbolizado dentro do meio social. Portanto, não trabalha a língua como sistema abstrato, pois isto fica a cargo da linguística. O que interessa é a transformação que ocorre no dizer das coisas, nos significados atribuídos aos discursos dos sujeitos.

O discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (FIORIN, 1990, p. 177).

Para Fiorin (1990), o discurso deve ser analisado pelo prisma da exterioridade da língua, pois ela se constitui na materialidade do discurso, tendo em vista que ele é, ao mesmo tempo, linguístico e histórico. Nas palavras do próprio Pêcheux (1990, p. 82), “não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. E Orlandi (2012) complementa essa explicação ao enfatizar que o discurso é um efeito de sentidos entre os locutores.

Desse modo, a AD possibilita ao pesquisador identificar os comportamentos, os sentimentos e as ideologias presentes nas falas dos sujeitos. Por isso o discurso abrange tanto a linguagem, quanto a história. No discurso dos sujeitos podemos compreender suas ações e a forma de pensar, levando-se em consideração as condições de produção históricas e ideológicas, as quais fazem parte das interações sociais (PÊCHEUX, 1988).

Em outras palavras, o discurso é algo incompleto, e identificarmos o seu sentido implica interpretarmos a posição dos sujeitos em relação ao que falam, bem como as imagens que são construídas, demarcando os lugares de onde falam. Desse modo, a intenção em analisar um discurso não é apenas compreender a mensagem, mas saber qual o sentido que está sendo dado e a relação com determinado contexto, tendo em vista que não é o conteúdo que estará sendo investigado, mas sim, o discurso em si.

AD francesa tem sua ênfase a partir da década de 1960, com Michel de Pêcheux, um dos mais singulares representantes. Inicialmente buscava a relação da linguagem com seu contexto, ou seja, a exteriorização, numa inter-relação com as Ciências Sociais, pela via do

materialismo histórico, a fim de estabelecer a relação entre língua/sujeito/história e língua/ideologia.

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar (ORLANDI, 2012, p. 38).

Além do conceito de discurso, outros conceitos também devem ser levados em consideração no momento da interpretação dos dados, são eles: enunciado e enunciação, formação ideológica e formação discursiva ou condições de produção, sujeito e interdiscurso. O enunciado pode ser entendido como a instância de mediação entre a língua e a fala ou ainda, o ato de dizer aquilo que, efetivamente, pode ser dito em seu processo. A enunciação possui categorias importantes como pessoa, tempo e espaço.

Discurso, formação ideológica e formação discursiva têm uma inter-relação. O primeiro “é um dos aspectos materiais da ideologia” sendo “governados por formações ideológicas”. Desse modo, a formação discursiva, vale-se de uma forma ideológica, apoiada na relação de classes a qual determina o que os sujeitos podem e devem dizer (BRANDÃO, 1998, p. 38).

A formação discursiva, segundo Orlandi (2012, p. 43-46) “permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso”. Em outras palavras, “as formações discursivas, por sua vez, representam nos discursos as formações ideológicas”, sendo que a ideologia visa “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. E cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, por isso:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. [...], não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. [...] Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (PÉCHEUX, 1988, p. 160).

Portanto, “os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dissemos, tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos” (ORLANDI, 2012, p. 43). Dessa maneira, a AD procura identificar e

compreender como a ideologia produz seus efeitos no discurso dos sujeitos e para tanto, precisa analisar as condições de produção.

O sujeito nessa perspectiva, não é propriamente uma pessoa, mas um sujeito discursivo que tem existência sob o ponto de vista de determinado espaço social e ideológico, sendo que “constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto” (BRANDÃO, 1998, p. 62). Desse modo, os diferentes discursos que por sua vez, estão no interior das formações discursivas, constituem o interdiscurso, é o que Pêcheux chama de “subjettivação da linguagem”, pois o sentido de um texto é resultado das relações complexas dos usos da linguagem e também das formações discursivas.

5.1 Caracterizando as mulheres sujeitos da pesquisa

Ao todo, foram aplicados 20 questionários, com mulheres que desempenham a profissão de vigilante, cujas idades variaram entre 23 a 45 anos, tendo como faixa etária predominante mulheres de 40 a 45 anos, conforme será mostrado no Quadro 2. Foi importante caracterizarmos os sujeitos da pesquisa, pois isto nos ajudou a entender o universo em que viviam, bem como a subjetividade no discurso de cada um, sendo essencial para compreendermos os significados das posições e papéis sociais por eles assumidos. Desse modo, escolhemos 4 agências bancárias e 6 órgãos públicos para serem o local de coleta dos dados, tendo em vista a facilidade de acesso. Os sujeitos da pesquisa foram 9 mulheres que prestam serviço em bancos e 11 em órgãos públicos.

Após mapear os locais da pesquisa, conversamos com os sujeitos, explicando a intenção do estudo, momento em que entregamos o questionário e combinamos o dia e horário para buscá-lo. Notamos, no primeiro momento que algumas vigilantes ficaram um pouco apreensivas, perguntando inclusive se essa pesquisa não iria prejudicá-las no serviço. Mas, depois que esclarecemos todas as dúvidas, e garantimos o anonimato, elas concordaram em participar da pesquisa. Com os questionários em mãos, passamos a fazer a tabulação dos dados, quantificando e qualificando as questões, identificando as categorias de análise e aplicando a técnica de pesquisa, ou seja, a Análise de Discurso.

As perguntas foram construídas em torno de temáticas categoriais, definidas anteriormente, com vistas a: identificar o perfil das mulheres, compreender a concepção de trabalho e de educação, saber a imagem que tinham de si e de sua profissão, e examinar as representações (sociais, da família e dos outros) sobre suas “profissões”. Optamos por um questionário misto, ou seja, aquele que contempla perguntas abertas e fechadas, pelo fato de

que o respondente tem a possibilidade de manifestar ou complementar sua resposta, expressando-se livremente, no momento em que marcar a opção que julgue correta. Nesse sentido e diante das respostas apresentadas, identificamos o seguinte:

- A maioria das mulheres é casada, 9 (45%) ou com união estável, 8 (45%).

Para Beauvoir (1980) o casamento deveria ser uma decisão da mulher. Por isso, essa feminista, rejeitava qualquer determinação da condição feminina. Procurou estudar como era a mulher em relação ao mito criado pelos homens. Defendia a concepção de que o fator biológico não deveria ser preponderante quanto ao destino, às ocupações e os papéis sociais, pois as mulheres deveriam ser educadas para saberem decidir o que queriam de suas vidas, escolhendo como viveriam a feminilidade.

Então, não se trata da questão de que homens e mulheres seriam diferentes biologicamente, mas da forma errada que a sociedade, vale dizer, machista, construiu as bases sociológicas, morais e profissionais sobre o masculino e o feminino, o que não tem nada a ver com diferenças fisiológicas. Em outras palavras, a sociedade fabricava uma mulher com papéis já demarcados, determinando a forma de se comportar, de estudar, de brincar, de se relacionar com os homens.

- Quanto à participação econômica no lar, 12 (60%) ajudam na renda familiar e 3 (15%) arcam sozinha com as despesas da casa, ou seja, são as provedoras da família.

Diante desses dados fica evidente a mudança na estrutura familiar dessas mulheres, principalmente quanto ao papel de provedor familiar, o que em algumas vezes, decorre do desemprego do marido ou da separação do casal. Mas, isto não garante que a mulher assuma a autoridade maior no grupo familiar. E mesmo tendo a carga social de manter a família, ainda sim, poderá continuar com a dupla jornada de trabalho pelo fato de o marido não tomar parte nas tarefas domésticas, contribuindo ainda mais, para acentuar as desigualdades e a divisão sexual do trabalho. O que se conclui que a chefia familiar está muito ligada a fatores econômicos e culturais.

Desse modo, ser provedor familiar para a mulher, muitas vezes é um “mal” necessário, tendo em vista que, também, é o momento de demonstrar sua capacidade quanto à administração familiar, articulando o trabalho fora de casa com a criação dos filhos, por exemplo. Nesse sentido, Delgado, Cappellin & Soares (2002, p. 13), em uma análise da situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, na década de 1990, destacaram que “as possibilidades de acesso a postos elevados nas hierarquias ocupacionais continuam sendo muito modestas para a maioria das mulheres”.

- Quanto ao trabalho no que concerne ao número de homens e mulheres, observamos a predominância de homens nos setores em que as mulheres estão prestando serviço: só em um setor, segundo uma vigilante existem 23 homens e apenas 6 mulheres. Em uma empresa de segurança que visitamos, o número total de vigilantes homens, em relação às vigilantes mulheres chega até 87,5%, ou seja, 70 homens e 10 mulheres. Diante dessa realidade, Yannoulas (2002, p. 15) destaca:

O fenômeno de inserção diferencial de homens e mulheres nos mercados de trabalho denomina-se **segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero**. Assim, a segmentação reporta-se à concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva (grifo da autora).

- Com relação ao emprego de vigilante, como primeira experiência profissional, observamos que 16 (80%) das mulheres tiveram outras ocupações como: vendedoras em lojas (3), caixas de supermercado (1), auxiliar administrativo (5), cuidador de idoso (1) e empregadas domésticas sem carteira assinada (6). A maioria das vigilantes trabalha há mais de cinco meses nessa ocupação.

Nesse entendimento, salientamos que, enquanto para as mulheres casadas ou com união estável, o ingresso no trabalho poderá depender do consenso do casal quanto à saída da esfera privada, para o homem o ingresso no emprego dependerá das demandas do mercado e das qualificações para o trabalho. Em outras palavras, a mulher sacrifica muito mais seus projetos individuais do que os homens, em se tratando das obrigações para com a família, ou seja, da divisão sexual do trabalho.

Mas, não é apenas a questão financeira que faz com que as mulheres trabalhem “fora do lar”, pois muitas vezes essa decisão envolve a questão da realização pessoal, reconhecimento e valorização enquanto pessoa e profissional, independentemente do estrato social a que fazem parte.

- No que se refere aos plantões noturnos, nenhuma das mulheres cumpriu esse tipo de plantão até o momento da pesquisa.

Hirata (2009, p. 26), ao realizar pesquisas sobre o trabalho e o desemprego em diversos países, constatou que a realidade descrita acima, não é apenas do Brasil, pois:

[..] horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário.

- Acerca do curso de qualificação profissional todas as mulheres disseram que realizaram o curso profissionalizante para vigilante. Delas 4 (20%) disseram que já fizeram ou estão fazendo outros cursos como recursos humanos, assistente administrativo, gestão ambiental.

Considerando o total de 20 vigilantes, observamos que é muito pequeno o percentual de mulheres que estão fazendo algum curso. E, o que é mais preocupante é que, desse percentual, os curso que estão realizando por elas, não são específicos à atividade de trabalho, como por exemplo, vigilante patrimonial. Com relação a essa questão Hirata (2009) destaca que os níveis baixos de qualificação ou ausência de qualificação formal contribuem diretamente para a precarização do trabalho e, conseqüentemente ao desemprego.

- Todas possuem porte de arma e adquiriram depois da formação, sendo que apenas 15 (75%) portam arma durante o expediente, que são exatamente as que trabalham nas agências bancárias e seis dos demais postos.

- Não há diferença salarial entre vigilantes homens ou mulheres, permanecendo o critério da função para o piso salarial diferenciado.

- Das 20 respondentes 6 (30%) têm parentes que exercem a profissão de vigilante, entre eles irmãos, primos e tios.

- Nenhuma das respondentes ocupou até o momento cargo de chefia na empresa com relação à profissão, como por exemplo, inspetora ou supervisora.

A esse respeito Hirata (2009, 2010) destaca que, os cargos que exigem maior qualificação e escolaridade têm sido ocupados pelas mulheres, inserindo-se, sobretudo, em atividades que antes eram consideradas de exclusividade masculina, mesmo em menor proporção em relação aos homens, prova disso são as agências bancárias, especialmente nos bancos públicos, tendo em vista que há poucas mulheres ocupando cargos de gerente. O que mostra um profundo distanciamento profissional entre mulheres qualificadas e não qualificadas.

- Quanto à sindicalização, somente 12 (60%) são sindicalizadas.

- No que concerne à representação feminina na diretoria do sindicato observamos que, dos 26 cargos, apenas 2 são ocupados por mulheres, sendo eles: *secretário de assistência e suplente delegado representante*.

A esse respeito, Yannoulas (2002, p. 24), destaca:

Um tema preocupa especialmente, considerando a proposta da livre negociação coletiva entre trabalhadores e empresários, é a preparação de uma **liderança sindical feminina** que permita a colocação da problemática específica das mulheres no mercado de trabalho (grifo da autora).

- A maioria das mulheres utiliza ônibus para se deslocar, embora 6 (30%) delas possuam carteira de habilitação.

- Nenhuma das mulheres relatou casos de assédio sexual.

Sobre esse assunto, Barsted (2006, p. 269) trás alguns esclarecimentos:

Um tipo específico de violência é o assédio sexual no local de trabalho. Segundo a OIT, esse comportamento engloba insinuações sexuais não solicitadas e desagradáveis, pedidos de favores sexuais e outras formas de conduta verbal, não verbal ou física, de caráter sexual, que têm a finalidade, ou surtem o efeito, de coagir de forma inaceitável o trabalho de uma pessoa ou de criar um ambiente hostil, abusivo e ofensivo. O assédio sexual supõe uma relação assimétrica de poder e de abuso desse poder.

- Todas as mulheres recebem vantagens salariais como: hora extra, vale transporte, plano de saúde, dentre outras.

- Quando ao uniforme, 5 (25%) das mulheres responderam que não gostavam do tipo de uniforme, expressando o seguinte:

V4 – *Queria que fosse uma cor mais clara, pois faz muito calor. Acho que a empresa coloca esse estilo de farda porque impõe respeito, parece com farda de policial.*

V6 – *É muito pesado, é feio. Parece que querem que a gente pareça com homem mesmo.*

V8 – *Acho que poderia ser outro estilo, mais leve. Se eu pudesse escolher gostaria de usar uma calça mais leve, uma camisa de um tecido que não faça calor.*

V10 – *Não acho muito bonito. Se não usamos um batom ou brincos, ficamos parecendo um homem. Quem escolhe essas fardas parece que não pensa que é uma mulher quem vai usar.*

V13 – *O tecido tinha de ser mais leve. A bota é pesada. Não ficamos diferentes em nada dos homens.*

Nestas falas percebemos que essas mulheres sentem-se insatisfeitas com seus uniformes, ora reclamam do incômodo por ter sido confeccionado de um tecido mais pesado, ora estão insatisfeitas com a cor, o modelo e o estilo de modo geral. Isto mostra que o vestuário é resultado de uma construção social, ajudando a criar e a diferenciar identidades, por isso “[...] as roupas dão conta de imprimir sobre os corpos que as transportam categorias sociais, ideais estéticos, manifestações psicológicas, relações de gêneros e de poder” (CRANE, 2013, p. 22).

Quanto a essa questão, ressaltamos que não temos visto nenhum uniforme de vigilante que fosse diferenciado para homens e mulheres, geralmente utilizam calças, botas e camisas de tecido. Dessa maneira, dada à natureza da profissão, as vigilantes têm razão ao quererem que as empresas modifiquem os uniformes, especialmente escolhendo tecidos mais confortáveis, principalmente devido ao clima quente, nesta região Nordeste.

Desse modo, diferenciar o uniforme, do ponto de vista de um estilo para os sexos, poderia ser uma “armadilha” contribuindo para acentuar as desigualdades na profissão ou sexualização das ocupações, conforme Bruschini (1990). Além do mais, numa situação em que exija agilidade como, por exemplo, correr atrás de um indivíduo, as calças seriam mais apropriadas que as saias.

Através da frase “parece que querem que a gente pareça com homem mesmo”, observamos as dificuldades quanto às construções de identidade, tendo em vista que um uniforme não vai esconder a feminilidade. Essa é uma visão carregada de ideologias, decorrente da dinâmica das relações sociais que influenciam os conceitos de normalidade e os institui como verdades.

Mas, não são apenas as mulheres a quem pesa a questão do vestuário, pois os homens, também, sofrem discriminação social quando o assunto é o que estão vestindo. Se por acaso um adolescente usa uma roupa de cor rosa, muitas vezes recebe críticas por parte dos colegas. E isso vai sendo internalizado por ele, a ponto de influir na construção de sua identidade.

O item sobre a questão sindical mostrou a sub-representação das mulheres, o que pode ser decorrente da pouca sindicalização por parte destas, dificultando sua representação. Com um quantitativo maior nos sindicatos, as mulheres poderiam chegar à liderança sindical, tendo mais possibilidades de colocar em discussão as problemáticas específicas relativas ao mercado de trabalho no que concerne à questão de gênero.

A esse respeito, Hirata (1994, p. 96) pontua que:

[...] os atores individuais e coletivos são ao mesmo tempo produtos e produtores das relações sociais. No estudo desse duplo movimento as duas relações sociais, de sexo e de classe, devem estar integradas por causa da sua indissociabilidade e complementaridade. As relações sociais formam uma teia: há separação e entrelaçamento, contradição e coerência entre essas duas relações. Ambas são transversais ao conjunto da sociedade.

Para ilustrar melhor as próximas interpretações, trazemos o Quadro – 2, no qual caracterizamos as mulheres que fizeram parte deste estudo no intuito de traçar o perfil de cada

uma, mostrando a faixa etária, a escolaridade, o estado civil, dentre outros.

Quadro 2
Perfil socioeconômico das mulheres

Ident.	Idade	Município de nascimento	Escolaridade	Estado Civil	N. de Filhos	Residência	Renda Bruta
V1	23	São Jose de Ribamar	Ensino Médio completo	Solteira	-	Própria	Mais de 1 sal.
V2	43	Axixá	Ensino Fundamental completo	Casada	3	Própria	Mais de 2 sal.
V3	40	São Luís	Ensino Médio completo	Casada	2	Própria	Mais de 2 sal.
V4	41	Coroatá	Ensino Médio completo	Divorciada	2	Alugada	Mais de 2 sal.
V5	29	São Luís	Ensino Médio completo	União estável	1	Própria	Mais de 2 sal.
V6	36	Pinheiro	Ensino Médio completo	União estável	2	Própria	Mais de 2 sal.
V7	35	Bom Jardim	Ensino Médio completo	Casada	-	Própria	Mais de 2 sal.
V8	28	São Luís	Ensino Médio completo	União estável	1	Própria	Mais de 2 sal.
V9	27	São Luís	Ensino Médio completo	Casada	-	Própria	Mais de 2 sal.
V10	32	Caxias	Ensino Médio completo	Divorciada	2	Própria	Mais de 2 sal.
V11	45	São Luís	Ensino Médio completo	Solteira	1	Própria	Mais de 2 sal.
V12	40	São Luís	Ensino Médio completo	Casada	2	Própria	Mais de 2 sal.
V13	33	São Luís	Ensino Médio completo	Solteira	1	Própria	Mais de 2 sal.
V14	29	Viana	Ensino Médio completo	Casada	2	Própria	Mais de 2 sal.
V15	26	Buriticupu	Ensino Médio completo	Solteira	-	Própria	Mais de 2 sal.
V16	29	Grajaú	Ensino Médio completo	Casada	-	Própria	Mais de 2 sal.
V17	37	São Luís	Ensino Médio completo	Divorciada	1	Própria	Mais de 2 sal.
V18	40	São Luís	Ensino Médio completo	União estável	3	Própria	Mais de 2 sal.
V19	44	Pinheiro	Ensino Médio completo	Solteira	2	Própria	Mais de 2 sal.
V20	42	Arari	Ensino Médio completo	Solteira	2	Própria	Mais de 2 sal.

Fonte: Questionário aplicado em 2013.

Pelos indicadores do Quadro – 2, apenas uma vigilante não possui o ensino médio. Como para a ocupação de vigilante é exigida o ensino fundamental possa ser que essa trabalhadora, com 43 anos, não vislumbre alcançar funções mais elevadas, se conformando com o que tem atualmente, em outras palavras, a educação do ponto de vista da escolarização, não é vista por ela como um bom investimento.

Quanto ao número de filhos declarado, este foi pequeno em torno de 1 a 3, a maioria das mães está na faixa etária de 40 anos ou mais. A esse respeito, podemos dizer que a escolha por ser mãe, decorre de vários fatores, dentre eles o emocional e o econômico. A estes fatores somam-se o planejamento familiar e a entrada no mercado de trabalho. A diminuição no número de filhos é percebida em várias classes sociais. Quanto à naturalidade, 11 (55%) mulheres são provenientes de outras cidades do Estado, o que denota o contínuo deslocamento campo-cidade.

5.2 Espelho, espelho meu: a percepção das mulheres sobre si e sobre a ocupação de vigilante

Pedimos para as mulheres contarem um pouco sobre suas vidas, no intuito de levantarmos não só questões relevantes ao trabalho como vigilantes, mas também sobre o cotidiano familiar, a percepção sobre si e as representações que são atribuídas a elas partindo das pessoas com quem convivem. Selecionamos trechos que julgamos pertinentes ao objeto de estudo, através do recorte da *questão 14* do questionário, conforme descrito:

(Conte um pouco sobre como tem sido sua vida profissional como vigilante...)

V1: *No meu primeiro dia no serviço me senti estranha naquela farda. Para mim as pessoas ficavam me olhando o tempo todo! Parece que não era eu naquela farda. Hoje eu acho que tenho o respeito das pessoas, mostrei que sou capaz.*

V2: *Sinto-me valorizada na profissão de vigilante! Até o medo da violência diminuiu, porque afinal eu, também, estou para proteger as pessoas.*

V4: *Tem sido normal, sou uma trabalhadora e só me diferencio porque estou trabalhando numa profissão que antes só os homens ocupavam.*

Pelo discurso dessas três vigilantes, observamos que elas sentem-se satisfeitas exercendo a atual ocupação, e aos poucos, vão construindo suas identidades e demarcando papéis sociais baseados na vivência como vigilantes, o que pode ser percebido através das palavras *respeito, capaz, valorizada, proteger, diferencio*. Observamos, também, que o

vestuário continua sendo uma “representação pessoal relacional, diferencial”, e o estado de pertencimento depende das representações a ele atribuídas (PUPPIN, 2001, p. 139).

(...Como foram recebidas pelos seus companheiros (homens) e demais pessoas...)

V7: *Quando cheguei à empresa para me apresentar já notei os olhares dos homens. Eles sorriam e conversavam. Fiquei curiosa para saber o que eles estavam dizendo, se estavam me achando bonita ou feia! Quando cheguei ao posto de trabalho fui trocar o plantão com o vigilante e ele me recebeu bem e até brincou comigo dizendo que lá era tranquilo, mas se precisasse atira era pra mandar bala sem medo.*

V8: *Eu escutei no corredor um funcionário dizendo para o outro se eu daria conta do serviço, se eu sabia ao menos colocar as balas no revólver e começaram a sorrir.*

Diante dessas falas e, sob o ponto de vista das relações de gênero, fica evidente o preconceito e a discriminação dos homens em relação às mulheres no ambiente de trabalho, baseado numa generalização sobre os papéis sociais. É o que Bruschini (1979, 1983) chama de “divisão de tarefas” e “sexualização das ocupações” com base na concepção biológica, o que mostra visões distorcidas e ideológicas por parte dos homens de que eles manuseiam uma arma melhor do que as mulheres.

Isso mostra que:

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao progresso de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões (RAGO, 2004, p. 581-582).

(...O processo de seleção ao emprego...)

V1: *Até foi simples, eu fui à empresa e deixei meu currículo, depois eles me chamaram para uma entrevista. Passou uma semana me chamaram, aí fui fazer os exames e depois o treinamento. Só que na entrevista à pessoa me perguntava o tempo todo se eu me sentia preparada para exercer a profissão. Eu quase pergunto se ele estava se referindo a questão física, a coragem ou se era mesmo a responsabilidade em tomar conta de um prédio.*

V5: *Fiz entrevista, prova escrita e, também, prática. Eu concorria com outras mulheres, os homens não eram nossos concorrentes.*

Na primeira fala, observamos uma rotulação face à pergunta contínua se a mulher estava *preparada para exercer a profissão*, configurando-se então “um difuso sentimento de usurpação dos homens com relação à entrada desses “novos” atores na arena de mercado” (PUPPIN, 2001, p. 155). E isto coloca à prova a capacidade da mulher quanto ao desempenho das atividades profissionais, deixando evidente a questão da condição física como preponderante.

Diversas pesquisas mostraram que as mulheres devem apresentar sempre um requisito a mais que seus colegas homens, para ocupar o mesmo posto de trabalho. Quer dizer, quando um candidato e uma candidata a ingressar ou ascender numa empresa têm igualdade de condições, a preferência é para o homem (YANNOULAS, 2002, p.16).

Na segunda fala, verificamos certo “alívio”, por parte da candidata, pelo fato de não estar concorrendo com os homens. Esse medo em concorrer com os homens, algumas vezes decorre de uma autodiscriminação, quanto às opções profissionais, mostrando forte censura consigo mesmo em relação aos papéis sociais que seriam decorrentes dessas opções, não se permitindo vislumbrar novos projetos de vida.

Em outras palavras, essas censuras são mecanismos de repressão internos criados pelos sujeitos e que, ao longo do tempo, vão se tornando naturais. Nesse sentido, Rocha-Coutinho (2004, p. 3) destaca:

Frequentemente sem se dar conta, a mulher continua a contribuir para a preservação do esquema machista que prevaleceu na sociedade tradicional e contra o qual ela própria, ainda que amiúde apenas no nível do discurso, se rebelou. Assim, é possível que a mulher atual continue a ser levada a se dividir e multiplicar, carregando, como suas mães, uma imensa culpa por não estar se desempenhando como gostaria nas duas esferas, culpa esta difícil de ser resolvida.

Outra questão importante a ser destacada é que, com a reestruturação no setor público, algumas atividades profissionais foram terceirizadas, como é o caso da vigilância, e sendo assim, as mulheres por não pertencerem ao órgão em que estão prestando serviço, podem sentir receio em cometer alguma falha no trabalho, temendo a pressão das empresas (CRUZ, 2010).

(...Os desafios que enfrentou/enfrenta...)

V5: *Fiz entrevista, prova escrita e também prática. Só que eu concorria com outras mulheres apenas. Acho até que se fosse concorrer com os homens, nem sei se teria a vaga. Era cada homem forte!*

V8: *Ainda hoje sou preocupada com relação ao emprego. Quando uma mulher sai do emprego que trabalhava como vendedora, por exemplo, pode-se dizer que ela mesma quis sair, mais quando sai do emprego de vigilante as pessoas podem pensar que ela não deu conta do recado.*

V10: *O maior desafio é provar todo dia que sou capaz de exercer uma profissão que antes só os homens ocupavam, o resto não é preocupação para mim!*

Diante dessas falas, observamos que o primeiro desafio dessas mulheres é, exatamente, acreditarem no seu potencial, tomarem consciência de que são capazes tanto quanto os homens de conseguir o emprego de vigilante, embora tendo um número reduzido de vagas para elas, no que se refere ao quantitativo de vigilantes nas empresas. Nesse sentido, Gutiérrez (1985, p. 37) esclarece que, para “compreender, portanto, em que consiste o tornar-se mulher, precisamos levar em conta a educação inferiorizante recebida na infância, à dependência econômica, a situação de oprimida na família”.

Segundo Cruz (2009, p. 123), isto decorre, em grande parte, por que:

O universo feminino emerge diferente do masculino, não apenas biologicamente, mas culturalmente, fazendo-se necessário desnaturalizar as diferenças sexuais que se dão no âmbito cultural e histórico, e não na biologia, focalizando as experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento e crenças cristalizadas no imaginário social, etc.

(... À imagem que sua família e demais pessoas fazem de você exercendo a ocupação de vigilante...)

V5: *Minha mãe uma vez me chamou de mulher macho, quando eu vesti a farda para ela ver, mas sei que foi de brincadeira e que no fundo ela sente orgulho de mim.*

V11: *Notei que um amigo meu ficou meio estranho quando eu passei a trabalhar como vigilante. Acho que é porque ele é enfermeiro, e se formos comparar, a profissão dele é mais feminina.*

V19: *A minha família no início não via com bons olhos a minha escolha, por ser uma profissão de risco e temer por minha vida. Mas hoje, por eu explicar que o setor onde trabalho não oferece tanto risco eles já aceitam. E as demais pessoas em geral respeitam a minha decisão e até me perguntam como eu consegui trabalhar nessa área.*

Analisando esses trechos observamos que persiste a concepção equivocada, até mesmo da própria mulher, quanto à existência de trabalho masculino e feminino, o que

contribui ainda mais para afirmar a sexualização das ocupações e a segregação da força de trabalho. E a segregação viabiliza a preservação da não-competição, o que contribui para a conservar a hierarquia ocupacional por sexo (BRUSCHINI, 1990). Essa ainda é uma concepção de espaço público e privado, destinados às mulheres (ARENDR, 1975), baseada em representações sociais, pois anteriormente prevalecia a concepção de que “apenas a casa, a maternidade e a família eram os lugares que definiam como possíveis para as mulheres” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 291).

A concepção da mulher, talhada especialmente para o privado (e incapaz para o público), é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII [...] tornou-se uma referência no discurso sobre a mulher. Esta é representada como o inverso do homem. É identificada pela sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é identificado por seu espírito e energia. O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral. [...] A combinação da fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional fazia delas os seres mais aptos para criar os filhos (HUNT, 1991, p. 50).

O que observamos diante do que foi apresentado é que a sociedade delimitou os espaços de atuação masculino e feminino, os quais homens e mulheres deveriam desempenhar papéis distintos no tocante ao trabalho, caracterizando uma hierarquia de poderes pautada na divisão sexual do trabalho, a qual organizou a desigualdade no trabalho. No entanto, o lado positivo disto foi o fato de ter estimulado as mulheres a buscarem novos espaços na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, ainda que tenham enfrentado muitos desafios, sobretudo, quanto à credibilidade pautada na capacidade física e intelectual para exercer certas ocupações.

5.3 O sentido do trabalho para as mulheres

Ao longo do tempo a forma de conceber o trabalho foi mudando. De acordo como é desempenhado, pode ser concebido como uma satisfação humana e pessoal ou apenas uma necessidade à sobrevivência.

O trabalho continua sendo central na vida de mulheres e homens neste princípio de século, mesmo quando eles estão desempregados, dado que continua sendo uma referência para a ação e princípio organizador da sociedade e das identidades sexuais. A crítica do trabalho enquanto atividade imposta, coercitiva, alienante e degradante se impõem hoje, mais do que nunca, dada a extensão mundial desse tipo de trabalho, mas as alternativas possíveis e desejáveis devem ser objeto permanente de debate (HIRATA, 2006, p. 202).

Partindo dessas premissas e perseguindo nosso objeto de estudo, quisemos saber o

que tinha motivado as mulheres a escolherem trabalhar como vigilantes, dada a natureza da ocupação, no intuito de identificarmos o sentido do trabalho na vida delas, a partir do valor que atribuíam a ele, conforme o Quadro – 3.

Quadro 3
Motivos para a escolha de trabalhar como vigilante.

Respostas	Quant. de respostas
Oportunidade de trabalho	5
Melhor salário	7
Gosto pela profissão	3
Outros:	
<i>Mudar de profissão</i>	1
<i>Ser mais respeitada pelas pessoas, pelos homens</i>	1
<i>Ter o respeito da família e do marido</i>	1
<i>Mostrar capacidade para outros trabalhos</i>	1
<i>Mostrar o valor da mulher para os homens</i>	1

Fonte: Questionário aplicado em 2013.

Pelo Quadro 3, vemos que os fatores que mais influenciaram na escolha da ocupação de vigilante foram: oportunidade de trabalho 9 (45%), melhor salário 6 (30%) e o gosto pela profissão 5 (25%). Mas, a inserção das mulheres em ocupações anteriormente masculinas não está condicionada apenas à abertura do mercado de trabalho, mas, principalmente porque mostraram estar preparadas para essas ocupações, muito embora os corpos masculinos e femininos ainda sejam tomados como instrumento de demarcação de lugares na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Em alguns casos, a mulher não aguentando a pressão do marido e dos filhos, acaba abandonando o emprego e volta para a esfera privada. Mas, o homem só passa a fazer parte dessa esfera, à medida que, também, passa a ter responsabilidades para com a casa, participando do cuidado com os filhos, dos afazeres domésticos, dentre outras atividades cotidianas, o que elimina nesse ponto, a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, fica evidente que as mudanças no mundo do trabalho alteraram, sobremaneira, o perfil de trabalhadores requisitados pelo mercado de trabalho. O trabalhador parcelar do período taylorista-fordista foi substituído pelo trabalhador polivalente e qualificado. Em relação às mulheres, antes víamos trabalhadoras jovens, solteiras e sem filhos ingressando no mercado de trabalho, hoje vemos mulheres acima dos 40 anos, casadas e com filhos ingressando recentemente no emprego.

O ingresso dessa faixa etária, considerado tardio, se visto como primeira

oportunidade pode ser decorrente da separação do casal, da opção pela maternidade ou da necessidade de complementar a renda familiar. De qualquer forma, o trabalho continua sendo o “*mediador* na ‘relação sujeito-objeto’ entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no ‘objeto’” (MÉSZÁROS, 2006, p.79).

Diante das respostas no Quadro 3: *ser mais respeitada, mostrar capacidade, mostrar valor*, fica evidente que essas mulheres procuram uma afirmação social, e muitas vezes, querem provar, principalmente para os homens, a capacidade no desempenho das mais variadas funções. E o trabalho ajuda nessa afirmação, bem como na construção da identidade e de papéis sociais pelos indivíduos. Mas, esse discurso de capacidade e respeito, também tem um lado ideológico, o qual as próprias mulheres são responsáveis pela produção, vez que:

Chartier (2002, p. 94-96) colabora com essa questão, esclarecendo que:

[...] os confrontos sociais fundados sobre os afrontamentos diretos, brutais, sangrentos, cedem cada vez mais o lugar a lutas que têm por armas e por fundamentos as representações. [...] o essencial não é, portanto, opor a termo uma definição biológica e uma definição histórica da oposição masculino/feminino, mas, antes, identificar os discursos que enunciam e representam como “natural” (portanto, biológica) a divisão social (portanto, histórica) dos papéis e das funções.

Isto mostra que, se as mulheres não mudam o seus discursos com relação aos homens, principalmente, no que se refere à visão que eles têm sobre elas, não conseguem prosseguir com seus projetos de vida e de carreira. A seguir temos a concepção das mulheres sobre o que representa o trabalho para elas.

Quadro 4

Concepções das mulheres sobre o trabalho

Autonomia familiar
V3: <i>O trabalho pra mim significa ter uma ocupação e <u>não depender de marido</u>.</i>
V6: <i>Quis logo trabalhar depois que tirei o ensino médio, <u>era uma forma de não depender da família</u>.</i>
V7: <i>Quando consegui trabalhar, já depois de casada, foi uma alegria, não só porque eu podia ajudar meu esposo, <u>mas também não depender tanto dele</u>.</i>
V11: <i>É um sonho que consegui realizar: poder trabalhar e <u>me sustentar</u>.</i>
V14: <i><u>A mulher que trabalha não depende do marido ou da família por isso o trabalho é muito util.</u></i>

Fonte: Questionário aplicado em 2013.

Pelas afirmações no Quadros 4, observamos que o trabalho para essas mulheres está mais associado à autonomia, principalmente quanto a independência financeira em relação ao marido. Para Hirata (2009), essa “independência financeira” não representa a autonomia da mulher, na sua totalidade, tendo em vista que lhe é imposta a responsabilidade de cuidar da casa, sendo que, em grande parte, não tem a prerrogativa de transferir essa responsabilidade ao homem.

Oliveira (2004) defende a concepção de que o trabalho não se configura como um meio de promover a autonomia da mulher, tendo em vista principalmente o estereótipo quanto aos papéis sexuais fruto de uma construção ideológica, cultural, social e histórica criada ao longo dos tempos pela sociedade patriarcal e que só desvaloriza o trabalho das mulheres se comparado ao dos homens. Isso mostra a preponderância da divisão sexual do trabalho a qual ajudou a criar representações sociais sobre o sexo e conseqüentemente sobre as profissões, ou seja, a existência de profissões unicamente masculinas ou femininas.

Quadro 5

Concepções das mulheres sobre o trabalho

Meio de sobrevivência
V9: <i>O trabalho é um meio de sobrevivência, tem muitas pessoas nas ruas, mas é porque <u>não procuram um tipo de trabalho para fazerem.</u></i>
V10: <i>Quem não trabalha hoje a vida fica difícil, por isso <u>o trabalho é o meio de sobrevivência.</u></i>
V15: <i>Para mim, <u>toda pessoa que trabalha é porque quer ganhar dinheiro.</u></i>

Fonte: Questionário aplicado em 2013.

Pelo Quadro 5, aparentemente, observamos certo distanciamento entre trabalho e realização pessoal. O que pode estar relacionado com a questão da motivação para o trabalho, sendo esta, fator importante que se relaciona à satisfação humana, tendo em vista que é um processo intrínseco e subjetivo, de cada pessoa. É por isso, que muitas empresas, investem na motivação dos seus funcionários, desde o processo de recrutamento, procurando identificar perfis colaboradores, pois estes, vão ao encontro da cultura da empresa.

Nesse sentido, Mészáros (2006, p. 79, 153) que o homem “precisa produzir a fim de manter-se, a fim de satisfazer essas necessidades”, por isso “a atividade produtiva, imposta ao homem pela necessidade natural, como condição fundamental da sobrevivência e do desenvolvimento humanos, torna-se idêntica à plenitude humana, isto é, à realização da liberdade humana”.

Quadro 6
Concepções das mulheres sobre o trabalho

Forma de ocupar o tempo	<p>V8: <i>É <u>bom ter uma ocupação</u>, a pessoa se sente mais útil. Mas, tem vezes que se não pudesse ir ao trabalho seria bom.</i></p> <p>V13: <i>Toda pessoa precisa <u>ocupar sua vida</u>, e o <u>trabalho é um meio de fazer isso</u>, ou em casa ou em outro lugar.</i></p> <p>V14: <i>Se eu não trabalhasse me sentia uma pessoa <u>angustiado devido à falta de ocupação</u>.</i></p>
Realização pessoal	<p>V5: <i><u>Eu me realizo</u> trabalhando, gosto do que faço.</i></p> <p>V11: <i>É um sonho que <u>consegui realizar</u>: poder trabalhar, me sustentar, <u>ter uma coisa de útil pra fazer! Ficar só em casa é muito chato.</u></i></p>

Fonte: Questionário aplicado em 2013.

Para Marx (1996, p.297-298) os indivíduos vão concebendo o valor do trabalho à medida que se apropriam dele, por isso considera que:

[...] é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. [...] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. [...] Ele apenas não efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade.

Diante da questão 13 do questionário e, considerando as opções: *experiência*, *qualificação profissional* e *indicação de alguém*, solicitamos, às mulheres que assinalassem e justificassem as opções escolhidas, quanto ao que mais contribui para alguém conseguir um emprego nos dias de hoje. Nesse sentido, as opções “experiência” e “qualificação profissional” foram assinaladas 6 e 8 vezes, respectivamente. Nessa questão, um fato nos chamou atenção: a opção *indicação de alguém*, também foi assinalada 6 vezes, demonstrando a influência masculina na questão da indicação.

As percepções que elas fazem sobre si em relação à capacidade em conseguir

emprego demonstra insegurança: “o emprego de vigilante ainda é muito restrito para as mulheres, coloquei currículo em 3 empresas e não fui chamada. Falei com um colega que estudou comigo no ensino médio. Foi ele quem me indicou à empresa que já trabalha – V3”. Pelos visto, elas confiam mais na influencia dos homens: “sempre tem peixada, na questão de arrumar emprego. Meu primo que tem mais de 20 anos como vigilante, e só passou por 3 empresas, conseguiu pra mim –V5”.

A esse respeito, Mészáros (2006, p. 99-100) enfatiza que o trabalho “é ao mesmo tempo a *causa* da crescente complexidade da sociedade humana criando novas necessidades ao mesmo tempo em que satisfaz outras mais antigas [...] e o *meio* de afirmar a supremacia do homem [...] sobre a natureza”.

Assim, embora não seja uma totalidade, mas, pelos registros das falas observamos um quadro de desigualdade e submissão feminina em relação ao emprego: “tenho dúvidas se foi um parente meu que conseguiu o emprego pra mim, ele diz que não foi, mas quando cheguei à empresa eles já sabiam que eu era parente dele! Por isso acredito muito na indicação! – V6”. O discurso da “intermediação” é recorrente em diversas falas encontrando-se associado à relação de amizade, de favores: “um antigo namorado meu, que hoje é vigilante, foi na empresa comigo e falou com o chefe, só que ele disse que eu era amiga dele! – V8”.

A esse respeito, Rocha-Coutinho (1998, p. 3) destaca:

Frequentemente sem se dar conta, a mulher continua a contribuir para a preservação do esquema machista que prevaleceu na sociedade tradicional e contra o qual ela própria, ainda que amiúde apenas no nível do discurso, se rebelou. Assim, é possível que a mulher atual continue a ser levada a se dividir e multiplicar, carregando, como suas mães, uma imensa culpa por não estar desempenhando como gostaria nas duas esferas, culpa esta difícil de ser resolvida.

Neste registro, observamos que, às vezes, de forma inconsciente, a mulher contribui para a afirmação do patriarcado, colocando seu destino sobre o comando do homem: “não digo para as pessoas que foi um parente meu que me indicou na empresa. E ele nem é vigilante. Não digo por que as pessoas podem pensar que eu não ia conseguir!, Eu ia sim! tenho força de vontade, poderia custar, talvez! – V17”.

O que percebemos nessas respostas é que a *indicação de alguém* foi decisiva para essas mulheres conseguirem o emprego. Elas têm a convicção de que são capazes de conseguir, mas reconhecem que pode levar mais tempo, pois acreditam que a competição com os homens, aliada à falta de credibilidade por parte das empresas quanto ao trabalho feminino

nessa ocupação, ainda é um obstáculo a ser superado. Nesse sentido Monteiro (1990, p. 13) pontua que “o ser humano é condenado a identificar-se com o modelo que a sociedade impõe; mas, no caso da mulher, não existe um modelo feminino em si, a mulher é o que o homem não é”.

Desse modo, a autonomia da mulher tende para um processo de superação de um patriarcado e da divisão sexual do trabalho, este sendo responsável pela organização do trabalho de homens e mulheres, funcionando a partir de dois princípios: a separação (trabalho produtivo e trabalho doméstico) e a hierarquia. Em outras palavras, as mulheres estão conseguindo se libertar da subserviência, mas continuam lutando por mais direitos através dos movimentos feministas, considerado uma “arma” para fortalecer as mulheres.

Das 20 mulheres que responderam ao questionário, tivemos uma com Ensino Fundamental completo e 19 com ensino médio completo. E nenhuma respondente até o momento da pesquisa estava cursando uma graduação. Ao perguntarmos a elas se apenas o ensino fundamental completo era suficiente para a profissão de vigilante, apenas 10 responderam que sim. Buscando identificar se a educação contribui para a inserção delas no mercado de trabalho, tivemos algumas surpresas!

Primeiro pelo descrédito na educação enquanto uma condição essencial ao desenvolvimento humano: “conheço pessoas que não estudaram muito, nem tiraram o ensino médio e são muito bem de vida! São comerciantes! Conheço outras que já terminaram a faculdade e não conseguem emprego! Então, fico pensando se realmente a educação é garantia de vida melhor! – V7”. Depois pela concepção de educação enquanto um castigo: “se pudesse ganhar dinheiro sem precisar estudar, eu não pensava duas vezes – V8”. “Tem gente que ganha muito dinheiro e nem teve lá esses estudos todo – V10”. É nesse sentido que Lukács (2007, p. 231) pontua que “que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não”.

É recorrente a justificativa de que conciliar educação, trabalho e afazeres de casa não é fácil, o que em grande parte, se constitui no principal obstáculo: “estudar é bom quando se tem tempo. No meu caso por enquanto estou apenas com o ensino médio, pois trabalhar e estudar é muito complicado, principalmente para quem é dona de casa – V14”. “Considero-me ainda nova e posso estudar, mas eu quero estudar pra melhorar a vida, ganhar melhor e talvez até ter outra ocupação, acho que a educação serve para isso” – V1. Isso mostra que, “o ser social – em seu conjunto e em cada um de seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica” (LUKÁCS, 1979, p.17).

A esse respeito, Esmeraldo (1998, p. 59), complementa pontuando que o acúmulo

de tarefas domésticas sem um aparato tecnológico e a divisão sexual do trabalho, constitui também um empecilho, ou seja:

Para as mulheres de camadas médias que podem adquirir aparelhos eletrodomésticos para simplificar o trabalho doméstico, que pagam faxineiras, cozinheiras, lavadeiras, que podem utilizar-se dos restaurantes, lavanderias e outros serviços oferecidos pelo mercado, à liberação e a oportunidade de atuação no mercado é maior e melhor vivenciada do que para as mulheres de camadas mais pobres e assalariadas, que ainda são responsáveis pela jornada de trabalho no âmbito familiar.

Por essas respostas observamos que a educação não tem tanto valor de satisfação pessoal para essas mulheres, serve muito mais como possibilidade de mudar de profissão e ganhar um salário. Outra questão importante colocada pelas mulheres é que o trabalho muitas vezes dificulta a continuidade nos estudos, devido principalmente ao fator tempo. Nesse entendimento, concordamos com Ribeiro (2003, p. 227) quando pontua que não se deve discutir mais a educação “[...] somente para o trabalho, mas a educação integral do homem para o trabalho e para a cidade”.

Acerca das profissões que gostariam de ter seguido se tivesse oportunidades, a maioria das respostas incidiu sobre: enfermeira 10%, médica 20%, advogada 35%, engenheira civil 5% e policial militar 30%. Observamos que as três primeiras profissões sempre tiveram um status social elevado, sendo “o sonho” da maioria dos jovens que desejam ingressar na universidade. No entanto:

Um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado... Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos. “Empregabilidade” não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, se não melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão, outros não (GENTILI, 2005, p. 54).

E, Moraes (1998, p. 53) acrescenta:

A empregabilidade é um conceito mais rico do que a simples busca ou mesmo a certeza de emprego. Ela é o conjunto de competências que você comprovadamente possui ou pode desenvolver – dentro ou fora da empresa. É a condição de se sentir vivo, capaz, produtivo. Ela diz respeito a você como indivíduo e não mais a situação, boa ou ruim da empresa – ou do país. É o oposto ao antigo sonho da relação vitalícia com a empresa. Hoje a única relação vitalícia deve ser o conteúdo do que você sabe e pode fazer. O melhor que uma empresa pode propor é o seguinte: vamos fazer este trabalho juntos e que ele seja bom para os dois enquanto dure; o rompimento pode se dar por motivos alheios à nossa vontade. [...] (empregabilidade) é como a segurança agora se chama.

Concordamos Gentile (2005) e Moraes (1998), pois a educação, entendida como escolarização, é uma via de acesso ao mercado de trabalho, mas não é a única e nem tampouco garante de fato a inserção dos indivíduos, pois do contrário, não veríamos o crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, a exemplo, no setor bancário.

Solicitamos a mulheres que contassem sua trajetória na escola, perpassando pela educação infantil, e descrevendo os acontecimentos marcantes, a relação com os professores, com os colegas, entre outras coisas. Escolhemos aquelas na faixa etária acima dos 40 anos, considerando-se as transformações na educação e o ensino que receberam na escola. Identificamos, diante das falas, que as experiências escolares de algumas mulheres não foram tão satisfatórias, conforme demonstramos a seguir:

V2: Não tive boas experiências na escola, tive trauma de uma professora muito rígida. Até hoje tenho receio de falar em público, acho que por isso ainda não criei coragem de prosseguir nos estudos.

V3: É incrível como durante todo o meu tempo na escola os professores que passaram eram muitos severos com os alunos, daí não tenho boas recordações.

V4: Até que foi um tempo bom principalmente no ensino fundamental, mas já no ensino médio tive uns problemas com um professor e isso me fez até passar um ano sem estudar, pois fiquei um pouco decepcionada.

V11: Na educação infantil acho que para quase todo mundo é só alegria, agora quando vai terminando o ensino fundamental e começando o ensino médio se a pessoa não estiver preparada psicologicamente pode até desistir de estudar. A minha foi na quarta série, mas prefiro não comentar...

V12: Até hoje me lembro de um professor no ensino médio que nos dias de prova ele me colocava para fazer em cima do tablado. Eu ficava só lá, me sentia humilhada devido aos risos dos outros depois da prova. Já vi ele várias vezes pela rua e faço de conta que não conheço.

V18: Não gosto de lembrar do início do ensino fundamental, somente do término e do ensino médio.

V20: Estudei o ensino fundamental em colégio de freiras e eu não via a hora de chegar o ensino médio para sair de lá, as coisas por lá eram muito rígidas.

Trouxemos as falas dessas mulheres exatamente para evidenciarmos a forma de escolarização a que foram submetidas. Claro que não podemos generalizar, tendo em vista que se trata de uma análise, a partir de uma pequena amostra, mas isto serve para confirmar

que a educação continua sendo um fator social, o qual os indivíduos sofrem a ação educativa, ou seja, a imposição do professor que visa modelar os comportamento dos alunos e adequá-los às normas da sociedade, e nesse ponto a escola funciona como um aparelho ideológico do Estado.

Diante das falas, percebemos que as mulheres passaram por uma educação tradicional. É preciso fazer a diferenciação entre poder autoritário e autoridade na educação. O professor exerce sua autoridade na sala de aula fazendo conduzindo de forma competente os alunos para o obedecerem espontaneamente, ou seja, o professor é o coordenador do grupo e revalida a relação de respeito. Quando não tem essa competência, recorre ao poder autoritário para reprimir os alunos, por isso:

A educação é o resultado de um processo complexo de relações conscientes e inconscientes, espontâneas e provocadas da pessoa com os outros, a comunidade, a sociedade, a natureza, o meio ambiente, a cultura, os valores e os contra-valores, o transcendente. Relações estas que envolvem as dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais da pessoa em seu universo interior e exterior, produzindo, progressivamente, sínteses existenciais que articulam um certo sentido para a vida e uma certa sensação de segurança e felicidade, ou, dependendo de fatores adversos, produzem sensação de fracasso (RIBEIRO, 2003, p. 233).

Portanto, por meio da educação os indivíduos podem lutar contra a cultura massificadora a qual se sustenta em bases ideológicas, e se orientarem no mundo através de uma relação dialética. Nesse sentido, o professor pode fazer a gestão da sala de aula sem autoritarismo. O que perpassa pela questão do trabalho com o conhecimento, o controle da indisciplina e o bom relacionamento interpessoal.

6 CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo tivemos a intenção de analisar a relação trabalho-educação na vida de mulheres que hoje estão exercendo profissões, que anteriormente eram exclusivas dos homens, e, de tantas que existem, escolhemos a ocupação de vigilante, pois entre outros fatores seria mais fácil o contato com os sujeitos da investigação. O corpus da pesquisa foi composto pelas informações extraídas do questionário que aplicamos com as mulheres, fazendo-se em seguida análise dos discursos das vigilantes em busca de identificarmos como tem sido a vida delas, os desafios enfrentados e o valor que atribuem ao trabalho e a educação, tendo em vista nosso objetivo com o estudo.

Pesquisar não é uma tarefa fácil, principalmente quanto a adquirir a confiança dos sujeitos da pesquisa. Tempo e paciência são fundamentais para concluir o estudo do ponto de vista dos prazos. Normalmente estudos que envolvem empresas ou repartições públicas, as pessoas aceitam participar, mas também, temem por suas identidades reveladas, acreditando que podem ser prejudicadas quanto a retaliações ou demissões. O que o pesquisador espera é que apenas se expressem livremente para facilitar a compreensão do fenômeno a ser analisado.

Durante a investigação constatamos sobre a imagem inicial, que as pessoas fazem das mulheres vigilantes, que ainda, é carregada de preconceito e estigmas, principalmente, associada ao sexo frágil, imagem essa que é construída dentro da própria família. Por isso, em todas as ocupações profissionais, as mulheres enfrentam desafios no que tange ao reconhecimento de sua capacidade no desempenho das atividades.

Pontuando a questão do mercado de trabalho, tendo como referência as empresas de vigilância, observamos que elas mantêm um percentual mínimo de funcionários do sexo feminino se comparados ao sexo masculino. Isto foi constatado nos postos de trabalho em que elas se encontravam, como exemplo: um posto com 29 vigilantes, apenas 6 eram mulheres. Pesquisando órgãos públicos, encontramos uma instituição de ensino superior em São Luís, a qual não existia nenhuma mulher vigilante trabalhando. Este fato leva a questionar tal situação uma vez que os debates sobre gênero estão na sua efervescência e não podem estar excluídos das instituições de ensino.

Nesse contexto, e refletindo sobre a credibilidade das mulheres quanto ao desempenho das funções, observamos que persiste certo descrédito, por parte das empresas de vigilância, tendo em vista que das 20 vigilantes nenhuma até o momento havia tirado plantão noturno. Sendo assim, essas mulheres ainda não conseguiram a equidade de gênero no

trabalho, tendo em vista que cumprem seus expedientes sempre no turno diurno e não ocuparam, até o presente momento, cargos de confiança como supervisoras, salvo uma mulher que ocupa uma função representativa de classe no sindicato dos vigilantes.

Um ponto importante, que chamou nossa atenção, foi o fato de que poucas mulheres são sindicalizadas. O que é lamentável! Pois isto contribui tanto para a fragmentação da categoria funcional, quanto para a invisibilidade feminina no mercado de trabalho bem como, na participação, quantas às lutas coletivas com vistas a melhores condições de trabalho e remuneração.

Não verificamos, em nenhum momento, a ênfase da educação, enquanto algo essencial na vida dessas mulheres. Pelo contrário, houve quem dissesse que só prosseguiria nos estudos se conseguisse organizar sua vida, a ponto de ter um tempo para continuar estudando. Assim, o discurso das mulheres sobre o trabalho é marcado por certa desmotivação. A *oportunidade de trabalho* e o *gosto pela profissão* cederam lugar à questão do melhor salário, o que deixa evidente a relação trabalho-capital, ao invés de trabalho-satisfação. É evidente que a entrada delas no mercado de trabalho trouxe repercussões na organização e estrutura familiar, pois lutaram contra a discriminação profissional, quanto à cultura da sexualização das profissões, devido alguns familiares, não aprovarem inicialmente a nova ocupação.

A relação trabalho-educação na vida dessas mulheres está aquém do que imaginávamos, pois acreditávamos que as mulheres tinham na educação uma esperança para a melhoria das condições de vida e de trabalho, o que não ficou evidente. E a educação não foi relacionada ao trabalho, principalmente, no que se refere à ascensão profissional, pois nenhuma das mulheres tinha feito, até o momento da investigação, os cursos de aperfeiçoamento exigidos para quem almeja mudar de função. O que demonstra certa acomodação quanto à atual função. Logo, a educação apenas serviu de pré-requisito para elas ingressarem na ocupação de vigilante.

Desse modo, tendo em vista que a Análise de Discurso não busca o sentido verdadeiro, mas, o sentido que está investido, em certa materialidade linguística e histórica. Em sendo os sujeitos parte da história, os discursos ora analisados permanecem passíveis de outras interpretações, pois entendemos que não existe uma completude na sua discursividade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARSTED, Leila Linhares. Violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Ford/CEPIA, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 11. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre **Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 7. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983**. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7102.htm>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2008

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaHistoricoOcupacoes.jsf>>. Acesso em: 07 set. 2013.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas**, n. 28, p.5-20, março 1979.

_____. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 18, 1983, p. 147-86.

_____. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989.

_____. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Vértice, 1990.

_____. Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. **Seminário Trabalho e Gênero**: Mudanças, permanências e desafios. Unicamp, São Paulo, 1998.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas**: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822). São Luís: Café & Lápis; FAPEMA, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOZO, Maria José Pires. A produção flexível e a formação do trabalhador: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. In: SOUSA, Antonia de Abreu (org). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2008.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital e o jogo da lei da população inerente ao capitalismo. In: SOUSA, Antonia de Abreu (org). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2008.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização, Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira (orgs.). **Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. 2 ed. Trad. Cristiana Coimbra. São Paulo: SENAC, 2013.

CRUZ, Maria Helena Santana. A construção da identidade de mulheres artesãs. **Revista de ciências da educação**, n. 10, Lisboa, Portugal, set/dez 2009.

_____. Analisando o diferencial de gênero no trabalho em ambientes renováveis, **Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 219-238, 2. sem. 2010.

_____. Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da educação. **Saberes em perspectiva**, Jequié-BA, v. 2, n. 2, p. 13-32, jan./abr. 2012.

DELGADO, D. G.; CAPPELIN, P.; SOARES, V. (Org.). **Mulher e trabalho** – experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva na saúde pública**: rebatimentos no Serviço Social e na Medicina no HUFMA. 2008. 217f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão.

D'INCAO, Maria Ângela. A mulher e a família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano 19, n. 64, 1998.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**: a Idade Média. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

ELIAS, Nibert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungman. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O feminismo na sombra**: relações de poder na CUT. Fortaleza: UFC Edições, 1998.

EURÍPIDES. **Medéia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FERREIRA, Maria Mary. Pesquisando mulher e gênero na Universidade Federal do Maranhão: 1975 – 1995. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs). **Desafios de identidade**: Espaço-tempo de mulher. Belém: CEJUP: GPEM: REDOR, 1997.

_____. Mulher e política no Maranhão. In: FERREIRA, Mary (org.). **Os poderes e os saberes das mulheres**: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, José Luís. Tendências da análise do discurso. **Estudos Linguísticos**, v.19, p.173-179, São Paulo, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. Vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**: especialização e lazes. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

GAUER, Ruth M. Chittó. **A fenomenologia da Violência**. Curitiba: Juruá Editora, 2000.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos liberais. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, J. C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2005.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**: (o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA). Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GREEN, Nancy L. A formação da mulher judia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**: o século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

GUTIÉRREZ, Rachel. **O feminismo é humanismo**. São Paulo: Nobel, 1985.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária em dois sexos. **Estudos feministas**, ano 2, n. 100, 1º sem 1994. Disponível em: <file:///C:/Users/Trabalho/Downloads/16291-50174-1-PB.PDF> . Acesso em 15 jun 2013.

_____. Entrevista. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 1, p. 199-203, 2006.

_____. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-411.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado à empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A invenção da tradição**. Tradução de Regina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNT, L. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, M. et al. **História da Vida privada 4**: da revolução francesa à primeira Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 1991. IBGE. Censo 2010: população por município. Disponível em: h<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2011.

ISAMBERT-JAMATI, Viviane. O apelo à noção de competência na revista L' Orientation Escolaire Et Professionnelle: da sua criação aos dias de hoje. In: ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie. **Saberes e competências**: o uso de tais noções na escola e na empresa. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Campinas, SP: Papiros, 1997.

JACQ, Christian. **As egípcias**: retratos de mulheres do Egito Faraônico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: Inep; Santiago: Reduc, 1991.

_____. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação**: novos desafios para a gestão. **IX ENDIPE**. Águas de Lindóia, 1998.

_____. **Pedagogia da fábrica**: As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O Ensino Médio**: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LINHARES, Célia. Memórias e projetos do Magistério no Brasil. In: TRINDADE, Vitor; FAZENDA, Ivani; LINHARES, Célia (horas.). **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

LOBO, Souza Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: COUTINHO, Carlos N. & NETTO, José P. (Org.) **O jovem Marx e outros escritos de Filosofia** – György Lukács. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro Primeiro Tomo 1. Trad. Regis Barbosa & Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Terceiro setor e gênero**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

MEDALOZZO, Regina. **Mulheres**: um diagnóstico da participação feminina na economia brasileira. Barueri/SP: Walmart Brasil, 2011.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: entre a sobrevivência e a autonomia. **Revista Fragmentos de Cultura**. Goiânia: IFITEG, v.12, nº 6, nov./dez, 2002.

MICHELET, Jules. **O Povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. A operária. In: MICHELET, Jules. **A Mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTEIRO, Maria Paiva. **Mulher: profissão mulher**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MORAIS NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão**. 1984. 141f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

MORAES, C. Emprego ou empregabilidade. **Ícaro do Brasil**, n. 171, p. 53-57, 1998.

MOTTA, Diomar das Graças. Uma instituição feminina na modernidade do século XVIII no Maranhão. In: **Educação e Emancipação**: revista do mestrado em educação da UFMA. v. 1, n. 1, 2002. – São Luís: EDUFMA, 2004.

MURARO, Rose Marie; PUPIN, Andrea Brandão (orgs). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

MURAD, Abdon. Maria José Aragão: luta por ideal. **95 Anos de Maria Aragão e 4 do IMA**, São Luís, p. 5, 10 fev. 2005. Edição especial

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

ORLANDI, Eni Puccineli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

_____. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PAIVA, Vanilda. Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional. In: DIAS, Fernando Correia (org.). **Ensino das humanidades: a modernidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1991.

PASQUALOTTO, Lucielle Cristina. Educação e capitalismo. **Revista Faz Ciência**, ago. 2006, p. 328.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Otaviano. **Marx, Engels, Lenin: sobre a mulher**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcineli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PITANGUY, Jacqueline. Advocacy: um processo histórico. In: CEPIA/ONU Mulheres. **O progresso das mulheres no Brasil (2003-2010).** Rio de Janeiro: Unifem, 2011.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PRIORI, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PUPPIN, Andréa Brandão. **Do lugar das mulheres e das mulheres fora do lugar: um estudo das relações de gênero na empresa.** Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Mulher e participação política: aprendizagem, empoderamento e exercício do poder. In: FERREIRA, Mary (org.). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero.** São Luís: EDUFMA, 2001.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XX. **Cadernos Pagu (15),** São Paulo, 2000, p. 199-225.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Marise. Projetos de Formação Humana e Mediações Históricas. In: RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação de trabalhadores técnicos da saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2011. **Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos.** PNUD, 2011.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2013. **A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado.** PNUD, 2013.

RIBEIRO, Arlinda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA Cynthia Geive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, J. Globalização, mercado de trabalho e educação. **Revista Ciência da Educação,** Lorena/RS: Centro Unisal, ano 5, n. 8, jun. 2003.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In L. de Souza, M. de F. Q. de Freitas & M. M. P. R. Rodrigues (Orgs.), **Psicologia: Reflexões (im)pertinentes.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. In: **Revista Temas de Psicologia.** UFRJ, volume 12, número 1, 2004.

RUBIN, Isaak Illich. **A Teoria Marxista do Valor.** São Paulo: Ed. Polis, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1969.

_____. ALMEIDA, S.A. **Violência de Gênero**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____. Equidade e paridade para obter igualdade. In: **Revista O social em questão**. Ano I, n.1, jan-jun, 1997.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Iara Amora dos; JACOB, Sheila; SANTIAGO, Luisa. **Mulheres trabalhadoras Vida e Direitos**. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil para análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**. 16 (2):5-22, jul/dez. Porto Alegre, 1990.

_____. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: o século XIX**. V. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SADER, Emir. O modelo capitalista do século 21. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, Boitempo, Ano VIII, nº 96, março, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Fundamentos Ético-Políticos da Educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César (horas.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SILVA, Luís Antonio Machado da. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado. In. LOPES, José Sérgio Leite (orgs.). **A reprodução da subordinação: mudança social no Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e Metodologia**. 13 Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SOLIZ, Neusa (org. e tradução). **A mulher no século XXI: um estudo de caso, a Alemanha**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

SOUSA, Sérgio Alberto. Justiça e mulher trabalhadora: a conquista de um espaço. **Revista do Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, n. 89, 1995, p. 21-29.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II**. 4. ed. Tradução: Renato Bussato Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

WEBER, Max. **A Política como Vocação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VOLNEI, Ivo Carlin. **A face feminina do Direito e da Justiça**. Florianópolis, SC: OAB/SC Editora, 2006.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZALUAR, Alba. **Violência: questão social ou institucional?** In: Insegurança Pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas**. São Paulo: SENAC/SP, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: As espartanas: Trabalho-Educação na vida de mulheres vigilantes em São Luís

Pesquisador responsável: Edvaldo Costa Rodrigues

Orientadora: Profa. Dra. Diomar das Graças Motta

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Maranhão/Mestrado em Educação

Telefone para contato: (98) 3272-8701 /88121748

Local da coleta de dados: São Luís

Prezada Senhora:

Você está sendo convidada a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. O objetivo do estudo é analisar a relação trabalho-educação na vida de mulheres que hoje ocupam profissões que anteriormente eram de exclusividade masculina, neste caso, escolhemos a profissão de *vigilantes*, aqui no município de São Luís-MA. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas.

O estudo trará maior conhecimento sobre o tema abordado. Não haverá benefícios diretos para você em termos financeiros pela participação na pesquisa, a não ser a contribuição para a valorização do papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____
_____, estou de acordo em participar desta
pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

São Luís (MA) _____, de _____ de 2014.

Assinatura

Edvaldo Costa Rodrigues
Pesquisador responsável

4 Estado Civil:

- () Casada () Solteira Viúva ()
 () União estável () Outro

4.1 Em caso de casada ou união estável, qual a ocupação dele? _____

5. Tem filhos?

- () Sim. Quantos? _____ () Não

6. Quanto à residência:

- () Própria () Alugada
 () Moro com a família

7. Qual sua participação na renda familiar?

- () Ajudo na renda familiar
 () Arco sozinha com as despesas da casa

8. Quanto ao trabalho:

8.1 Esse é o seu primeiro emprego?

- () Sim () Não. Qual? _____

8.2 O processo de seleção teve:

- () Entrevista () Prova escrita () Prova prática
 () Outro: _____

8.3 Sua Carteira de Trabalho está assinada?

- () Sim () Não
 () Estou em fase de experiência (3 meses)

8.4 Há quanto tempo você trabalha como vigilante?

8.5 No seu setor, o número de vigilantes é:
 _____ homens / _____ mulheres.

8.6 Você é sindicalizada? () Sim () Não

8.7 Você cumpre ou já cumpriu plantão noturno?

- () Sim () Não

8.8 Qual a sua remuneração bruta?

- () mais de um salário
 () dois a três salários
 () três a quatro salários
 () quatro a cinco salários

8.9 Além do salário base, você recebe outras vantagens tais como:

- () Ticket alimentação
 () Auxílio periculosidade
 () Hora extra
 () Vale Transporte

8.11 Possui porte de arma?

- () Sim () Não

8.11.1 Adquiriu o porte de arma antes () ou depois da ocupação ()?

8.11.2 Porta arma durante o expediente?

- () Sim () Não

8.12 Há diferença de salários entre homens e mulheres? () Sim () Não

8.13 Outras pessoas da família trabalham ou trabalharam como vigilante?

- () Sim. Grau de parentesco: _____
 () Não

8.14 O que influenciou na decisão para trabalhar como vigilante?

- () oportunidade de trabalho
 () melhor salário
 () gosto pela profissão
 () Outro: _____

8.15 Já ocupou cargos de chefia dentro da Empresa, como por exemplo, Supervisor, Inspetor?

- () Sim. Qual? _____
 () Não

8.16 Possui Carteira de Habilitação?

- () Sim.
 () Não

8.17 Que transporte utiliza para ir ao trabalho?

- () Carro
 () Ônibus
 () Moto
 () Moto taxi
 () Bicicleta

9. Atualmente você está estudando?

- () Sim. Qual curso? _____
 () Não

10. Na sua opinião, para a ocupação de vigilante somente o ensino fundamental completo seria necessário?

- () sim () não

11. Já realizou curso de capacitação?

- () Sim. Quantos? _____ () Não

12. Se tivesse oportunidade, que profissão gostaria de ter seguido?

() Plano de Saúde
 () Outras gratificações: _____

8.10 Seu curso de vigilante foi de quantas horas?
 _____. Teve estágio? Sim () Não ()

13. Na sua opinião, o que é mais decisivo para conseguir um emprego nos dias de hoje?

() Experiência () Qualificação profissional () Indicação de alguém () Outro: _____

Justifique a resposta: _____

14. Conte um pouco sobre sua vida, sobre o exercício da profissional de vigilante, explicitando como foi recebida pelos seus companheiros (homens) e demais pessoas, os desafios que enfrentou/enfrenta, a imagem que sua família e demais pessoas fazem de você exercendo essa ocupação, e principalmente como se sente enquanto pessoa, etc...

15. A educação (escolarização) é importante na vida das pessoas?

() sim () Não. Justifique: _____

16. Você gostaria de mudar de profissão? () Sim () Não.

Em caso de Sim, qual? _____

17. O local em que você está trabalhando atualmente apresenta risco à sua segurança? _____

18. Você gosta do uniforme que usa?

() Sim

() Não. Qual a sua sugestão? _____

19. Em sua opinião, porque a profissão de vigilante foi, durante algum tempo, desempenhada apenas por homens?

20. De modo geral o que significa o trabalho para você?

Obrigado!